PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Graduação em Relações Internacionais
Área de Formação em Política Externa

Juliana Bergamini Reis
Tamara Moreira Silva

A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A INVISIBILIZAÇÃO DA AGENDA FEMINISTA NA DIPLOMACIA BRASILEIRA:
o caso do Itamaraty

Belo Horizonte
2022

Juliana Bergamini Reis
Tamara Moreira Silva

A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A INVISIBILIZAÇÃO DA AGENDA FEMINISTA NA DIPLOMACIA BRASILEIRA:
o caso do Itamaraty

Monografia apresentada ao Programa de Graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof[a]. Dra. Karina Junqueira Barbosa

Belo Horizonte
2022

Juliana Bergamini Reis
Tamara Moreira Silva

A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A INVISIBILIZAÇÃO DA AGENDA FEMINISTA NA DIPLOMACIA BRASILEIRA:
o caso do Itamaraty

Monografia apresentada ao Programa de Graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Profª. Dra. Karina Junqueira Barbosa - PUC Minas (Orientadora)

Profª. Dra. Roberta Cerqueira Reis - PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Mestre Júlio César Buere - PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 24 de julho de 2022.

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres que, em algum momento, foram silenciadas, negligenciadas ou desrespeitadas por serem mulheres ao longo da história.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos respectivos familiares e amigos, que sempre nos apoiaram com palavras de força e incentivo ao longo de nossa jornada acadêmica. Aos nossos exímios professores Karina Junqueira, nosso muito obrigado pelo conhecimento transmitido ao longo destes anos, assim como a confiança e compreensão da arte de ensinar. Agradecemos especialmente à Prof[a]. Dra. Karina Junqueira Barbosa, que durante suas aulas, nos relembrou a importância de questionarmos o mundo à nossa volta como mulheres.

Também somos gratas à instituição Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que sempre nos forneceu um ambiente agradável e motivador de crescimento, propício para novas oportunidades e experiências.

RESUMO

O presente trabalho, destinado como Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Relações Internacionais, compreende como a desigualdade de gênero observada em diversos aspectos da instituição Itamaraty se mantém ao longo dos anos por um contexto patriarcal e tradicionalista da sociedade e, assim, analisa como isso impacta negativamente na Política Externa Brasileira (PEB), por exemplo, pela invisibilização da agenda feminista. Essa análise foi possível embasando-se na definição de gênero e relações de poder baseadas em gênero, além de dados quantitativos e qualitativos disponibilizados pelo Ministério de Relações Exteriores que demonstraram a pluralidade de manifestações do patriarcado na instituição. Para isso, serão estudados os passos da diplomacia e da PEB brasileira e o lugar ocupado pelas mulheres ao longo da história do Itamaraty como instituição. Com a análise de discursos e documentos oficiais referentes a cada governo e seus respectivos chefes de Estado e Ministros de Relações Exteriores do período analisado, de 2003 a 2021, foi identificada a ausência de um planejamento estruturado de inclusão das mulheres e pouca promoção dos seus direitos enquanto alvo de política pública para o âmbito internacional.

Palavras-chave: Itamaraty. Política Externa Brasileira. Mulheres. Agenda Feminista.

ABSTRACT

This work, intended as a Final Paper of the Bachelor's Degree in International Relations, understands how the gender inequality observed in several aspects of the Itamaraty institution is maintained over the years by a patriarchal and traditionalist context of society and, thus, analyzes how this negatively impacts the Brazilian Foreign Policy (BFP), for example, by the invisibility of the feminist agenda. This analysis was possible based on the definition of gender and gender-based power relations, in addition to quantitative and qualitative data provided by the Ministry of Foreign Affairs that demonstrated the plurality of manifestations of patriarchy in the institution. For this, the steps of Brazilian diplomacy and BFP and the place occupied by women throughout the history of Itamaraty as an institution will be studied. With the analysis of discourses and official documents referring to each government and their respective heads of state and foreign ministers of the period analyzed, from 2003 to 2021, the absence of a structured planning for the inclusion of women and little promotion of their rights as a target of public policy for the international sphere was identified.

Key words: Itamaraty. Brazilian Foreign Policy. Women. Feminist Agenda.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ingresso de mulheres por turma em relação ao total (2011-2021).....58
Figura 2 - Composição total da força de trabalho em 12/05/2021.....60
Figura 3 - Embaixadas: Composição total da força de trabalho em 12/05/2021.....60
Figura 4 - Consulados: Composição total da força de trabalho em 12/05/2021.....61
Figura 5 - Missões, Delegações e Escritórios: Composição total da força de trabalho em 12/05/2021.....61
Figura 6 - Composição por gênero das funções de Chefia no Brasil.....62
Figura 7 - Composição por gênero das funções de Chefia Exterior.....62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CACD Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

CFD Curso de Formação de Diplomatas

CPCD Concurso de Preparação à Carreira de Diplomata

EUA Estados Unidos da América

FUNAG Fundação Alexandre Gusmão

IRBr Instituto Rio Branco

Mercosul Mercado Comum do Sul

MRE Ministério das Relações Exteriores

PEB Política Externa Brasileira

ONU Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 BREVE CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DA DIPLOMACIA 13
2.1 Trajetória da diplomacia brasileira 17
2.2 A estruturação organizacional histórica do MRE 27
2.3 A história das mulheres na diplomacia brasileira 31
3 GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A DIPLOMACIA 35
3.1 Gênero, as ondas do movimento feminista e o sistema patriarcal 36
3.2 A construção das R(r)elações I(i)nternacionais pela dualidade do masculino e feminino 41
3.3 Teoria Feminista de Relações Internacionais: como surge e as contribuições para o campo 46
3.4 A masculinidade hegemônica na diplomacia: a política internacional androcêntrica 50
4 A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA DIPLOMACIA DO ITAMARATY E REFLEXOS NA AGENDA DA PEB 55
4.1. Desigualdade no Itamaraty: dados e métodos 56
4.2 A desigualdade de gênero no Itamaraty para além de formalidades: reflexões sobre a complexidade da luta pela representação de gênero 65
4.3 Reflexos do tradicionalismo do Itamaraty na PEB e a invisibilização da agenda feminista 70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 80
REFERÊNCIAS 82

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a desigualdade de gênero no Itamaraty e seu impacto na Política Externa Brasileira (PEB). Na década de 2010, o ingresso de mulheres na instituição foi de em média 25.5%, significando pouco mais que um quarto do total (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019). Portanto, tenta-se, aqui, ampliar a discussão do tema nos estudos feministas nas Relações Internacionais com base em conceitos da Teoria Feminista. Ao despertar interesse para realizar esta pesquisa, a desigualdade de gênero é um problema que impacta na atenção dada à agenda feminista da PEB. É necessário desconstruir a noção da diplomacia como algo tradicionalmente masculinizo e, por consequência, abrir portas para as mulheres que desejam adentrar neste campo. Além de abri-las, é necessário assegurar que os degraus da carreira diplomática tenham a mesma altura para todas e todos e que o gênero não seja pressuposto para tratamento diferente para as mulheres do que seria para um homem.

Diante disso, o objeto de estudo escolhido foi a desigualdade de gênero existente desde os primórdios do tradicional Itamaraty, por meio discussão sobre a presença de mulheres neste meio. O objetivo desta pesquisa é, então, compreender como essa desigualdade afastou a agenda feminista das prioridades da PEB durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-atual).

Desta forma, tem-se a hipótese de que a agenda feminista é invisibilizada pela PEB, pois o patriarcado da sociedade brasileira impacta na presença e na vivência de mulheres no corpo diplomático do Itamaraty, não recebendo atenção os seus direitos e demandas. Para os fins da presente pesquisa de investigação de uma agenda feminista foram considerados temas de direitos das mulheres na perspectiva feminista relacionados à diplomacia brasileira, além da entrada de mulheres no Itamaraty e seus relatos de discriminação de gênero na instituição. Para poder alcançar a comprovação da hipótese de trabalho, portanto, é necessário conceituar os principais elementos que utilizaremos da Teoria Feminista e os objetos de estudo a serem utilizados.

No capítulo 2, assim, será definido o conceito da diplomacia e sua atuação. Em seguida, no mesmo capítulo, será descrita a trajetória histórica do Brasil até os momentos atuais, levando em conta os seus respectivos governos e contextos domésticos e internacionais. Ademais, também é necessário compreender como se deu a estrutura organizacional histórica do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e como o mesmo se configura nos anos mais

recentes, considerando seu sistema de ingressos e promoções. No próximo ponto, trata-se da história das mulheres na diplomacia brasileira e seu árduo caminho: consideram-se aqui a entrada da primeira mulher no Itamaraty e as numerosas vezes nas quais a instituição explícita, ou implicitamente proibiu o ingresso de pessoas do sexo feminino.

No capítulo três, será feita a fundamentação das questões relacionadas ao gênero: entende-se como o gênero é componente ligado às configurações históricas e aos preconceitos contemporâneos que podem impactar na diplomacia brasileira. Aqui, faremos a conceitualização de gênero nas Relações Internacionais como campo acadêmico através das ondas do movimento feminista, o sistema patriarcal e a definição teórica de gênero aqui utilizada. Após, a construção das Relações Internacionais como campo acadêmico, as relações internacionais como política externa será conceituada através da dualidade do masculino e do feminino. Por fim, entenderemos como a Teoria Feminista das Relações internacionais surge no campo e quais são suas contribuições.

No quarto e final capítulo, problematizam-se as questões relacionadas à desigualdade de gênero na diplomacia brasileira através da análise de dados qualitativos e quantitativos que mostram a presença e ausência de mulheres no Itamaraty, assim como o tratamento das mesmas que se encontram na instituição. Aqui, também se trata sobre a desigualdade de gênero no Itamaraty além da esfera formal, refletindo, assim, sobre a complexidade da luta pela representação de gênero em uma estrutura de poder androcêntrica. Por fim, será analisado, por discursos e documentos oficiais de Presidentes e Ministros das Relações Exteriores, o impacto do tradicionalismo e da desigualdade de gênero dentro do Itamaraty na condução da Política Externa e se há presença da agenda feminista na mesma.

2 BREVE CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DA DIPLOMACIA

A trajetória da diplomacia nas relações internacionais é muitas vezes destacada pelos teóricos *mainstream* a partir da criação do Estado-Nação pela Paz de Westfalia, ou também definida enquanto mais uma instituição presente no espectro da sociedade internacional, como definida por Hedley Bull (2002). No entanto, ainda que de forma incipiente, a diplomacia foi praticada desde que as comunidades humanas sentiram necessidade de estabelecer relações entre si. Segundo Aksoy & Çiçek (2018), apesar da diplomacia ser considerada hoje um espectro das relações internacionais, ela é muito anterior a estas, sendo que a relação com o estrangeiro é tão antiga quanto a história do campo, tendo como marco, nesse sentido, o Tratado de Kadesh[1] e as Cartas de Amarna[2]. Diante disso, a diplomacia é basilar na manutenção da convivência pacífica entre grupos distintos, tornando possível que seus interesses resultem em consensos.

Os desdobramentos da atuação diplomática historicamente tiveram, além da conciliação supracitada, a pretensão de criar de mecanismos para ampliar a relação com o estrangeiro, como alianças e acordos de formas de ordenamento entre estes. Dentre eventos destaque no campo das Relações Internacionais nesse sentido, tem-se a resolução da Guerra dos Trinta Anos (1618–1648) enquanto fato que inaugurou a formação do Estado Moderno pelo consenso entre os mais relevantes reinos europeus de que deveria haver uma nova organização geopolítica no continente que prezasse pela soberania, ou seja, pelo reconhecimento formal da autonomia dos Estados por respeito mútuo, permeando também a pauta da liberdade religiosa. Pelo meio diplomático é que os acordos de 1648 se desdobraram na Paz de Westfalia que, como supracitado, se tornou um marco do pensamento teórico dominante nas relações internacionais, e foi também quando a diplomacia teve seu sentido difundido ligado à institucionalização das relações entre os Estados (AKSOY; ÇIÇEK, 2018). De acordo com Hedley Bull (2002, p. 196):

> Sem a negociação de acordos as relações internacionais ainda seriam possíveis, mas reduzir-se-iam a encontros passageiros entre duas comunidades políticas, marcados pela hostilidade. Acordos são possíveis se os interesses das partes, ainda que muito diferentes, se sobrepõem em algum ponto, e elas percebem esta coincidência. A arte da diplomacia consiste em determinar essa área e, pela razão e pela persuasão, fazer com que as partes a levem em consideração.

[1] Tratado internacional do século XIV a.c., o mais antigo encontrado, estabelecido entre egípcios e hititas.

[2] Cartas trocadas por volta de XIV a.c. entre os faraós do Antigo Egito e civilizações vizinhas.

Um dos autores que critica esse pensamento é Gross (1948), que indica que a Paz de Westfalia configurou-se historicamente como a primeira reunião de nações europeias para decisão conjunta de divergências que culminou numa espécie de constituição internacional para a Europa, direcionando e servindo de base para o futuro do direito internacional ocidental. É importante salientar que, apesar desses esforços diplomáticos, a Paz de Westfalia não garantiu o cumprimento dos tratados firmados, nem a ausência de conflitos, e o que se percebe, segundo o autor, é o oposto de uma comunidade entre Estados e de tolerância, mas sim uma era de absolutistas focados na conservação e aumento do seu poder. No entanto, Sasson Sofer (1998) em *Old and New Diplomacy: A Debate Revisited*, defende que a diplomacia estabelecida à época foi fundamental e influente historicamente na construção da legitimidade das conferências europeias em fornecer direcionamento para as relações internacionais.

Na conformação da diplomacia ocidental a atuação diplomática se destaca e sofre transformações mais basilares novamente na conjuntura do Congresso de Viena (1815), com a primeira codificação do protocolo diplomático, que só voltará a ser reconfigurado 150 anos depois, após a Segunda Guerra Mundial (SOFER, 1988). O Congresso de Viena, quando reúne os Estados nacionais para novamente reorganizar a Europa, destaca mais uma vez a necessidade de se estabelecer um senso de coordenação entre as nações, o que culminou na criação do Concerto Europeu, visando à garantia do equilíbrio de poder entre as potências, e que fosse configurado um sistema de observância dos membros agressivos e sua contenção pelos demais (KISSINGER, 1994). Desta vez, segundo Robert Rie (1950) descreve em *The Origins of Public Law and the Congress of Vienna*, os Estados signatários se comprometeram com o acordado, cumprindo por um longo tempo diretrizes que criaram uma ordem internacional aparentemente estável.

No âmbito do indivíduo, para Délia Picón (1999), é no contexto do Congresso de Viena que o diplomata se diferencia formalmente do estadista em sua profissão, pois ele representa o soberano, detendo poder para fazer valer as intenções dos chefes de Estado. Além disso, Kissinger (1994, p. 10) indica que na sociedade internacional "[...] o que faz as componentes se sentirem seguras com o que consideram justo depende do grau em que conseguem conciliar.". Assim, a diplomacia espera pessoas no papel de fundamental de negociadores em nome do Estado, ou seja, os principais responsáveis pela representação e conciliação direta dos interesses políticos estatais no âmbito internacional. Ainda, Woodrow Wilson, 28º presidente estadunidense, é um indivíduo que se destaca na história diplomática ao tentar estabelecer diretrizes para a paz num cenário de incertezas pós-Primeira Guerra Mundial, lançando 14

pontos transformadores das relações entre os Estados à época, dentre eles, a abolição da diplomacia secreta.

> Deve-se notar também que a codificação dos métodos diplomáticos convencionais com a ratificação da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (VCDR) (1961) contribuiu significativamente para a consolidação do exercício diplomático moderno. Na verdade, o VCDR reforçou ainda mais a diplomacia aberta promovida por Wilson e outros (AKSOY; ÇIÇEK, 2018, p. 910, tradução nossa)[3].

Sasson Sofer (1988) indica que a tentativa diplomática de Wilson foi conceituada por alguns autores como nova diplomacia, sendo a Primeira Guerra Mundial um ponto de virada histórico. Dessa forma, a crítica feita pelos Pontos de Wilson da aceitação geral da tradicional prática diplomática europeia teve grande impacto em como a diplomacia dos EUA se apresentou para o mundo, propondo uma diplomacia aberta vinculada aos princípios morais norte-americanos. Segundo Aksoy & Çiçek (2018), essa foi uma mudança central para a diplomacia, e "[...] após a Primeira Guerra Mundial, juntamente ao surgimento de regimes internacionais e organizações, as práticas diplomáticas se dispersaram e foram implementadas de várias formas" (AKSOY; ÇIÇEK, 2018, p. 910).

Em sua compreensão dos processos globais de interação entre as nações, o autor e diplomata estadunidense Henry Kissinger (1994) aborda a diplomacia não só como chave histórica da construção e manutenção da paz entre Estados, mas também da projeção da identidade e dos interesses destes na sociedade internacional e, por isso, ela se apresenta na forma de um jogo de poder e influência. Nesse sentido, o autor também situa contemporaneamente os EUA enquanto país distinto na história pela projeção de seus valores e ideais nas relações diplomáticas, moldando as relações internacionais como nenhuma outra potência antes (KISSINGER, 1994).

Bull (2002) compreende a sociedade internacional como alvo constante de conflito pelos atributos intrínsecos à natureza dos Estados, mas também indica a diplomacia como instituição capaz de minimizar esses atritos por meio do seguimento de convenções e protocolos. Assim, o diplomata tenta "[...] argumentar e persuadir, em vez de ameaçar. Tenta mostrar que o objetivo que persegue não contraria os interesses do outro país, além de favorecer o seu. Prefere falar em "direitos" em vez de "exigências" [...] (BULL, 2002, p. 198). Como o

---

[3] It should also be noted that the codification of conventional diplomatic methods with the ratification of the Vienna Convention on Diplomatic Relations (VCDR) (1961) contributed significantly to the consolidation of modern diplomatic exercise. In fact, the VCDR further strengthened the open diplomacy promoted by Wilson and others. (AKSOY; ÇIÇEK, 2018, p. 910, grifo nosso).

diplomata não possui poder para basear as relações com outros países de acordo com seus entendimentos pessoais, ele se torna conhecedor da ligação de perspectivas oriundas de diversas áreas do conhecimento enquanto demanda da diplomacia contemporânea, a fim de compreender as considerações políticas das nações sobre diversos assuntos e ter uma visão mais holística, permitindo a amenização de tensões (SOFER, 1988).

Conseguinte, de acordo com o que defende Oliver Stuenkel (2018) em *O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global*, a diplomacia do século XXI também se rearranja no contexto de ascensão de países não-ocidentais e também contando com a participação e influência de novos atores não-estatais nas decisões internacionais, o que demanda que a prática diplomática verse ainda mais em torno da conciliação e compatibilização dos interesses mesmo diante das diferenças étnicas, culturais, religiosas, etc. Segundo Aksoy & Çiçek (2018, p. 920, tradução nossa)[4] discorre, "[...] como uma nova definição de diplomacia, a arte de conduzir várias relações entre atores políticos globais é recomendada como mais compreensiva, inclusiva e atualizada." Em conformidade, mesmo Kissinger (1994, p. 10), defensor do local de supremacia estadunidense no âmbito internacional afirma o desafio: "[...] a ordem que ora se forma terá de ser construída por estadistas que representam culturas imensamente diferentes".

Torna-se evidente com o que foi exposto que o mundo globalizado conecta a sociedade internacional pela tecnologia e promove a difusão de conhecimento e pessoas de localizações diferentes, o que faz com que as questões diplomáticas e os atores múltiplos com que lida apresentem-se como desafios maiores e mais complexos. Entretanto, além do reconhecimento crescente da relevância das potências emergentes, no âmbito teórico e da produção sobre a diplomacia autores decoloniais como Tereza Maria Spyer Dulci (2019) ganham relevância, alterando o direcionamento histórico das Relações Internacionais sobre atores e fatos relevantes na história diplomática, chamando atenção para a colonização também epistêmica do Sul pelo Norte global e suas perspectivas ocidentais.

Dulci (2019) indica que a história das Relações Internacionais, que inclui a diplomacia dos Estados, é marcada geograficamente pelo Norte global e sua forma de difundir sua trajetória histórica de forma preponderante. "Refere-se, mais especificamente, a um conjunto de práticas e discursos inerentes à narração geo-histórica de uma distinção da Europa em relação a outros lugares e culturas e a partir de uma classificação social associada à ideia de raça." (DULCI,

---

[4] As a new definition of diplomacy, the art of conducting various relations between global political actors is recommended as more comprehensive, inclusive and up-to-date. (AKSOY; ÇIÇEK, 2018, p. 920, grifo nosso).

2019, p. 6). Consoante a isso, as visões apresentadas sobre marcos diplomáticos, como por exemplo a Paz de Westfalia, sendo, segundo Andreas Osiander (2001), um mito. Essa idealização desses eventos segue um discurso de modernidade voltado para Europa, possuindo destaque nas teorias *mainstream* por ser feito eurocêntrico, na tentativa de conservação de uma história do mundo, em todos os seus pressupostos, eficiente e ocidental (JÚNIOR; ALMEIDA, 2013).

Em uma análise do sistema internacional no que tange ao âmbito diplomático, a denúncia de assimetrias de poder que lhe permeiam contribuem para inserir a ótica dos subalternos de forma crítica nessa conjuntura (JÚNIOR; ALMEIDA, 2013). Isso influencia de forma análoga na participação de mulheres na diplomacia, a ser posteriormente analisada à luz da Teoria Feminista das Relações Internacionais, pela ampliação da perspectiva *malestream* para incluir a realidade feminina. Portanto, o pensamento decolonial é essencial para desmistificar essa realidade estabelecida pela história da diplomacia no âmbito da disciplina de Relações Internacionais predominantemente centrada no Norte global.

2.1 Trajetória da diplomacia brasileira

Segundo o diplomata e embaixador brasileiro Rubens Ricupero (2017, p. 27-28) em seu livro *A diplomacia na construção do Brasil*, "[...] poucos países devem à diplomacia tanto como o Brasil [...] em muitas das principais etapas da evolução histórica brasileira, as relações exteriores desempenharam um papel decisivo.". De acordo com essa notoriedade da diplomacia, nesta seção será abordada a sua trajetória e seu alinhamento com as agendas e planos de governo elaborados pelo Poder Executivo, objetivando a análise da relevância e do modo de funcionamento e atuação da diplomacia em momentos destaques da história do Brasil e do âmbito internacional. Isso se torna essencial para a percepção da diplomacia como a área da política na qual o Brasil teve grande prestígio ao longo do século XX e início do século XXI em decorrência da autonomia e respeito adquirido dentro e fora do país. Além disso, o Brasil, por carregar em sua história uma relação intrínseca com outros países, pelo processo de colonização e imperialismo que o ocidente empreendeu, e, na contemporaneidade, pela globalização, preza majoritariamente pela prática de uma diplomacia de cooperação, não de isolamento ou rupturas de relações (RICUPERO, 2017).

A diplomacia brasileira começa a se organizar oficialmente no contexto da chegada de Dom João VI de Portugal ao Brasil em 1808, com a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que, em 1822, se tornaria a Secretaria de Negócios

Estrangeiros e, posteriormente, o MRE, parte da instituição Itamaraty[5] (CASTRO, 2009). No Brasil-Nação, os Negócios Estrangeiros, equivalentes à política externa da época, foram responsabilidade primeiramente de José Bonifácio de Andrada e Silva, que institucionalizou o campo diplomático em 1822 (CERVO; BUENO, 2002), mas o desenvolvimento do *status* e visibilidade internacional da diplomacia propriamente brasileira, após a independência, ganhou notoriedade com o Barão do Rio Branco.

José Maria Paranhos da Silva Júnior, O Barão, sedimentou as bases do que Ricupero (2017, p. 26) descreve como "[...] diplomacia do conhecimento e métodos de 'poder suave', como a negociação [...]", estando à frente na prática diplomática pela aquisição de terras e riquezas naturais importantes para o Brasil. Conformando o caráter histórico brasileiro de integração, o barão do Rio Branco prezou pela busca da construção de relações sólidas com o mundo ocidental, de modo que serviu o Brasil como cônsul em Londres, e pela participação na PEB — do início da República até 1902 —, período quando solidificou uma tradição diplomática nacional que se tornou referência. O Barão buscou o estreitamento das relações com a então potência emergente, os EUA, mas sem a característica de "alinhamento automático" aos ideais norte-americanos, preservando propósitos políticos do chanceler para a soberania brasileira (CERVO; BUENO, 2002).

Com a proclamação da República em 1889, tendo início o período da República Velha, a manutenção da relação com os EUA e o estabelecimento de novas relações impactaram e foram impactadas no âmbito das relações exteriores. O Brasil tomou posição de aliado dos EUA ao reconhecer seu poder político e econômico em uma espécie de tratado não oficializado (RICUPERO, 2017), sendo essa interligação importante na atuação estadunidense na América Latina. Assim, o Brasil intensificou suas relações com os países latinos, "[...] seja sob modalidade do pan-americanismo patrocinado por Washington, seja por iniciativas latino-americanas autônomas [...]" (RICUPERO, 2017, p. 238). Além disso, o Brasil começou a atuar em ambientes multilaterais da época, se inserindo, por exemplo, como membro da Liga das Nações (RICUPERO, 2017). Também é importante evidenciar que as transformações da República Velha, como o aumento do fluxo de imigrantes europeus, o crescimento da urbanização e da industrialização e a inversão de capitais estrangeiros, estão diretamente ligadas com a economia de exportações do café (SANTOS, 1991).

---

[5] Ministério das Relações Exteriores do Brasil é a nova denominação oficial do órgão público diplomático do país após a Proclamação da República em 1889, e dez anos mais tarde, em 1899, há a mudança da sede para o Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro. Ainda, na década de 1970, o MRE desloca-se para Brasília, capital do país, onde foi construído o novo Palácio Itamaraty, por isso o MRE é chamado também de Itamaraty (CASTRO, 2009).

Em continuidade, o país também renovou três pontos que, segundo Ricupero (2017, p. 250) "[...] marcaram [...] a passagem do século XIX para o XX". Entende-se como pontos renovados: as novas vinculações financeiras no globo, os primeiros passos da diplomacia presidencial[6] e o agravamento da tensão frente à Bolívia em relação à região do Acre, este, elemento futuramente decisivo para Rio Branco. Até 1902, com os novos feitos do Barão do Rio Branco mencionados, o Brasil ainda estava passando por esse processo de renovação até que o próximo passo pudesse ser dado. Digno de exemplo, a situação acreana[7] deixou exemplificado o exercício da diplomacia e não o da guerra, tornando-se tradição brasileira nos seus posteriores anos de política externa. Uma vez concluída a questão do Acre, a reforma do Itamaraty foi iniciada com objetivos basilares para o bom funcionamento de uma instituição, como aumento de pessoal capacitado, melhora na remuneração, criação de bibliotecas, de seções geográficas, do gabinete do ministro, enfim: uma grande reestruturação para que o funcionamento pleno se tornasse viável (RICUPERO, 2017).

Dessa forma, a diplomacia brasileira do Itamaraty "[...] ganhou respeito e admiração com poucos paralelos no resto do mundo [...]" (RICUPERO, 2017, p. 30). Como detinha maior autonomia na condução da PEB, o Barão do Rio Branco possibilitou a continuidade na diplomacia brasileira mesmo diante das alterações na presidência da República, contando com o auxílio também dos diplomatas Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, pois "[...] sempre que tinha oportunidade procurava desmanchar suspeitas das nações vizinhas" viabilizando o início de uma cooperação institucionalizada entre nações latino-americanas (CERVO; BUENO, 2002, p. 210).

---

[6] Segundo Guilhon Albuquerque (1996), a diplomacia presidencial se configura pela participação pessoal do chefe de governo nas questões das relações internacionais do seu Estado. Ele pode atuar através de pronunciamentos, de participações em foros internacionais ou até mesmo atuando diretamente em negociações (ALBUQUERQUE, 1996 *apud* PRETO, 2006).

[7] A questão acreana se estendeu como uma questão litigiosa e delicada por muitos anos. Desde 1899, a região do Acre era ocupada por nordestinos e um conflito se iniciou quando a Bolívia estabeleceu uma aduana em Puerto Alonso, na tentativa de impor sua soberania na região, sem sucesso. No mesmo ano, a população da região se rebelou e conseguiu fazer com que um delegado recém-chegado da Bolívia se retirasse. Em 14 de julho do mesmo ano, o Acre se declarou um Estado Independente, mas não houve reconhecimento internacional e ele se manteve, oficialmente, uma região da Bolívia. Em 1901, a Bolívia arrendou a região ao sindicato *Bolivian Syndicate* por 30 anos para explorar as riquezas do Acre. Eventualmente, o governo brasileiro retirou o tratado de comércio e navegação que tinha sido firmado com a Bolívia em 1896 para evitar confusões diplomáticas, pois o acesso vindo do Atlântico ao território só era possível através dos rios da Amazônia. Quando Rio Branco assumiu o MRE, em 1902, o desenvolvimento de uma solução foi delicado, mas foi resolvida diplomaticamente de forma que atendesse a opinião pública e o Executivo ao mesmo tempo. Com uma indenização de 114 mil libras, Rio Branco conseguiu isolar o sindicato da região e voltou a discutir sobre a questão com a Bolívia, novamente. Em 1903, o Tratado de Petrópolis foi assinado e o território do Acre foi anexado ao Brasil com uma indenização de 2 milhões de libras-ouro. Após a questão, as relações Brasil e Bolívia, diplomaticamente, melhoraram (CERVO; BUENO, 2002).

De 1930 a 1934, o Governo Provisório de Getúlio Vargas manteve as mesmas relações que a Primeira República, principalmente em relação aos EUA. Porém, em 1932, o MRE retomou as atuações da diplomacia econômica graças aos numerosos tratados comerciais firmados com países europeus, da África, do Oriente Médio, da América Latina e da Oceania. Porém, com a renúncia do Chanceler do Governo Provisório em 1933, todos os 31 acordos foram firmados com a cláusula incondicional e ilimitada de nação mais favorecida, o que trazia o protecionismo e o benefício para um determinado país. Dois anos depois, estes acordos foram denunciados pelo Brasil e, na prática, não tiveram nenhum efeito. Se o governo provisório não teve mudanças significativas, a década de 30 em seu todo, incluindo o governo constitucional de Vargas, trouxe diversas transformações econômicas e sociais, alterando o foco do interesse nacional: este se tornava mais abrangente, contemplando outras partes da sociedade através do reforço do pragmatismo e do sentido de instrumento de projeto de desenvolvimento nacional (CERVO; BUENO, 2002). A PEB na década de 30 tornou-se reflexo dos objetivos de Vargas: aumentar a industrialização e a urbanização e centralizar e modernizar o Estado brasileiro. Na mesma década, o *crash* da Bolsa de 1929 nos EUA foi um evento notório que impactou revoluções no continente latino-americano, como a Revolução de 30 no Brasil, mas isso não trouxe alterações imediatas na PEB, mas sim alterações ao longo dos anos de Vargas, posteriormente abordados (RICUPERO, 2017).

Em 1935, assina-se um acordo comercial com os estadunidenses, considerado ortodoxo: abriram-se as possibilidades de pagamentos em moeda conversível e a importação livre do café brasileiro e a abolição de tarifas de produtos importados dos EUA. Na Segunda Guerra Mundial, Vargas adotou uma política de jogo duplo entre a Alemanha nazista e os EUA, em que a equidistância era ponto central, mas que, eventualmente, o lado estadunidense foi escolhido e o Brasil se colocou contra os países do Eixo (RICUPERO, 2017).

Antes do decreto do Estado Novo, o Brasil passou por momentos intensos ainda no ano de 1935. Segundo Ricupero (2017, p. 332), "A dissolução da Aliança Nacional Libertadora (ANL), a aprovação da Lei de Segurança Nacional, a suspensão das garantias constitucionais, o estado de sítio, o fechamento de jornais, a prisão de mais de sete mil adversários políticos, o estabelecimento do Tribunal de Segurança Nacional, tudo isso ocorria em resposta ao ensaio de insurreição dos comunistas em 1935 [...]": passava-se pelo pré-estágio da ditadura, ainda não formalizada no país até 1954, movido pelo apoio do exército autointitulado nacionalista e anticomunista pelo medo do avanço do suposto comunismo no Brasil. É importante abordar um evento assustador para a política doméstica e externa brasileira:

> Uma das páginas mais monstruosas dessa etapa prévia à ditadura formal foi a decisão, referendada pelo Supremo Tribunal Federal, de conceder a extradição para a Alemanha nazista de duas comunistas alemãs e judias, Elise Ewert, esposa do líder comunista enlouquecido pela tortura, e Olga Benário, grávida de sete meses, que daria à luz na Alemanha sua filha com Luís Carlos Prestes, Anita Leocádia, entregue aos avós paternos não sem muita dificuldade. Olga e Elise seriam executadas em campos de concentração (RICUPERO, 2017, p. 332).

Segundo Ricupero (2017, p. 333), "O espírito do Estado Novo [...] era fascista, antidemocrático, antiliberal, anti-humanista.". Oswaldo Aranha tinha dificuldades de atuar livremente na PEB e o ingresso de imigrantes no país era controlado intensamente baseado em doutrinas racistas, de forma que o Itamaraty se encontrava em um estado de pouca autonomia gerando um nível de incapacidade de atuação frente às questões diplomáticas, como a questão dos imigrantes neste período, marcado pela intensa influência da Segunda Guerra Mundial nos ideais brasileiros (RICUPERO, 2017).

No período subsequente, a maior alteração na trajetória diplomática brasileira é a adoção do alinhamento automático pelo presidente Dutra ao governo estadunidense, entretanto, para a frustração brasileira, os EUA não deram prioridade à América Latina (CERVO; BUENO, 2002). "O interesse norte-americano pela América Latina só iria ser despertado na conjuntura política que ensejou a Operação Pan-Americana (OPA) do presidente Juscelino Kubitschek" (CERVO; BUENO, 2002, p. 290), com isso, o Brasil mantém sua posição diplomática de país subdesenvolvido em apelo por capital estrangeiro.

No governo democrático de Vargas, criou-se a Comissão Mista Brasil-EUA para o Desenvolvimento Econômico em 1950, que contava com a criação conjunta de projetos para o Brasil em parceria com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco de Exportação e Importação, retomando a política nacional-desenvolvimentista (CERVO; BUENO, 2002). Após o suicídio do presidente Vargas, este visto como ato político, ou talvez de desespero, o Brasil passou por quase longos dois anos até a posse de Juscelino, em 1956. Nesse período, os problemas brasileiros eram extremamente sensíveis aos eventos econômicos internacionais, que poderiam ser solucionados através da diplomacia, mas que foram contornados através da remoção de obstáculos de ingresso de capital estrangeiro no país (RICUPERO, 2017).

Com o presidente Juscelino Kubitschek, sua promessa econômica voltou-se para o clássico "cinquenta anos em cinco" e sua promessa diplomática teve um viés desenvolvimentista através da Operação Pan-Americana, citada anteriormente. Como antecedente, os EUA, sob o governo de Truman, tinham um papel delimitado na América Latina durante a Guerra Fria: "as relações EUA/América Latina estiveram subordinadas à nova

projeção internacional assumida pelo Estado norte-americano" (SILVA, 1992, p. 5). No entanto, a partir de 1956, o alinhamento dos EUA em relação a toda a América Latina perde força e se deteriora frente à evolução da conjuntura internacional e da conjuntura econômica e política do continente latino-americano (SILVA, 1992).

O governo de Juscelino Kubitschek, no entanto, mesmo frente aos problemas da política internacional, teve um destaque considerável em relação à política econômica moderna. Segundo Ricupero (2017, p. 375), "seu governo coincide com a "idade de ouro" do Brasil moderno, quando tudo parecia concorrer para tornar real o 'sonho intenso' do Hino Nacional". Através do Programa de Metas, a influência da Comissão Mista Brasil-EUA e do Grupo Cepal-BNDE foi intensa: contornou-se o estrangulamento cambial com a atração de capital estrangeiro, por exemplo. Posteriormente, a Carta Magna da Operação Pan-Americana, pronunciada nacionalmente, trazia à luz temas da diplomacia brasileira: era necessária a postura ativa brasileira em relação a seus posicionamentos externos, que permaneciam automáticos ano após ano (RICUPERO, 2017). A Operação Pan-Americana, portanto, trazia três pontos básicos: dar ao Brasil uma postura mais autônoma e atuante no cenário internacional, combater o subdesenvolvimento econômico da América Latina, descrito como principal problema do continente, e ser uma iniciativa de objetivos e características multilaterais (SILVA, 1992).

Às vésperas da dura ditadura que o Brasil enfrentaria, as políticas econômicas e diplomáticas de Juscelino foram ofuscadas pela crise e, posteriormente, Jânio Quadros não as continuou da mesma forma: mesmo em curto tempo, Jânio radicalmente voltou à relação Brasil-EUA e trouxe abalos na política em relação à Guerra Fria através de provocações gratuitas e uma política externa ambígua e confusa. Em decorrência, no governo de João Goulart, nasce a breve política externa independente, em que as decisões estavam atreladas aos ministros das Relações Exteriores (RICUPERO, 2017).

A política externa independente é extinta, assim como o governo de João Goulart, devido ao Golpe Militar em 1964. É inevitável mencionar a influência do governo estadunidense: "[...] o governo dos EUA se implicou profundamente na preparação do movimento de 1964 e se prontificou a intervir, se fosse necessário" (RICUPERO, 2017, p. 446). A noção das "fronteiras ideológicas" e o combate à suposta "conspiração comunista internacional" trouxeram à luz princípios da não intervenção e da soberania nacional como orientadores da política externa brasileira no longo período da ditadura, tendo como exemplos:

> O Brasil recusou de início assinar o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (ou de Tlatelolco), do qual havia sido uns dos inspiradores e que valeria ao diplomata mexicano Alfonso García Robles o Prêmio Nobel da Paz. Em coerência com sua negação dos direitos humanos, o governo eximiu-se inicialmente de assinar os

> dois grandes pactos onusianos na matéria, o dos Direitos Civis e Políticos e o dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) (RICUPERO, 2017, p. 448).

Com a atuação do AI-1 até o AI-5, os EUA se viram encurralados pela sua ideologia, mesmo que contraditória, do messianismo democrático e se desapontaram com o governo ditatorial linha dura de Costa e Silva, confirmando a ruptura com o Estado Brasileiro e distanciando-se (RICUPERO, 2017). No período seguinte, ainda na ditadura agora chefiada por Médici, a diplomacia da contenção de danos a partir de 1969 foi foco do Estado, assim como a repressão no país e a luta armada no contexto doméstico: "o desaparecimento de qualquer esperança de evolução democrática das instituições convenceu parte da esquerda a tomar o caminho da luta armada, a maioria optando pela modalidade da guerrilha urbana [...]" (RICUPERO, 2017, p.460).

Eventualmente, Geisel, em 1974, estreava seu período ainda com o velho projeto da modernização conservadora e do autoritarismo moderado, porém começava-se a enxergar a mudança de comportamento da política externa:

> A "guinada sensacional" da política externa foi peça indispensável desse esquema: mais até do que a sua eventual utilidade externa, a diplomacia era chamada a contribuir internamente para reforçar a base de apoio da distensão. O nome oficial "distensão", e não abertura ou redemocratização, denunciava o real significado da ideia: não se cogitava devolver logo o poder aos civis como se os objetivos de 1964 tivessem sido alcançados (RICUPERO, 2017, p. 471).

A distensão fez com que o pragmatismo responsável se tornasse como uma bússola para a diplomacia brasileira, reativando alinhamentos políticos externos como denunciar acordos militares com os estadunidenses, por exemplo. Porém, é importante evidenciar que o senso de oportunidade foi elemento chave para a diplomacia brasileira neste período (RICUPERO, 2017). No período do último líder da ditadura militar, João Batista Figueiredo, o fim do sangrento período foi lento, gradual, iniciado em 1979: "[...] entrava em vigor a anistia, graças a compromisso com os duros, que obtinham a inclusão dos crimes de tortura, desaparecimentos, assassinatos e outros praticados por agentes do estado. [...] em novembro de 1979, punha-se fim ao artificialismo do sistema bipartidário [...]" (RICUPERO, 2017, p. 500).

Com a distensão continuada por Figueiredo, o multipartidarismo cresceu intensamente no Brasil: a Arena se tornaria o Partido Democrático Social (PDS) e o MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Eventualmente, o Partido dos Trabalhadores (PT) é fundado por Lula, além da criação de outros partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular (PP) Na política externa, o Itamaraty atuava ativamente no cenário internacional, mas ainda eram necessários elementos

futuros que serão abordados posteriormente à redemocratização de 88 (RICUPERO, 2017). Desta forma, é importante reafirmar que:

> [...] minimizar os contrastes existentes entre paradigmas que coabitavam a instituição seria a política óbvia de um regime que pregava a união. No entanto, o sucesso dessa empreitada parecia improvável dada a conjuntura em que se enreda o governo do último general presidente do ciclo ditatorial de 1964 (FERREIRA, 2006, p.124)

Portanto, a redemocratização ainda engatinhava em 1985 com os problemas anteriores à ditadura, como a inflação e a economia totalmente bagunçadas, assim como temas políticos sociais: “Em matéria de democracia, direitos humanos, qualidade das instituições, o panorama era de terra arrasada” (RICUPERO, 2017, p. 519).

Antes da morte de Tancredo Neves, novamente estabeleceram-se relações diplomáticas com os EUA, a Europa e os países da América Latina, que eram necessárias para a reabertura do país para remover os aspectos de autoritarismo deixados pela ditadura. Em 1985, as relações com Cuba são restabelecidas, e o Grupo do Rio nasce de uma fusão de dois grupos formados pelo Brasil, Argentina, Peru, Venezuela, Uruguai, Colômbia, Panamá e México, atuando como um núcleo autônomo para diplomacia na América Latina sem o peso estrondoso estadunidense, tornando-se uma espécie de contrapeso. Ausente há quase vinte anos, o Brasil também retornava ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 1987, e propunha a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, assim como se inseria em tratados internacionais centrados nos direitos humanos, como o Pacto de São José, responsável por determinar o sistema interamericano de direitos humanos em 1969, enquanto domesticamente os militares ignoraram o pacto sem remorsos. O fim da segunda metade da década de oitenta foi marcado por diversos eventos globais, como a queda do muro de Berlim, o fim dos governos comunistas na Europa Central e Oriental, e a reestruturação da democracia na América do Sul (RICUPERO, 2017). Em 1988, a nova constituição foi promulgada:

> Quando finalmente promulgada, em 5 de outubro de 1988, ganhou o título de Constituição-Cidadã, em homenagem aos inegáveis avanços que trouxe em participação popular, direitos sociais, transferência de rendas e benefícios para pessoas vulneráveis, como a aposentadoria rural sem prévia contribuição (RICUPERO, 2017, p. 521).

É digno de menção que, mesmo após o governo de Figueiredo e o breve governo de Tancredo Neves, Sarney ainda sentia os efeitos da época de transição após duros anos de um regime autoritário. Como exemplos, seu governo contou com uma atuação de seus dois chanceleres e uma participação constante dos quadros do Itamaraty para reerguer o país em relação ao cenário internacional (CÔRTES, 2010). Dessa forma:

> Os fatos e muitos atores do período precedente não podem ser ignorados como elementos da conjuntura nacional, ainda que com variável relevância. Os próprios instrumentos legais sobre os quais se assentará o novo regime democrático — dentre

> eles ressalte- se a nova Constituição — serão adotados ao longo do mandato. Nada disso diminui o espírito de liberdade que permeou o período e o distingue do governo anterior. Além disso, o trabalho de reconstrução da moldura do regime democrático então levado a cabo irá diferenciá-lo do governo seguinte, quando a infraestrutura política do regime não estará mais sujeita a questionamentos (CÔRTES, 2010, p. 18).

Economicamente, o Brasil passava por uma hiperinflação que trouxe diversos planos de estabilização, marcando o governo Sarney (RICUPERO, 2017). Domesticamente, a dívida externa consumia grande parte dos recursos do Estado e não havia previsão para que a mesma fosse prontamente solucionada. Externamente, o comércio voltado para o mundo tinha indícios muito tímidos, e não suficientes, de recuperação (CÔRTES, 2010). Em relação à conjuntura doméstica, alguns pontos continuavam sem respostas frente à transição do autoritarismo para a democracia:

> A liberdade de expressão canalizava a insatisfação popular com as enormes disparidades sociais e com a falta de resposta às necessidades de criação de postos de trabalho. Havia correntes políticas que continuavam legalmente impedidas de se fazerem representar no Congresso. Ao Legislativo e ao Judiciário restavam as reformas necessárias para adequar o País à nova condição democrática. Havia a promessa da Constituinte (CÔRTES, 2010, p. 49).

Em termos de política externa, Sarney tinha esperanças em reestruturar relações com os EUA, mas, sem uma ajuda significativa, o Brasil voltou-se para a Argentina recém redemocratizada e, também, com problemas econômicos. Depois de uma série de reuniões, assinou-se a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e o Programa de Cooperação Econômica, em que ambos os países se beneficiaram para deter suas enfermidades internas. Eventualmente, Uruguai e Chile se uniriam a este evento, este último um pouco mais tardiamente, em 1990. Entende-se, enfim, que tal programa se tornaria o início do Mercado Comum do Sul (Mercosul), como uma espécie de protótipo (RICUPERO, 2017).

No início dos anos noventa, o governo Collor produzia uma política externa relativamente parecida à anterior, focada em três pontos principais: a política de inserção competitiva, a reestruturação econômica e a política ambiental, a de direitos humanos e a da questão indígena. Porém, por conta dos problemas domésticos, como o confisco da poupança e a inflação chegando a oitenta por cento ao mês, a reestruturação econômica ofuscava os outros pontos. Dessa forma, a política externa do governo Collor teve como assinatura o objetivo de se atingir a autonomia através da modernização.

Por fim, no cenário sul-americano, o Tratado de Assunção foi assinado em 1991 visando um mercado comum, chegando mais perto ao atual Mercosul (RICUPERO, 2017). Além disso, a postura de estabelecer parcerias internacionais era essencial para inserir o Brasil em um mundo globalizado. Digno de menção, também era importante a exploração do "nicho de

oportunidades" políticas e econômicas após o fim da Guerra Fria (SANTANA, 2006). Em resumo:

> A política externa do governo Collor procurou, basicamente, instrumentalizar, em âmbito externo, o processo de reforma e de abertura econômica e restabelecer a credibilidade do País ante seus principais interlocutores no mundo industrializado. Buscou utilizar a política externa como ferramenta para ampliar a competitividade internacional do País, melhorando as condições de acesso a mercado, crédito e tecnologia. Todavia, a tentativa do governo de abandonar o modelo estatista por meio de rápida implementação de políticas liberalizantes viu-se constrangida pela crise política deflagrada no segundo ano do mandato presidencial (SANTANA, 2006, p.4).

Posteriormente, a política externa de Itamar Franco, junto à novidade do Plano Real que prometeria solucionar os problemas econômicos do país, focou-se na consolidação da autonomia mencionada anteriormente por Collor, como, por exemplo:

> [...] o avanço na construção da confiança com a Argentina no terreno nuclear, o Mercosul, as mudanças que permitiram finalmente ao Brasil, à Argentina e ao Chile ratificar o Tratado de Tlatelolco sobre a proscrição de armas nucleares na América Latina, o apoio ao governo do MPLA em Angola, a criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. Chegaram ao término, nessa época, as negociações da Rodada Uruguai do Gatt, com a adoção da Ata Final de Marrakesh (1994), pela qual se estabeleceu a Organização Mundial do Comércio (OMC), e a aprovação de números significativos de acordos, inclusive sobre os novos temas de serviços, propriedade intelectual e investimentos. (RICUPERO, 2017, p. 567).

Mesmo configurando-se como um governo curto como o seu antecessor, Itamar focou-se no posicionamento do Brasil como país em desenvolvimento no contexto internacional. Isso foi necessário, portanto, para recuperar a imagem deteriorada do Brasil após as reformas e planos não finalizados do governo Collor, que geraram forte desconfiança internacionalmente (SANTANA, 2006).

Durante a segunda metade da década de noventa, Fernando Henrique Cardoso viveu o sucesso do Plano Real e, assim, a abertura e liberalização comercial, a privatização e a política externa liberal e democrática era seu foco. É importante mencionar a adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares como um marco inovador na política externa: “Aceitar o tratado abriria a guarda para a acusação de que o país cedia às pressões das grandes potências, nomeadamente dos Estados Unidos [...]” (RICUPERO, 2017, p. 589). Por outro lado, a consolidação do Mercosul no ano de 1991 era prioridade para Fernando Henrique, sendo uma tentativa de centralizar as relações diplomáticas do Brasil no continente sul-americano (RICUPERO, 2017). Dessa forma, a diplomacia de ação foi uma característica extremamente marcante da política externa dessa gestão (SANTANA, 2006).

No século XXI, “[...] formuladores de política externa brasileiros fizeram do *soft power* uma das marcas registradas da sua estratégia de política externa” (STUENKEL, 2018, p. 109), dando continuidade ao projeto de diplomacia já de tradição, desde o Barão, com propósitos

claros de projeção do Brasil enquanto país pacífico, colaborador e aberto à construção de entendimentos conjuntos. Na primeira década do novo século, a política externa do governo Lula centralizou-se nas relações do sul global, se desdobrando em quatro eixos principais:

> A obtenção do reconhecimento do Brasil como ator político global de primeira ordem no sistema internacional policêntrico em formação [...]. 2) A consolidação das condições econômicas internacionais que favorecessem o desenvolvimento a partir das vantagens comparativas brasileiras [...]. 3) A ênfase na dimensão Sul-Sul [...]. 4) A edificação de espaço político-estratégico e econômico-comercial de composição exclusiva sul-americana [...] (RICUPERO, 2017, p. 608).

Nos primeiros quatro anos do governo de Dilma Rousseff, a política externa se manteve similar à diplomacia do governo Lula, porém entendido como menos ativo e mais limitado externamente (CORNETET, 2013). Em 2016, o *impeachment* de Dilma foi orquestrado e Michel Temer se manteve até 2018. Sua política externa influenciava fortemente na integração regional do continente, como o tenso evento da suspensão da Venezuela no Mercosul. Por outro lado, integrar o bloco econômico sul-americano com a União Europeia era ponto central da política externa dos dois anos de governo Temer, assim como a infraestrutura também era tema importante (OLIVEIRA, 2018).

Desde o início de 2019, no entanto, o Brasil passou por momentos delicados. As motivações ideológicas e a falta de interesses nacionais em diversos âmbitos estruturais do país não são, até então, suficientes para ordenar a política de Jair Messias Bolsonaro. É inegável evidenciar que, em termos de política externa, Bolsonaro levou o governo ao alinhamento automático e instantâneo aos EUA, até então, governado por Donald Trump. Nesse contexto, o planejamento de autonomia e coordenação focada na cooperação dos países do Sul tão valorizada pelos presidentes dos períodos anteriores foi ignorada, deixando o Brasil em desvantagens no âmbito internacional sem um ponto central ordenador como nos demais governos (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020).

Assim, é evidente perceber que a PEB sofreu abruptas mudanças que oscilaram entre governos, desde os primeiros anos da República Velha até os anos da atual década de 20. Podem-se destacar, dessa forma, elementos presentes na PEB em diversos períodos, como o alinhamento automático — ou a falta deste — com os EUA mencionado e o aumento da autonomia no final do século XX. Eventualmente, percebeu-se uma valorização do Mercosul, alinhado centralmente na PEB do início do século XXI, e, enfim, a influência direta de eventos globais na política doméstica e externa brasileira.

2.2 A estruturação organizacional histórica do MRE

Além da identificação das características políticas da trajetória externa do Brasil e seus expoentes e diretrizes, torna-se importante destacar como se constitui historicamente a organização da instituição responsável pela construção da diplomacia brasileira, estruturando as bases para uma melhor compreensão da configuração da diplomacia, seus interesses, agenda e influências. A descrição dos marcos da diplomacia na seção anterior deixa explícito o perfil dos indivíduos à frente da PEB após a Proclamação da República em 1889, responsáveis pela definição da agenda de política externa; homens da elite defensores de interesses específicos deste grupo restrito, logo, representando o exclusivismo no MRE. Dessa forma, o período da diplomacia na República Velha — ou Primeira República — respalda uma administração patrimonialista, ou seja, se caracteriza pela estreita aproximação do MRE com as oligarquias, as elites locais, e, de acordo com Figueira (2010, p. 8):

> Há de se ressaltar, portanto, que as exigências para o preenchimento do cargo de diplomata restringiam-se a pouquíssimas pessoas, aquelas que possuíam condições financeiras de ir estudar no exterior, possuidores de títulos e honrarias, regidas, em geral, por Viscondes e Barões.

Já até meados da Era Vargas, nos anos 1930, essa situação começa a mudar ligeiramente, havendo uma amenização das características oligárquicas e patrimoniais de administração da PEB e composição do MRE, principalmente com a reforma do Estado em 1936 (FIGUEIRA, 2010). A partir desse marco, novos critérios de exigência administrativa vigoraram, tornando o campo mais burocrático com "[...] a tecnicidade, a profissionalização, a neutralidade política, a centralização, a hierarquização, o caráter meritocrático das carreiras [...]" (FIGUEIRA, 2010, p. 8). O impacto da Reforma de 1936 e da reforma de Mello Franco (1930-1933) encaminharam o surgimento do processo seletivo pelo Concurso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1946 para a entrada na carreira diplomática - à época de sua criação não aceitava candidatas mulheres[8] - e a reforma de Oswaldo Aranha que criou a Academia Diplomática, ou Instituto Rio Branco (IRBr)[9] com a Reforma Leão Velloso (CASTRO, 2009).

> A inquestionável competência para lidar com assuntos de natureza internacional propiciado em grande medida pela formação coesa, pela solidez institucional e pela rigidez da estrutura hierárquica tornou a instituição menos permeável que as demais,

[8] Segundo a pesquisa de Viviane Rios Balbino (2011), a entrada de mulheres na carreira diplomática foi negada de 1938 até 1954.

[9] O Instituto Rio Branco ou Academia Diplomática passa a integrar o Itamaraty a partir de 1945, no contexto da gestão de Leão Velloso, se tornando o componente organizacional do Ministério que atua como centro de ensino capacitando os aprovados no concurso antes de fato exercerem a carreira (CASTRO, 2009).

> sendo o Ministério que menos comporta cargos comissionados e profissionais externos dentro de seu quadro funcional. (FIGUEIRA, 2010, p. 9).

Cheibub (1985) caracteriza esse momento de administração da diplomacia como "burocrático-racional", com a profissionalização da diplomacia e burocratização do acesso a esta carreira, que antes provinha de uma seleção baseada em privilégios. Entretanto, a permeabilidade do acesso e progressão de carreira no MRE permanece limitada, havendo um "[...] processo de reflexão sobre a eficácia do funcionamento da administração pública centralizada e altamente hierárquica [...]" (FIGUEIRA, 2010, p. 10). Assim, pequenas transformações decorreram desses questionamentos, como em 1979 com a criação do Ministério Extraordinário de Desburocratização, quando a diplomacia brasileira passou por reformas que tiraram a rigidez de processos de promoção e tornou o cargo de Ministro das Relações Exteriores sujeito à indicação do Presidente da República (FIGUEIRA, 2010).

Dentre as transformações aplicadas na diplomacia no final da década de 50 e início da década de 60, compreende-se a abertura do MRE para novas agendas em interrelação com os demais Ministérios. Como demonstrado na seção anterior, com o ganho de prestígio da diplomacia brasileira, este âmbito torna-se mais relevante e desperta interesses de outras burocracias federais, o que também auxiliou no processo de maior permeabilidade do Itamaraty, por exemplo, pela contratação de especialistas, ajudando a romper com o tradicionalismo (FIGUEIRA, 2010). Segundo Figueira (2010, p. 10), em função do alinhamento de competências entre os Ministérios:

> Neste contexto, o Presidente Juscelino Kubitschek encaminha ao Congresso, na mensagem de número 189, um Projeto de Lei cuja proposta visava estabelecer o intercâmbio ministerial por meio da criação de Comissões para o trato de questões transversais, tais como as responsáveis pela operacionalização do comércio exterior brasileiro, chefiadas por Ministros de assuntos econômicos em missões diplomáticas, além de um assessor indicado pelo Ministro da Indústria e Comércio e outro assessor indicado pelas Confederações Nacionais da Indústria, Comércio e Rural Brasileira.

Entretanto, as reformas empregadas até então sofriam resistência natural de grupos que concordavam com a hierarquização vigente, além disso, criavam-se desconfianças sobre os interesses daqueles que propunham as mudanças supracitadas internamente ao MRE (FIGUEIRA, 2010). Assim, ainda no período conturbado do Regime Militar (1964-1985), houve tentativas de mudanças administrativas do Estado que tiveram como objetivo ora a descentralização administrativa das esferas de poder — fornecendo maior permissividade para as ações autoritárias — ora a centralização política para contenção de oposições. Entretanto, esse dilema não surtiu impacto na composição organizacional do Itamaraty, que manteve sua estrutura rígida diante durante a ditadura e, ainda, no período subsequente, devido à

Constituição de 1988 manter-se conservadora na regulamentação das burocracias do Estado (FIGUEIRA, 2010).

Segundo Figueira (2010), a mudança administrativa que começa a impactar realmente as bases da administração pública, o que reflete no MRE, se inicia em 1995, com o Plano Diretor de Reforma do Estado, com uma proposta de atualização e readaptação. Dessa forma, a centralização hierárquica tradicional do MRE se altera enquanto reformas acontecem, criando abertura para reformas subsequentes e mais questionamentos da rigidez institucional, inaugurando novos paradigmas para a prática diplomática brasileira. Observa-se, assim, que apesar da diplomacia do Itamaraty ser uma instituição tradicional, na medida em que pressões e necessidades internas aos membros ou à sociedade organizada surgem, a estruturação diplomática interna se modifica para abarcar essas demandas, por exemplo, Mendes (2011, p. 26) coloca a questão da inserção da mulher nessa problemática da permeabilidade institucional:

> Na carreira diplomática, assim como na carreira política, pode-se observar que, apesar de as mulheres terem adquirido direitos formais iguais aos dos homens, ainda assim se encontram sub-representadas nesse ambiente que, até hoje, é predominantemente masculino.

Assim, até o presente século XXI, a estrutura organizacional do Itamaraty tem uma trajetória marcada por tentativas de abertura de sua estrutura e flexibilização de sua rigidez, "[...] embora preserve intacta sua rígida estrutura funcional e de despacho de questões intra burocráticas e a hierarquia decisória já conhecida [...]" (FIGUEIRA, 2011, p. 15). À título de exemplo, a ampliação e reforma das estruturas do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso criou, em 2002, o Programa de Ação Afirmativa (PAA) para candidatos afrodescendentes que prestaram o concurso para o IRBr, com objetivo de combater o racismo e os marcadores sociopolíticos ligados às pessoas negras, que limitam a fruição de oportunidades de estudo e acesso para esse grupo social. Para mais, houve "[...] um incremento histórico na abertura de vagas do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) entre 2006 e 2010 (com mais de 100 vagas por ano), além de um aumento da remuneração para o cargo inicial." (LIMA; OLIVEIRA, 2018, p. 800).

O Itamaraty adquire, assim, maior permeabilidade ao passar dos anos, entretanto, ainda há muito o que fazer para que o acesso ao Itamaraty seja realmente democrático, por exemplo, tendo em vista que "[...] tanto a origem de nascimento como a formação universitária dos diplomatas ativos em 2010 mantiveram a concentração histórica no Sudeste." (LIMA; OLIVEIRA, 2018, p. 819). Assim, a pesquisa de Lima & Oliveira (2018) que indica a entrada majoritária de candidatos homens e brancos do da região Sudeste é também reflexo da

complexidade da preparação para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD)[10], exigindo conhecimentos de línguas, como o francês e inglês, acesso à informações específicas sobre diversas áreas do conhecimento (INSTITUTO RIO BRANCO, [s.d.]b), materiais de estudo, tempo, dentre outros, muito mais custosos para as regiões mais pobres do país e para grupos em situação de desigualdade histórica no Brasil, como mulheres e negros.

Está em curso histórico a mudança organizacional da instituição diplomática brasileira, e, ainda que caracterizada por um processo lento, ela se encaminha no sentido da democratização da profissão. Com tendência para a maior porosidade institucional, o Itamaraty passou a prezar mais pelo diálogo com outros atores não-estatais e estatais como nunca em sua história devido às reorganizações institucionais de 2004 e 2006. Por isso, "[...] embora esses espaços de diálogo venham sendo abertos [...] no que se refere à estrutura interna do MRE, o que se observa é a manutenção do *status quo* organizacional." (FIGUEIRA, 2011, p. 20). Portanto, a diplomacia se mostra um âmbito mutável e que ainda precisa criar maior abertura para ingresso na carreira diplomática e progressão de carreira, sendo isso possível mediante a transformação dos interesses e grupos no cargo e no Poder Executivo, novas necessidades surgem, e novas interações e integrações geram pressões sociais e transformações nas normas organizacionais internas.

2.3 A história das mulheres na diplomacia brasileira

A história das mulheres na diplomacia traça um caminho diferente da história dos homens. Além de tardio, esse caminho pode ser analisado como mais árduo, mais intenso e mais desafiador através de uma série de etapas presentes na instituição. É necessário, dessa forma, que seja abordado neste trabalho os critérios diretamente e indiretamente relacionados à inserção do tema da desigualdade de gênero na carreira diplomática brasileira. Essa análise, portanto, precisa ser iniciada com a criação da carreira diplomática nos anos de Barão do Rio Branco.

A presença feminina no Itamaraty teve início em 1918 com a aprovação em primeiro lugar pertencente à baiana Maria José de Castro Rebelo Mendes. É importante frisar que o evento era uma exceção à regra: por mais que o MRE não tenha proibido formalmente a entrada

[10] Em relação aos meios de entrada na carreira diplomática, em 1946 foi criado CPCD com caráter de exame vestibular, após, em 1986 surge o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I) enquanto concurso público de provas, seguido pelo Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) em 1996 (INSTITUTO RIO BRANCO, [s.d.]b).

de mulheres, por tradição fortemente masculinizada, o Itamaraty era um espaço de homens, apenas, à época. Com isso, Maria teve sua inscrição negada, e apenas foi aceita quando a família juridicamente convenceu Rui Barbosa que "todos os brasileiros", frase presente na constituição vigente da época, não excluía as mulheres, assim, é importante evidenciar a influência e o contato da família no Itamaraty (MAGALHÃES, 1995). Sua presença no Itamaraty despertava os interesses da imprensa em todos os momentos, que levava ao jornal o questionamento do feminismo que começava a engatilhar no Brasil (FRIAÇA, 2018). Para a década de 20, apenas a presença da mesma no Itamaraty abalava a sociedade brasileira, mesmo exercendo papeis de características masculinizadas. Como afirma Fabiana Câmara Furtado (2003, p. 26)

> No tocante ao Brasil da Belle Époque (final do séc. XIX até as primeiras décadas do séc. XX), essas esferas estavam fortemente demarcadas negando às mulheres diversos direitos. Mesmo assim, esse período foi marcado por alguns avanços no comportamento feminino que acarretaram profundos debates tanto entre os conservadores quanto os progressistas. Afinal de contas, presenciar uma moça de "boa família" – pertencente às classes média ou alta – andando sozinha nas ruas era um ato recente e totalmente inusitado. Mesmo que hábitos como esses tenham se tornados comuns nas primeiras décadas do século, os segmentos conservadores da sociedade não os aceitavam, receosos talvez, porque nesse período surgem as primeiras vozes de protestos contra a discriminação sofrida pelas mulheres e as restrições que lhe foram impostas, como a exclusão às atividades econômicas e políticas

Isso contribuiu, timidamente, para que as mulheres fossem exceções dentro da instituição. O caso recebeu atenção nas mídias e nas organizações feministas da época, como o Partido Republicano Feminino. Uma visão de cunho feminista começava, da sua forma possível e mesmo que devagar, a se apresentar e despertar interesses no cenário diplomático brasileiro

Nesse contexto, houveram dezoito aprovações femininas na prova do Itamaraty entre 1919 e 1938. A inserção de mulheres, desde a reestruturação da carreira diplomática, passou a ser, propriamente, para a diplomacia, e isso era impensável para um diplomata: "colegas de mesmo nível hierárquico dos homens" (BALBINO, 2009 *apud* MENDES, 2011, p. 30). A partir de 1938, aprovou-se a Reforma Oswaldo Aranha, além de unir as carreiras de diplomatas e cônsules, deixava-se claro que apenas candidatos do sexo masculino poderiam se tornar diplomatas no parágrafo único do artigo 30 do dispositivo legal (FRIAÇA, 2018). Um argumento muito utilizado eram os supostos inconvenientes causados na esfera administrativa, jurídica e social com a admissão feminina, assim como a justificativa de que a presença feminina era prejudicial na eficiência da representatividade do Brasil em suas relações exteriores (FRIAÇA, 2018). Mais tarde, em 1953, uma mulher foi aceita como exceção através de um mandado de segurança. Apenas no ano seguinte, a inserção de mulheres foi autorizada oficialmente (MENDES, 2011).

Também é importante evidenciar que as mulheres do Itamaraty, mesmo depois de 1938, eram sempre alocadas em cargos administrativos ou consulares. Mesmo pertencentes à mesma carreira dos homens, três mulheres, apenas, conseguiram atingir o mais alto cargo da carreira, o Ministro de Primeira Classe, popularmente conhecido como embaixador. Em destaque, Odette de Carvalho e Souza, uma das três embaixadoras, foi chefe do Departamento Político e Consular entre os anos de 1956 e 1958, cargo mais importante da época. Estas dezenove mulheres ao ingressar até 1938, junto à Maria José Monteiro de Carvalho, ingressando em 1945, somavam a primeira geração de mulheres no Itamaraty, conhecidas como o "Grupo das 20" (FRIAÇA, 2018).

A segunda geração engloba as mulheres diplomatas no período de 1954 a 1988. Em 1952, quando Maria Sandra Cordeiro de Mello recorreu ao poder Legislativo e à Justiça após ter a inscrição negada no exame de admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, ela contribuiu para a discussão dentro do Itamaraty sobre a permissão ou não da entrada de mulheres no MRE, mais uma vez. Dois anos depois, em 1954, o ingresso de brasileiros natos sem distinção de sexo foi aprovado pela Lei nº 2.171. Décadas após, em 1988, a Constituição de 1988 firmou a igualdade através da igualdade jurídica entre ambos os sexos (FRIAÇA, 2018).

Porém, até os anos atuais, o Itamaraty tem sua base institucionalista fortemente masculinizada, em que a igualdade de sexos ultrapassa a esfera legal e jurídica e se introduz na esfera social, que também é política. Por exemplo, pode-se analisar o percentual de mulheres que ingressaram e formaram no IRBr por turmas: tem-se, assim, a seguinte cronologia quantitativa: na década de 50, quando o ingresso de mulheres foi juridicamente possibilitado depois de 1954, a quantidade destas nas turmas era de, apenas, 8,2%. Na década seguinte, estes números cresceram significativamente para 11,8%. Nos anos 70, o número de mulheres saltou para quase o dobro da década anterior, 21% do total. Nos anos 80, no entanto, o número aumentou ligeiramente para 21,7%. Nos anos 90, percebe-se que o baixo aumento nos anteriores se tornou uma diminuição no início da década: o número caiu para 19,9%. No início deste século, nos anos 2000, o número cresceu para 21,4%, ainda menor do número dos anos 80. Porém, a partir de 2010, esse número avançou para 25,5% até 2019. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019).

Assim, barreiras sociais tradicionalistas institucionais e fora do âmbito legal das normas fazem com que o número de mulheres ainda se mantenha perto de um quarto do total de indivíduos, sendo, até 2019, 25,5% (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019). É preciso também debater sobre o cargo de embaixador, cargo mais alto na carreira diplomática,

pois se observa um padrão no qual mulheres têm mais dificuldade em alcançar cargos mais altos. À título de exemplo, dentre o período de 1945 a 2019, o instituto teve vinte embaixadores, porém, dentre eles, apenas três eram mulheres, estas, atuantes em 1987, 2018 e 2019 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019).

Apresentados os dados quantitativos da presença de mulheres na instituição, é necessário o questionamento da falta de representação feminina na diplomacia, transpondo o âmbito da aceitação da entrada de homens e mulheres sem distinção formal e oficial, vigente atualmente no ingresso ao Itamaraty pelo CACD. Práticas sociais impactam o número de mulheres em espaços tradicionalmente masculinizados e também sua autonomia e grau de influência nestes, como no Itamaraty, de forma que essas práticas se sustentam pela inserção desta instituição em uma sociedade de bases patriarcais. Portanto, é necessário compreender quais são as estruturas distintivas de gênero que impedem as mulheres de ingressar na carreira diplomática, como atuam para tal decorrência e como dificultam a efetivação de uma agenda de interesses feministas, ou seja, em prol da pauta de questões de gênero na política externa brasileira.

3 GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A DIPLOMACIA

O presente capítulo fundamenta as questões relacionadas ao gênero, definindo-o enquanto componente ligado às configurações históricas e preconceitos contemporâneos que podem incidir na diplomacia brasileira. Para tanto, aqui utilizam-se conceitos da abordagem teórica feminista para compreender o contexto social que forma o patriarcado e, também, reflexões da teoria feminista nas Relações Internacionais são utilizadas para fornecer uma perspectiva direcionada de como as construções de gênero refletem na sociedade internacional e estruturam o patriarcado também nesse nível. Mais especificamente, estabelece-se a interligação dos conceitos feministas trabalhados e suas consequências nos ambientes de poder doméstico e internacional da política, que excluem as mulheres do campo diplomático.

Considerando que as feministas nas Relações Internacionais buscam um projeto político para além da abordagem acadêmico-científica, a diferenciação de perspectivas em relação às críticas e mudanças necessárias frente às problematizações levantadas por elas permeiam distintivamente as vertentes deste pensamento (DO MONTE, 2013). Levando isso em consideração, optou-se aqui por trabalhar com conceitos ao contrário de vertentes feministas específicas para lidar com a complexidade e multiplicidade de influências, pensamentos e práticas na perpetuação e nos fundamentos da desigualdade de gênero na diplomacia.

Portanto, para além da questão da desigualdade de gênero na diplomacia brasileira, que é o foco do presente trabalho, realiza-se a inclusão da noção mais ampla de gênero nas R(r)elações I(i)nternacionais, bem como o destaque da história das ondas do feminismo e do feminismo no Brasil, buscando explicar o objeto de pesquisa a partir de termos fundamentais para a situar as questões que permeiam o foco da pesquisa, como o conceito central de patriarcado. No presente trabalho, as ondas do feminismo são destacadas apenas de modo a demonstrar a ascensão de discussões e os diferentes focos das lutas do movimento em cada época, não sendo essas fases sucessivas em importância de suas demandas ou pensamentos desenvolvidos sobre os temas em destaque.

Nesse sentido, observando o campo acadêmico e prático das R(r)elações I(i)nternacionais como androcêntrico, torna-se necessário abordar as construções, significações e estudos sobre o que o conceito de gênero representa, sobre o patriarcado constituído a partir do gênero, além de identificar a dualidade do masculino e feminino geradores da masculinidade hegemônica. Assim, disserta-se pela perspectiva da teoria feminista e, por fim, a masculinidade hegemônica é destacada por suas implicações na diplomacia, enquanto fator central na

compreensão da perpetuação do ambiente diplomático como um ambiente de homens e para homens.

3.1 Gênero, as ondas do movimento feminista e o sistema patriarcal

Gênero é o ponto de partida escolhido para fundamentar as proposições do presente capítulo da pesquisa por ser um termo que tem sua significação direcionada para a criação de uma hierarquia histórica entre masculinidade e feminilidade de forma social e cultural, incidindo na vida pessoal dos indivíduos. Nesse sentido, no Brasil, historicamente, o gênero também influencia na forma como são criados e diferenciados os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres na sociedade, o que recai de forma relevante na análise proposta da desigualdade existente na diplomacia brasileira e a sua política externa. Assim, a adoção de uma perspectiva de gênero para explicar dinâmicas sociais envolve o estudo da posição das mulheres na história, e suas lutas por equidade com o movimento feminista. Com isso, a identificação de como particularidades das mulheres são utilizadas como fonte de opressão em contraponto à exaltação das características relacionadas aos homens, principalmente enquanto provedores de família, permitem a configuração de um sistema patriarcal no país.

A percepção e necessidade de subversão da condição de desigualdade histórica entre homens e mulheres foi um dos motivos que impulsionaram a luta feminista, conformando um movimento social e político comumente dividido em "ondas", que surge na Europa. "Nos estudos feministas, a classificação em "ondas" faz referência aos momentos de transformações em que despontam novas prioridades, métodos e protagonistas." (RIBEIRO; O'DWYER; HEILBORN, 2018, p. 89). Assim, essa divisão é apenas uma periodização de um movimento social relevante e do que neste se coloca como enfoque dentre as diversas problemáticas que perpassam a vivência de mulheres na sociedade, diferindo entre si, as mulheres - brasileiras e de outras partes do mundo - podem experienciar realidades e necessitar de pautas distintas das colocadas pelo movimento insurgente.

Ana Paula Antunes Martins (2015) em seu artigo *O Sujeito "nas ondas" do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade* tem como abordagem as ondas do feminismo, indicando que as primeiras pautas por direitos para as mulheres no movimento surgiram no contexto de mobilização contra o modelo capitalista que mantinha o proletariado europeu em condições de trabalho insustentáveis e indignas, movidos pelos ideais de liberdade e igualdade. Nesse mesmo período, têm destaque a difusão de ideais marxistas e socialistas enquanto

pensamentos revolucionários ligados ao combate da exploração de classe que o proletariado sofre no capitalismo, sendo também importantes na ascensão de outros movimentos sociais como o feminismo (MARTINS, 2015).

Durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, há necessidade de força produtiva feminina nas fábricas, ocasionando a saída das mulheres do lugar que lhes fora tradicionalmente dedicado na Europa moderna: o lar, sendo a entrada no mercado de trabalho também propulsora do despertar de uma consciência política voltada para a luta por direitos básicos. À época, os homens estavam nas Guerras cumprindo seu papel masculino de defensores da pátria e de suas esposas, e nesse contexto, Martins (2015) indica que feministas se mobilizaram em torno dos ideais de igualdade e liberdade das revoluções burguesas e aplicaram estes à realidade desigual de cidadania em que se encontravam, lutando pelo direito ao voto, que lhes era negado, com o movimento sufragista, além disso, mulheres operárias protestam por condições igualitárias e dignas no trabalho.

Já no Brasil, Ana Costa e Cecilia Sardenberg (2008), desenvolvem que os objetivos do feminismo de primeira onda apresentam reflexos no país desde o final do século XIX, mas somente ganha expressão quando feministas sufragistas da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)[11] lideradas por Bertha Lutz lutam pelo voto feminino e outras pautas[12], e culminam na sua conquista em 1932. Por outro lado, no âmbito trabalhista, o movimento anarquista surtiu mais efeito na contestação das condições precárias de trabalhos para mulheres do que o próprio movimento feminista no país (MARTINS, 2015).

> Vale lembrar, também, que a luta das mulheres, particularmente as que abraçam a bandeira feminista, não se resume simplesmente na conquista dos direitos constitucionais, ou na denúncia das discriminações e desigualdades de gênero. Ao contrário, essa luta é muito mais ampla, posto que a opressão e a exploração da mulher também são muito mais amplas, assumindo várias facetas e formas, nem sempre facilmente identificáveis. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 44).

Com isso, a condição social legal desigual das mulheres melhora com a conquista de direitos civis e políticos básicos no país, sendo estes também essenciais para despertar maior consciência social sobre a situação de opressão em outros âmbitos que afetam a sociedade na sua totalidade, além da percepção da configuração na sociedade de uma sistemática perpetuação da desigualdade. Nesse sentido, é que na segunda onda do feminismo destaca-se o patriarcado,

---

[11] A FBPF, estabelecida no Brasil em 1922, também foi responsável por lançar o "Manifesto Feminista" brasileiro, pressionando por direitos básicos para as mulheres à época, além de ser uma influência pioneira para o surgimento de outras associações com foco feminista (COSTA; SARDENBERG, 2008).

[12] Bertha Lutz é uma feminista brasileira que lutou ativamente contra a desigualdade de gênero, sendo deputada suplente em 1934 e estando na Câmara Federal em 1936, já em 1937 lança o "Estatuto da mulher", prevendo uma série de direitos e avanços na política para mulheres brasileiras (COSTA; SARDENBERG, 2008).

sistema que estrutura a vida das pessoas distintivamente pelo gênero, ou seja, criando noções de masculinidade e feminilidade que são introjetadas e reproduzidas em práticas sociais machistas, que privilegiam os homens e promovem a subordinação das mulheres (COSTA; SARDENBERG, 2008). De acordo com Costa e Sardenberg (2008, p. 23-24):

> Nesse sentido, é preciso lembrar que, pese sua universalidade, a subordinação da mulher não se manifesta da mesma forma, ou no mesmo grau de intensidade, em sociedades, épocas ou classes sociais diferentes. E tampouco é vivenciada, ou percebida, da mesma maneira ou grau de intensidade, mesmo por mulheres em condições histórico-sociais semelhantes.

Tendo isso em mente, mesmo com o crescimento do reconhecimento da luta feminista na fase da segunda onda, muitas mulheres não compreendem os objetivos feministas, uma vez que o sistema patriarcal depende do convencimento da sociedade, em sua totalidade, da naturalidade da subordinação feminina. Essa naturalização pode ser percebida pela visão da autora Carole Pateman em *O Contrato Sexual*, a respeito de como o contrato social tradicional e sua idealização, que acontece teoricamente entre a totalidade da sociedade e o Estado, depende de uma noção de liberdade ilusória para todos. Entretanto, essa "história sobre a liberdade", nas palavras da autora, é vinculada ao direito patriarcal, que garante que o contrato social configure um âmbito sexual que promove a sujeição naturalizada das mulheres dentro dessa lógica. Segundo Pateman (1993, p. 16):

> A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal ou instância do sexual - o poder que os homens exercem sobre as mulheres. [...] A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal.

Neste sentido, o patriarcado não dispõe de uma única definição no campo acadêmico. Enquanto muitos estudos liberais afirmam que o patriarcado, como um regime paterno juntamente a um contrato social, foi superado com o advento das sociedades capitalistas modernas, estudos feministas levantam outros pontos (PATEMAN, 1993). É possível dizer que o conceito clássico do patriarcado foi substituído na sociedade contemporânea atual pela dominação masculina, opressão de mulheres, falocracia, androcentrismo ou relações de gênero, que se expressam de diferentes formas no contexto social (AZEVEDO, 2017)

Durante as a segunda onda do feminismo, observados pelo movimento como insuficientes apenas a conquista de direitos políticos, alguns direitos e proteções sociais, o patriarcado é destacado pelas feministas enquanto conceito chave para o combate à complexidade de expressões deste sistema de opressão das mulheres, e ressalta-se a necessidade de libertação deste. O movimento feminista no Brasil, no entanto, sofre duramente um retrocesso forçado pelo golpe militar de 1964 e as mulheres conservadoras passam a se

mobilizar na promoção da “Marchas com Deus, pela Pátria e pela Família” (COSTA; SARDENBERG, 2008). Isso evidencia como nem sempre as ondas do feminismo afetam os países de forma a trazer avanços e discussões em simultâneo, de forma que, segundo Costa e Sardenberg (2008), no Brasil, as discussões feministas só retomam gradualmente sua preponderância e se inserem nas discussões do “feminismo moderno” de segunda onda da Europa e dos EUA após o período ditatorial.

Nesse contexto, é importante destacar o crescimento de movimentos com diversas perspectivas sobre como superar o patriarcado no Brasil e alterar a lógica de subordinação do gênero feminino, até mesmo com articulação no âmbito internacional, como pelo III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe realizado em São Paulo. Dessa forma, é que perspectivas influenciadas pelo pensamento mais amplo sobre o gênero trazidas pela segunda onda do movimento feminista refletem no país, como demonstrado no pensamento de Ana Costa e Cecilia Sardenberg (2008, p. 44):

> Vale lembrar, também, que a luta das mulheres, particularmente as que abraçam a bandeira feminista, não se resume simplesmente na conquista dos direitos constitucionais, ou na denúncia das discriminações e desigualdades de gênero. Ao contrário, essa luta é muito mais ampla, posto que a opressão e a exploração da mulher também são muito mais amplas, assumindo várias facetas e formas, nem sempre facilmente identificáveis. Suas raízes são sociais e culturais e, portanto, para erradicá-las, toma-se necessário não só uma transformação social, mas uma verdadeira revolução nos costumes e práticas – uma revolução cultural.

Para mais, durante a segunda onda, estudos tendo o entendimento do gênero enquanto tema surgem para tentar compreender as bases da desigualdade existente entre homens e mulheres, e definições de gênero no campo acadêmico são desenvolvidas.

Em relação ao conceito de gênero, segundo as reflexões de Joan Scott (1995), em *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*, a autora aborda quatro elementos que definem o gênero e seus subconjuntos inter-relacionados – mas analiticamente diferenciados – em: “[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). O terceiro ponto trata-se da “[...] concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social” (SCOTT, 1995, p. 87). Em quarto e último lugar, a autora argumenta que o gênero tem como aspecto a identidade subjetiva, em que a investigação histórica é necessária para que a sua examinação seja relacionada às identidades generificadas e substantivamente construídas em relação às atividades, organizações e representações sociais historicamente específicas (SCOTT, 1995).

Para mais, o gênero pode ser compreendido através da junção de duas bases distintas e importantes: a da identidade material e a da construção social do caráter humano

(NICHOLSON, 2000). Assim, as ideias analisadas por Linda Nicholson (2000) em *Interpretando o gênero* indicam que a primeira geração de feministas do século XX acreditava que essa base de ideias sobre gênero era expressa, essencialmente, por fatores puramente biológicos. O gênero significava a expressão de desigualdade ou superioridade na sociedade de acordo com o sexo biológico de nascimento: homem ou mulher. Essa conformação deu origem ao conceito de sexismo em estudos iniciais antes dos anos 60, assim, o conceito funcionava enquanto forma de definir o preconceito com base no sexo, localizando o feminino em condição de desvantagem, e um ponto negativo do conceito era que essa definição tornava imutáveis alguns problemas de desigualdade, por estes serem visualizados como parte da biologia do ser humano (NICHOLSON, 2000).

No campo do pensamento sobre o gênero, a segunda onda do feminismo surgiu no final dos anos 60 a partir deste problema relatado no final do parágrafo anterior, época que trouxe mais atenção para a influência da esfera social, atenuando a ideia de que apenas o biológico influencia nos problemas de gênero. Nesse contexto, o caráter humano surge da construção social, ampliando o conceito de gênero e a questão da dicotomia feminina e masculina para as influências dos papéis sociais (NICHOLSON, 2000). “Atribuiu-se uma dimensão política ao problema da opressão feminina, sintetizado pelas feministas dos anos 60 pelo slogan “o pessoal é político” [...] a noção de “pessoal” foi identificada com as consequências do patriarcalismo na vida privada.” (MARTINS, 2015, p. 234).

Na terceira onda do feminismo, há presença subjetiva mais marcante sobre a construção da percepção das consequências do sistema patriarcal e das imposições de gênero. Nesse contexto, Martins (2015) indica que o gênero adquire uma compreensão voltada à ampliação deste conceito, tendo a desconstrução das mulheres, biologicamente determinadas, como foco, ou seja, “de sujeito para sujeitos”, segundo a autora. Essa desconstrução de gênero acontece visando à alteração da materialidade do que é ser mulher, por exemplo, com a incorporação de novos sujeitos na luta feminista e o destaque para a diversidade de mulheres existentes, promovendo um feminismo interseccional com múltiplos sujeitos e gêneros, ou mesmo a desconstrução destes, como mencionado (MARTINS, 2015).

Com isso, essas compreensões de gênero nos estudos feministas é, no contexto da presente pesquisa, ponto de partida essencial para compreensão e conscientização sobre as diferenciações de gênero que repercutem de forma a perpetuar o sistema patriarcal e manter as mulheres em condição de desigualdade. No Brasil, o movimento feminista do século XXI cresceu e se organizou de forma ativista na política, alargando suas pautas, visto que no país as mulheres ainda sofrem diversas formas de discriminação, como em relação aos seus direitos

sexuais e reprodutivos, à título de exemplo a questão do aborto, e sofrem violências de gênero dentro de um país tradicionalista (COSTA; SARDENBERG, 2008). Além disso, muitas recebem salários mais baixos e muitas vezes se submetem à jornada dupla entre a maternidade e serviços do lar e o mercado de trabalho.

Diante das dificuldades para as mulheres definidas pela desigualdade de gênero no cenário contemporâneo, compreende-se que a forma de organização da sociedade em torno dos atributos e direitos masculinos promove a adequação dos homens aos âmbitos políticos e públicos, e a inadequação das mulheres dentro destes. Uma vez que "[...] Teorias ocidentais sobre justiça universal, baseadas em um conceito um tanto abstrato de racionalidade, têm sido geralmente construídas a partir de uma definição de natureza humana que exclui ou diminui mulheres." (TICKNER, 1997, p. 617, tradução nossa[13]), pode-se concluir que esse entendimento envolve, portanto, uma ordem configurada pelo patriarcado na sociedade. Traduzindo essa ideia pelo pensamento de Pateman (1993), essa configuração patriarcal descrita destina a dominação das mulheres pelos homens, que, estando em situação de liberdade, destacam historicamente a liberdade dos homens como *status* universal.

Portanto, é a partir dos desenvolvimentos dos conceitos supracitados que se estabelece o alicerce para o presente trabalho: o patriarcado enquanto estruturação social do problema da desigualdade de gênero na diplomacia brasileira, adentrando na exclusão histórica da participação feminina na carreira diplomática e na política externa, temática que será discutida mais especificamente na última seção deste capítulo e, posteriormente, propriamente desenvolvida no capítulo final.

3.2 A construção das R(r)elações I(i)nternacionais pela dualidade do masculino e feminino

A abordagem feminista partindo do gênero, que permite a identificação dos papéis sociais e a relação de poder entre homens e mulheres que definem uma hierarquia e um sistema patriarcal de desigualdade na sociedade brasileira foi explicada na seção anterior. Nesta, será melhor desenvolvida a introdução e compreensão da construção dual de gênero, primeiramente no âmbito da prática das relações internacionais como política exterior e, posteriormente, também no campo acadêmico de Relações Internacionais. Para tal pretensão, deve-se reforçar

[13] Western theories of universal justice, built on a rather abstract concept of rationality, have generally been constructed out of a definition of human nature that excludes or diminishes women. (TICKNER, 1997, p. 617, grifo nosso).

como a dualidade de gênero aplicada ao internacional é conectada à discussão da seção anterior: as divisões sociais desiguais por gênero, já explicadas, configuram, através da socialização dos indivíduos, a dualidade do masculino e do feminino com fixação de dois grupos para enquadrar características para os seres humanos. Por ser difundida e refletida no âmbito internacional, essa dinâmica atua criando condições para configuração do patriarcado internacional, de modo que essa forma de distribuição dicotômica afeta as R(r)elações I(i)nternacionais.

Uma vez esclarecidos os conceitos da seção anterior, o feminismo se insere também na presente seção pelo desenvolvimento de conceitos mais complexos, exemplificando melhor os desdobramentos do patriarcalismo na vida social pública e privada, também pela passagem da lógica nacional de opressão da mulher para o internacional, partindo da noção dual de masculino e feminino aplicado às R(r)elações I(i)nternacionais. Dessa forma, no sentido da política externa, nota-se que a vida privada é geralmente ignorada por especialistas convencionais das relações internacionais, pois estes afirmam serem "problemas domésticos" desta esfera, no qual a maior parte das mulheres ainda são alocadas socialmente (ENLOE, 2014). Portanto, como afirma Cynthia Enloe (2014) em seu trabalho *Bananas, Beaches and Bases*, para as mulheres, o pessoal é internacional e o internacional é pessoal, essa relação estabelecida pela autora procura alterar a percepção tradicional dentro do campo acadêmico e prático das relações internacionais em relação ao preconceito que expressam com a inserção do indivíduo no internacional, para além de sua existência isolada no ambiente doméstico.

No âmbito das Relações Internacionais como espaço acadêmico, desde a década de 80, os estudos feministas cresceram de forma exponencial na Academia das Relações Internacionais, mas, apesar disso, seu impacto teve pouco efeito nas disciplinas *mainstream* (SYLVESTER, 1994). De acordo com J. Ann Tickner (1997), desentendimentos ocorrem nos estudos feministas e nos estudos *mainstream* de relações internacionais provenientes do (1) significado de gênero como manifestado em reações pessoais, (2) as realidades ou ontologias diferentes que feministas e não feministas veem quando se pensa em política internacional e (3) a divisão epistemológica que deixa subjacente se feministas estão desenvolvendo uma teoria ou não. Como evidencia a autora:

> Embora os estudiosos das Relações Internacionais, cientes da necessidade de prestar atenção à linguagem sensível ao gênero, provavelmente gostariam de reivindicar alguma distância dessa afirmação, ela indica como, com muita frequência, as alegações de neutralidade de gênero mascaram suposições masculinistas profundamente enraizadas que podem naturalizar ou ocultar as diferenças de gênero e as desigualdades de gênero (TICKNER, 1997, p. 614, grifo nosso, tradução nossa).[14]

[14] While scholars of international relations, aware of the need to pay attention to gender-sensitive language, would probably want to claim some distance from this statement, it does indicate how, all too often, claims of gender

Neste contexto, Carol Cohn (1987), ao descrever sua experiência como uma das mulheres em um workshop de verão sobre armas nucleares, doutrinas de estratégia nuclear e controle armamentista, exemplifica o caráter masculino que enxerga apenas o internacional separado da esfera privada nas relações internacionais. Sendo ministrado por um grupo de "intelectuais de defesa" composto basicamente por homens, Cohn questionou-se como eles poderiam pensar de tal forma, ou seja, utilizando o que chamam de sistemas racionais para lidar com os problemas criados por armas nucleares. Depois das duas semanas, Cohn foi convidada para continuar seus estudos no centro de tecnologia de defesa e controle armamentista da universidade e utilizou este tempo para entender como esse método de pensar funcionava para aqueles intelectuais compostos, unicamente, por homens (COHN, 1987).

Como sugere a autora, o espaço intelectualmente reconhecido como centro dos estudos de Defesa das Relações Internacionais em que ela se encontrava se resumia em "homens brancos engravatados discutindo o tamanho dos mísseis" (COHN, 1987, p. 692, grifo nosso, tradução nossa).[15] Quanto mais Cohn se engajava nas discussões, pesquisas e aulas, ela aprendia a linguagem específica daquela temática e tentava entender suas justificativas. Porém, tornava-se cada vez mais impossível expressar suas próprias ideias e seus valores: da mesma forma que a linguagem deste campo a concede acesso a muitas coisas, ela também a exclui radicalmente de outras. Fisicamente, expressar seus problemas era impossível, pois a linguagem não aceitava que certas questões fossem feitas e que certos valores fossem expressados (COHN, 1987). Como a autora exemplifica:

> [...] a "realidade" de que eles falam (intelectuais) é ela própria um mundo de abstrações. A teoria da dissuasão e grande parte da doutrina estratégica foram inventadas em grande parte por matemáticos, economistas e alguns cientistas políticos. Foi inventado para se manter unido abstratamente, sua validade julgada pela lógica interna (COHN, 1987, p. 709, grifo nosso, tradução nossa). [16]

Assim, os estudos feministas que definem o gênero como um senso simbólico construído social e culturalmente por variáveis dicotômicas de masculinidade e feminilidade se

---

neutrality mask deeply embedded masculinist assumptions which can naturalize or hide gender differences and gender inequalities (TICKNER, 1997, p. 614, grifo nosso).

[15] White men in ties discussing missile size. (COHN, 1987, p. 692, grifo nosso).

[16] [...] the "reality" of which they (intellectuals) speak is itself a world of abstractions. Deterrence theory, and much of strategic doctrine altogether, was invented largely by mathematicians, economists, and a few political scientists. It was invented to hold together abstractly, its validity judged by internal logic (COHN, 1987, p. 709, grifo nosso).

apresentam, por exemplo, quando as características ligadas ao poder e à racionalidade são atribuídas ao masculino, como foi demonstrado na experiência de Carol Cohn. Em contraponto, como foi indicado na seção anterior, características subalternas para os homens, como fraqueza e emoção são ligadas ao gênero feminino. Segundo Nadia Lima (2008, p. 365), "De modo geral, estas representações se caracterizam pela visão estereotipada que perpassa as relações sociais, atribuindo posições e características diferenciadas a homens e mulheres de acordo com um destino "natural".

Dessa forma, ao desenvolver relação com o ambiente das relações internacionais como política internacional, o senso comum deste espaço determina, não explicitamente, que agir como um homem "de verdade" está ligado ao fato de não expressar fraquezas "femininas", mas acredita-se que mulheres também tendem a valorizar positivamente características masculinas (TICKNER, 1997). Como afirma a autora, por exemplo:

> Como essas características são construções sociais, é perfeitamente possível para Margaret Thatcher agir como uma dama de ferro ou um "homem de verdade". Na verdade, muitas feministas argumentariam que tal comportamento é necessário para mulheres e homens terem sucesso no difícil mundo da política internacional (TICKNER, 1997, p. 614, tradução nossa). [17]

Portanto, podemos utilizar o caso acima para exemplificar a dualidade do masculino e do feminino nas relações internacionais: compreende-se a ideia de que homens são masculinos e mulheres são femininas, ou seja, homens são atuantes no poder da política internacional e mulheres se encontram fora desta esfera, pelas bases do sistema patriarcal. Assim, quando Margaret Thatcher age como uma dama de ferro, ela é vista como um "homem de verdade", não enquanto uma mulher com características próprias, isso acontece por dispor de características definidas pelo patriarcado internacional como masculinas, como dureza e racionalidade, e, atuando em um espaço visto como masculino, a política internacional absorve e reproduz a dualidade supracitada.

A dualidade do feminino e do masculino também precisa ser compreendida no âmbito das relações internacionais, ou seja, na esfera da política internacional. É necessário esclarecer que, como J. Ann Tickner (2001) argumenta em *Gendering World Politics: issues and approaches in the post-Cold War*, a política internacional, principalmente após os conflitos da Guerra Fria, não está limitada à pura atuação estatal:

> A política internacional não pode se restringir à política entre Estados; a política está envolvida nas relações entre organizações internacionais, movimentos sociais e outros

[17] Since these characteristics are social constructions, it is entirely possible for Margaret Thatcher to act like an iron lady or a "real man". In fact, many feminists would argue that such behavior is necessary for both women and men to succeed in the tough world of international politics (TICKNER, 1997, p. 614).

> atores não estatais, corporações transnacionais e finanças internacionais e organizações de direitos humanos, para citar alguns (TICKNER, 2001, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).[18]

De acordo com Cynthia Enloe (2014), para tornar a política internacional útil para o feminismo, é intrinsecamente necessário acompanhar mulheres para lugares que estão fora da bolha do privado, doméstico e local, ou seja, feminino. Mulheres trabalhando em ministérios de relações exteriores, um ponto focal deste presente trabalho, são tratadas por comentaristas da política como pouco interessantes, quando estas atuam energeticamente, por exemplo, no Caso Irã-Contras, no caso da intervenção militar clandestina estadunidense na Nicarágua na década de 80 e nas secretas negociações de paz Israel-Palestina na década seguinte (ENLOE, 2014). Quando estudantes feministas dão atenção a estas mulheres atuantes, passa-se a entender o efeito das mulheres na política internacional, que, por muito tempo, foram omitidas, quando nem sequer puderam atuar:

> Graças à pesquisa inovadora de acadêmicos informados pelo feminismo, sabemos procurar secretarias em toda a política internacional. Por exemplo, descobrimos recentemente que, nas décadas de 1920 e 1930, algumas mulheres empreendedoras – alemãs, britânicas, holandesas – buscaram empregos na recém-criada Liga das Nações, a organização internacional fundada após a terrível Primeira Guerra Mundial para refazer as relações entre os Estados. Essas mulheres estavam abrindo novos caminhos não apenas por se tornarem as primeiras funcionárias internacionais, mas também por, como mulheres, seguirem suas próprias carreiras longe de casa (ENLOE, 2014, p. 4, grifo nosso, tradução nossa).[19]

Muitas mulheres têm sido reconhecidas recentemente no espaço da política atual, cada uma com sua experiência de como o gênero influenciou suas jornadas (ENLOE, 2014). Porém, é importante ressaltar que: "[...] milhões de mulheres são atores internacionais, e a maioria delas não são Shirin Ebadi ou Hillary Clinton" (ENLOE, 2014, p.5, grifo nosso, tradução nossa)[20]. Neste ponto, a dualidade entra como ponto importante, porém diferente: deve-se compreender como essa dualidade determina onde mulheres estão e o que elas pensam disso, e não determinar

---

[18] International politics cannot be restricted to politics between states; politics is involved in relationships between inter- national organizations, social movements and other nonstate actors, transnational corporations and international finance, and human-rights organizations, to name a few (TICKNER, 2001, p. 2, grifo nosso).

[19] Thanks to innovative research by feminist-informed scholars, we know to look for secretaries throughout international politics. For instance, we recently have learned that in the 1920s and 1930s, some enterprising women—German, British, Dutch—pursued jobs in the newly launched League of Nations, the international organization founded in the wake of horrific World War I to remake interstate relations. These women were breaking new ground not only by becoming the first international civil ser- vants but also by, as women, pursuing their own careers far from home. (ENLOE, 2014, p. 4, grifo nosso).

[20] Millions of women are international actors, and most of them are not Shirin Ebadi or Hillary Clinton. (ENLOE, 2014, p.5, grifo nosso).

a dualidade do feminino e do masculino, como já realizamos anteriormente. Através de como o poder opera, a dualidade masculino-feminino interfere fortemente na posição e consciência de estar das mulheres atuantes da política internacional.

Um segundo exemplo da dualidade do masculino e do feminino nas relações internacionais como política internacional é o relato de Carol Cohn (1987). É possível, desta forma, fazer uma relação do espaço em que Cohn (1987) esteve com o espaço em que as mulheres diplomatas brasileiras estiveram e estão. Como se inserir em um espaço em que a linguagem não foi feita para sua própria inclusão, no caso, a inclusão das mulheres na PEB através da atuação do Itamaraty? Como as ideias das diplomatas serão expressas e ouvidas sem antes haver uma desconstrução da estrutura patriarcal do Itamaraty, e sem que haja a necessidade de mulheres se comportarem como os homens ali presentes? Por isso, é necessária a compreensão de como a construção das relações internacionais se dá através da dualidade entre o masculino e o feminino.

Nesse sentido, o feminismo aplicado às relações internacionais permite compreender a dualidade do masculino e feminino pelo "gênero como um sistema de símbolos, empregados para interpretar a realidade e fixar significados, servindo, consequentemente, não apenas como uma categoria de classificação e forma de diferenciação de indivíduos, mas também como um guia para as nossas ações." (DO MONTE, 2013, p. 69). No sistema internacional, utilizar gênero enquanto categoria de análise com gênese na construção social de orientação patriarcal, como indica a citação, reflete nos indivíduos e sua atuação projetada no internacional a partir de estruturas criadas para diferenciar e alocar homens e mulheres, ou seja, a dualidade do masculino e do feminino. Isso impacta, portanto, na percepção dos indivíduos não a partir de características biológicas que os distinguem, mas em preconceitos sociais impregnados na distinção dos gêneros tradicionais, sendo essa noção essencialmente útil na análise das posições de poder hierárquicas entre homens e mulheres (DO MONTE, 2013).

3.3 Teoria Feminista de Relações Internacionais: como surge e as contribuições para o campo

A Teoria Feminista de Relações Internacionais faz parte da corrente de teorias pós-positivistas do terceiro debate das Relações Internacionais, que surgem objetivando a elaboração de novas perguntas sobre o campo, ou seja, questionamentos que as correntes teóricas tradicionais positivistas *mainstream* — sendo as principais o liberalismo e o realismo — não conduziram. "Caracteriza o positivismo, em RI, a utilização de métodos e pressupostos

retirados do liberalismo clássico e da ciência econômica para estabelecer leis gerais da política internacional" (DO MONTE, 2013, p. 60). Nesse momento, é importante salientar que as teorias *mainstream* têm objetivo de generalizar a prática e o pensamento sobre as relações internacionais, de forma que almejam se prontificar em determinar os melhores cursos de ação ao pré-determinar características para o campo, para a política internacional e para os Estados.

Segundo Yosef Lapid (1989, p. 238, tradução nossa[21]) "o terceiro debate marca um claro fim do consenso epistemológico positivista", tentando mostrar as condições a partir das quais se constroem e consolidam os sentidos mais aceitos e sustentados sobre a realidade internacional, trazendo um perfil pós-positivista voltado para o pluralismo metodológico (LAPID, 1989). Nesse sentido, dentro do campo acadêmico de Relações Internacionais, a introdução do indivíduo como categoria de análise, dentro da proposta de estabelecimento de uma abordagem estrutural pós-positivista, foge da noção conservadora das teorias realistas centradas no Estado enquanto categoria analítica mais relevante e, até mesmo, como o único nível que importa (WHITWORTH, 1994). Com a pluralidade de teorias feministas em Relações Internacionais, os Estudos de Gênero das Relações Internacionais contribuem na compreensão da problemática levantada pelo presente trabalho, na medida em que "[...] procuram, nas instituições e normas do sistema internacional, explicações para a assimetria nas relações entre os gêneros e instâncias de constituição de identidades de homens e mulheres." (DO MONTE, 2013, p. 68).

Concomitantemente, o pensamento feminista aplicado às relações internacionais foi colocado cada vez mais em pauta, pressionando a dominância das teorias *mainstream*, de forma que as relações de gênero passaram a ser inseridas como categoria de análise das dinâmicas do sistema internacional e, a partir dessas críticas e construções teóricas, estruturou-se a Teoria Feminista de Relações Internacionais. Assim, uma grande dificuldade do reconhecimento da abordagem feminista enquanto válida para compreender as relações internacionais e *high politics* decorre justamente do ponto de partida do indivíduo e o gênero como nível inicial de análise, onde se iniciam as compreensões da estruturação patriarcal doméstica aplicada ao internacional, a que o presente trabalho se propõe. Como levantado por Sandra Whitworth (1994), gênero é uma categoria historicamente ausente nas Relações Internacionais visto que

[21] [...] the third debate marks a clear end to the positivist epistemological consensus that was hardly shaken in the course of the "history versus science" controversy. (LAPID, 1989, p. 238, grifo nosso).

as teorias *mainstream* do campo são *male-stream*, ou seja, são produzidas a partir da visão de homens e para favorecer estes no contexto da política internacional.

Estando o campo acadêmico profundamente embasado numa visão masculina das relações internacionais, durante muito tempo, apenas homens discutiam e conduziam a política internacional, construindo bases teóricas que se propunham neutras, mas que refletiam e ainda refletem a parcialidade das vertentes hegemônicas, perpetuando a dicotomização e hierarquização de gênero. Tickner (1997) ressalta ainda que outro problema de aceitação do feminismo nas relações internacionais é que ainda existem acadêmicos que conseguem compreender a crítica feita ao sexismo e ao patriarcado, mas não constatam a utilidade dessa discussão das relações entre homens e mulheres no âmbito internacional. Essa realidade está conectada também com a confusão em torno da significação do gênero, pois as caracterizações de gênero são frutos de construções sociais e sua disseminação.

Segundo Tickner (1997), desde o surgimento das abordagens feministas de relações internacionais no final dos anos 80 até atualmente, o debate feminista com outras vertentes acadêmicas tem sido alvo de relutância. Ainda, Tickner (1997) menciona como apresentar uma pesquisa ou trabalho com temática na Teoria Feminista das Relações Internacionais levanta questionamentos sobre a real aplicabilidade de gênero no internacional, demonstrando uma compreensão conservadora de que problemas de gênero não se interligam diretamente ao nível internacional, sendo considerados problemas domésticos. Já para outros acadêmicos a crítica difere, mas permanece no sentido de menosprezar a abordagem, pois afirmam que a Teoria Feminista de Relações Internacionais carece de substância teórica, dado que, na visão deles, ela foca em realizar criticismo e não tem aplicação e testagem empírica.

Portanto, é em decorrência do foco histórico exclusivamente no masculino que se situa a dificuldade de entendimento do pertencimento da abordagem do patriarcado internacional na análise eficaz nas relações internacionais, resultando nessa falta de compreensão do papel do feminismo na análise do internacional. “Acreditando que essas questões são indicação de uma audiência pouco familiar com, ou até mesmo ameaçada pela questão feminista, um palestrante frustrado pode bem desejar dizer: você apenas não entende” (TICKNER, 1997, p. 613, tradução nossa[22]). Esse relato de Tickner (1997) se deve ao fato de que ainda são poucas as pessoas no campo acadêmico dispostas a identificar a complexidade e importância que a análise feminista

[22] Believing these questions to be indications of an audience unfamiliar with, or even threatened by, feminist subject matter, a frustrated presenter may well wish to declare: You just don’t understand. (TICKNER, 1997, p. 613, grifo nosso).

carrega ao denunciar a estruturação patriarcal transposta para o âmbito internacional, ocorrendo também devido à desigualdade de gênero existente na vida social do âmbito doméstico.

Na tentativa de captação de uma "vida social internacional" tendo o recorte de gênero como foco de análise é que os questionamentos feministas sobre as relações internacionais se embasam (DO MONTE, 2013). Assim, a partir da imersão em que as mulheres se encontram em relação à hierarquia de poder que permeia a política doméstica, Cynthia Enloe (2014) desloca essa lógica para o internacional visando observar como o poder nessa esfera coordena as posições sociais dos indivíduos, as percepções genderizadas, ou seja, "o pessoal é internacional". A autora ainda desenvolve ideias a partir de outra parte da sua frase "o internacional é político", que recai sobre a importância dos indivíduos para além de sua vida privada, pois para a compreensão do internacional é preciso conseguir captar como a vida pessoal é influência fundamental no ordenamento político, econômico e social globalmente por estruturas de poder (ENLOE, 2014).

Para mais, Sandra Whitworth (1994) ressalta, nas contribuições feministas, que uma teoria sobre relações internacionais que é sensível ao gênero deve permitir o debate sobre a construção social de ideias ou significados, como na linha de pensamento da segunda onda feminista, destacada na seção 2.1. Ela indica que o feminismo nas relações internacionais, ao teorizar o poder no âmbito internacional, é desprezado por muitos acadêmicos de outras vertentes visto que as relações de poder entre homens e mulheres são formuladas para parecerem consensuais e naturais (WHITWORTH, 1994). Segundo Whitworth (1994, p. 26, tradução nossa)[23]:

> As relações de gênero não caem do céu, elas são socialmente construídas por meio das definições sociais de gênero enquanto desenvolvidas por homens e mulheres como construídas em e afetadas pelas instituições internacionais, políticas e econômicas. [...] À isso pode ser adicionado que essas instituições, práticas, respostas coletivas e processos de mudança de pensamento incluem compreensões das relações de gênero.

Portanto, a Teoria Feminista de Relações Internacionais se presta ao entendimento sobre como são mantidas e construídas relações de dominação entre os gêneros no âmbito internacional para além de uma lógica "feminino contra masculino" gerada pelo "estranhamento de gênero" (TICKNER, 1997). Esse estranhamento da utilização de gênero no campo teórico de Relações Internacionais implica que mulheres não necessariamente escolhem

[23] Gender relations do not fall from the sky; they are socially constructed through the social definitions of gender as developed by women and men and as constructed in and affected by international economic and political institutions. [...] To this it can be added that these institutions, practices, collective responses and changing mental processes include understandings of gender relations. (WHITWORTH, 1994, p. 26, grifo nosso).

adotar uma abordagem feminista e alguns homens podem e utilizam gênero como categoria analítica (TICKNER, 1997). Uma análise feminista do âmbito internacional compreende essa disposição de forma que nem sempre a presença de indivíduos do sexo feminino irá promover um pensamento feminista direcionado ao combate à desigualdade de gênero promovida pelo patriarcado internacional.

Isso acontece, segundo Joan Scott (1995), pois as construções culturais que permeiam o gênero são ideias de adequação do masculino e feminino às identidades subjetivas postas em prática pela socialização destes de acordo com padrões preconceituosos. Segundo a autora, historicamente, esse uso de "gênero" recai primeiramente sobre análises sociológicas domésticas, pois "[...] aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm a ver explicitamente com essas relações, o gênero parece não se aplicar a estes objetos [...]" (SCOTT, 1990, p. 76). Portanto, o caráter internacional anárquico e com foco no Estado desenvolvido pelas teorias *mainstream* essencialmente impedem qualquer categoria de análise que inclua as relações sociais de gênero e sua estruturação patriarcal (TICKNER, 1997).

3.4 A masculinidade hegemônica na diplomacia: a política internacional androcêntrica

Como foi observado na seção 2.2., o caso de Carol Cohn (1987) durante um workshop de verão sobre armas nucleares composto majoritariamente por homens deixou claro o contraste da presença de homens e mulheres em assuntos do âmbito político e diplomático. Hoogensen e Solheim (2006) indicam que a representação baixa de mulheres é um problema diretamente relacionado com a criação de obstáculos para elas na política - área correlata à diplomacia – na qual elas são minoria, pois a maioria das sociedades restringe o alcance feminino aos postos de poder pela criação de estereótipos para homens e mulheres, como foi demonstrado anteriormente. Entretanto, a desigualdade de gênero na diplomacia, ambiente de construção da política internacional, é mais complexa que a ausência de mulheres neste meio, como foi demonstrado por dados brutos na presente pesquisa, tendo também suas raízes discutidas a partir de conceitos feministas aplicados às R(r)elações I(i)nternacionais, estabelecendo-se uma compreensão de como o gênero e suas implicações ultrapassam a esfera doméstica e atingem o internacional.

Nesta seção, a lógica patriarcal de sustentação da desigualdade, que já foi problematizada, é condensada, buscando introduzir a discussão de práticas e ideias mais específicas que se relacionam com o conceito de masculinidade hegemônica e que contribuem para a desigualdade, mais especificamente do ambiente internacional. Assim, nesse sentido,

vale ressaltar que a diplomacia enquanto um ambiente tradicionalmente e historicamente patriarcal se encontra em transformação também pelas práticas e ideias insurgentes contra a masculinidade hegemônica e contra a configuração androcêntrica da política internacional, composta e idealizada por homens e para homens.

Devido à pressão social crescente exercida pela luta do movimento feminista no mundo por maior participação das mulheres na política internacional, em busca de equidade, mais mulheres puderam e podem estar presentes na política internacional. Estas, enquanto indivíduos com desejos e interesses distintamente constituídos pela socialização genderizada, geralmente — será explicado no próximo capítulo porque nem sempre mais mulheres presentes conduzem uma diplomacia diferente — trazem novas perspectivas e demandas para o internacional, reforçando a importância da existência destas na política externa. Apesar do aumento da presença de mulheres ser uma pauta urgente, é através da compreensão de como as práticas patriarcais e conformações sociais distintivas de gênero afetam essas mulheres e os homens que se compreende o porquê de elas ainda serem minoria e também o porquê da política internacional se pautar no androcentrismo.

Robert W. Connell e James W. Messerschmidt (2013) discutiram a masculinidade hegemônica como forte influenciadora dos estudos de gênero. Segundo os autores, a masculinidade hegemônica se difere de outros tipos de masculinidades. Ela tem um caráter fortemente normativo, incorporando consigo a exigência de que todos os homens se posicionem em relação a ela. Isso faz com que ela se legitime ideologicamente, gerando uma subordinação global das mulheres aos homens atuantes normativamente:

> Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. Foi em relação a esse grupo, e com a complacência dentre as mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Por isso, o conceito de masculinidade hegemônica se relaciona com o fato dos homens assumirem para si o papel principal na política internacional, pois com características que a sociedade lhes confere como força, razão e superioridade, e relacionando-os à política, é que este conceito se interliga fortemente na compreensão dos outros termos discutidos anteriormente, de dualidade da masculinidade e feminilidade, das definições de gênero e da constituição do patriarcado quando aplicado à política internacional. Um dos exemplos fundamentais, nesse sentido, é o processo de manutenção das estruturas sociais genderizadas, ou seja, a permanência de mecanismos para dar continuidade à superioridade do masculino sobre o feminino. À título de exemplo, “[...] as teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção

à subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na “necessidade” masculina de dominar as mulheres.” (SCOTT, 1995, p. 77). Sendo essa “necessidade” incutida socialmente nos homens, uma vez que se encontrem em espaços de poder, como a diplomacia, vão utilizar de sua posição para priorizar a identidade masculina com que se identificam, adequando esse ambiente às suas necessidades e características.

É, portanto, nesse contexto, que Enloe (2014) identifica o patriarcado internacional como um sistema de poder e subjugação que ultrapassa a esfera doméstica e afeta a maioria das sociedades, por práticas e pensamentos machistas altamente difundidos nestas. Assim, em simultâneo, as dinâmicas de poder internacionais que configuram a hegemonia masculina nesse sistema, historicamente e contemporaneamente afetam a exclusão de mulheres de espaços públicos, como a política internacional e a diplomacia. Pois, a ausência da expressão de mulheres nessa esfera também caracteriza as relações internacionais como ambiente androcêntrico, que se constrói e se sustenta pela realidade patriarcal repercutida no internacional (ENLOE, 2014).

O presente tema de pesquisa com recorte de gênero sobre as relações internacionais também depende do reconhecimento da presença e das características da masculinidade hegemônica na diplomacia, destacando os homens e sua identidade masculina, correspondente ao que a sociedade patriarcal espera deles, enquanto ponto de partida para construção do internacional e enquanto base de um padrão de entendimento das práticas interacionais coletivas nesse ambiente. Essas práticas refletem no ambiente internacional androcêntrico, como já mencionado, local focalizado no homem e na masculinidade, por isso, a sociedade continua deslocando a mulher para o âmbito individual e privado. Portanto, a seção estabelece bases para a posterior compreensão de como as mulheres ainda se encontram em situação de desigualdade na diplomacia e na política internacional, por ainda serem consideradas intrusas nos locais de poder do sistema de hegemonia masculino.

Assim, deve-se questionar: como a masculinidade hegemônica se mostra presente na política internacional e, por consequência, na diplomacia? Através das relações de poder entre homens e mulheres que se expressam fortemente pela misoginia com aversão à feminilidade, ou seja, expressão de discriminação contra as mulheres e suas características, genderizadas pela sociedade. Segundo a análise psicológica feita pelas autoras Perez & Fiol (2000), as manifestações de misoginia, por exemplo, são reações conectadas com estereótipos, ideias e visões pejorativas e generalizantes relacionadas ao grupo social das mulheres, às demandas das mulheres, justamente por compreenderem-nas como parte de um grupo mais fraco.

Esses pensamentos contribuem para a masculinidade hegemônica na sociedade, pelo que Glick & Fiske (1996) indicam como o papel de provedor do homem e seu papel de dominador: o primeiro papel se insere no paternalismo que estes expressam através da necessidade de proteção das mulheres, que podem ser compreendidas como "objetos românticos" devido às suas fraquezas, já o segundo papel diz respeito ao status de autoridade que o homem deve manter em relação às mulheres. Assim, em uma política internacional androcêntrica, os homens não desejam se ver em situação de equidade com as mulheres, mas sim em situação de hegemonia, desautorizando as mulheres a participarem da política e da diplomacia por serem ambientes em que estas se tornam incompetentes no sistema do patriarcado (GLICK; FISKE, 1996). Como afirma Mariana Cockles Teixeira (2017) em sua dissertação ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFPB:

> [...] encontramos várias mulheres comentando sobre episódios em que os colegas lhe disseram que só foram promovidas por conta das cotas – uma até mesmo comentou que chegou a ouvir de um colega que os homens não eram promovidos graças à "cota de mulheres" e à "cota gay". Comentários diversos como "tem coisa que só homem pode resolver", que "o problema do posto era o excesso de mulheres", que "mulher fala demais", além de referências a mulheres como "histéricas" e "loucas" também foram comuns. Em relação à aparência física, ela não só é associada à competência, como também a comentários de teor apelativo à imagem e/ou sexualidade das diplomatas. Muitos relatos continham a denúncia de assédio sobre a forma "elogios" inconvenientes (TEIXEIRA, 2017, p. 66, grifo nosso).

A partir disso, tem-se mais um exemplo de como a masculinidade hegemônica, conceito-base da presente seção, corrobora com uma política internacional androcêntrica. O androcentrismo se baseia na ideia de que, segundo Sandra Lipsitz Bem (1993), a experiência masculina é privilegiada, compreendida como o padrão neutro para a espécie humana, enquanto mulheres e sua respectiva experiência feminina são tratadas como específicas de sexo, desviantes do chamado padrão neutro. A partir disso, o androcentrismo passa a ser um conceito extremamente útil para os estudos feministas, pois de acordo com Bem (1993), tal conceito extrapola a ideia de dizer quem está no poder e como o poder é cultural e psicologicamente reproduzido. A característica prescritiva também é importante para a manutenção do androcentrismo:

> Uma explicação para o androcentrismo é que as pessoas endossam explicitamente uma ideologia androcêntrica prescritiva. Por exemplo, as pessoas podem relatar uma visão de mundo androcêntrica e endossar crenças androcêntricas prescritivas. (BAILEY; LAFRANCE; DOVIDIO, 2020, p.2, tradução nossa).[24]

[24]One explanation for androcentrism is that people explicitly endorse a prescriptive androcentric ideology. For instance, people might self-report an androcentric worldview and endorse prescriptive androcentric beliefs. (BAILEY; LAFRANCE; DOVIDIO, 2020, p.2).

Ao conduzirem uma uma série de estudos para examinar os efeitos do androcentrismo através do teste de associação implícita (IAT), April H. Bailey, Marianne LaFrance e John F. Dovidio (2020) trouxeram mais evidências de que as pessoas associam mais as mulheres ao conceito de gênero do que homens. Por consequência, mulheres estão mais distantes de serem associadas à humanidade em sua totalidade (THOMAS; DOVIDIO; WEST, 2014). Um exemplo disso é, no inglês, a palavra "mankind", que traduz teoricamente para o português como "humanidade". Porém, a palavra "man", que significa homem, está inserida na palavra que teria o papel de englobar a todos como seres humanos, independente de seu gênero (BAILEY; LAFRANCE; DOVIDIO, 2020).

Neste sentido, “O que acontece é que, no momento que o patriarcado privilegia o gênero masculino, os homens tendem a ser os protagonistas da dominação de gênero [...]” (LIMA, 2008, p. 364). Assim, no espaço da política internacional androcêntrica, a figura feminina não é compreendida da mesma forma que um homem e sua imagem de grandeza, sendo as mulheres constantemente genderizadas e vistas como desviantes do padrão neutro proporcionado pela dicotomia e misoginia. Quando a atuação na política internacional é vista de forma masculinizada, o androcentrismo faz com que as mulheres se tornem desviantes do padrão conhecido e sua permanência é ainda mais difícil. Portanto, é necessário analisar detalhadamente o que essa configuração implica na composição e vivência das mulheres no Itamaraty e também na prática da PEB, de forma concreta e com exemplos, identificando os impactos da desigualdade de gênero na diplomacia e, consequentemente, como isso se reflete no estabelecimento de prioridades da agenda da PEB.

4 A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA DIPLOMACIA DO ITAMARATY E REFLEXOS NA AGENDA DA PEB

O presente e último capítulo é essencial para o encadeamento deste trabalho. Neste, as questões relacionadas à desigualdade de gênero na diplomacia brasileira serão problematizadas em diversos aspectos práticos, como por dados qualitativos e quantitativos sobre a presença e a ausência de mulheres no Itamaraty, pelo tratamento das diplomatas brasileiras, pela busca ou desinteresse em relação às pautas relacionadas às lutas e direitos das mulheres na PEB, pela investigação da defesa ou silenciamento do Brasil na sociedade internacional sobre essas pautas, dentre outros aspectos. Isso permite identificar como a desigualdade de gênero é refletida na posição internacional do país, desde os indivíduos responsáveis pela conformação da agenda, até posicionamentos ou omissões gerais em organizações internacionais, mediante a existência ou ausência de uma agenda feminista.

No capítulo anterior, foram fundamentados objetos de crítica pelo feminismo, que no presente capítulo são explicitados de forma pragmática, objetivando situar as consequências do patriarcado e da situação das mulheres no âmbito da Política Externa Brasileira. Portanto, serão desenvolvidas análises de casos de machismo e de como o patriarcado no Brasil é também presente no Itamaraty por essa opressão das mulheres na carreira e também das que desejam fazer parte do corpo diplomático do país. Após, conclusões serão obtidas diante dessa exemplificação de casos, sendo os conceitos da teoria feminista, explicados no capítulo anterior, muito importantes para compreensão da existência ou não de uma agenda feminista na PEB; assim, problematizações são feitas e busca-se identificar qual o lugar das demandas das mulheres em sua pauta, caso exista alguma.

No cenário geral do capítulo, também será possível compreender como a masculinidade hegemônica se mostra presente na política internacional e, por consequência, na diplomacia através dos dados apresentados e da análise de política externa ao final. Mais especificamente, na primeira seção será reforçada a configuração da desigualdade no Itamaraty, principalmente por dados quantitativos, como a porcentagem absoluta de mulheres que ingressaram em determinada turma de preparação para a carreira diplomática e o número de mulheres em cargos de alto nível no Itamaraty. Além disso, por meio de dados qualitativos, como relatos dados por diplomatas, será possível identificar as formas pelas quais o patriarcado reflete na instituição e na vida cotidiana das mulheres, sejam as que aspiram à carreira ou que nela estão inseridas, e no caso destas últimas, como elas são percebidas na diplomacia.

Na seção subsequente, 3.2, destacamos alguns pontos que podem ser apreendidos a partir dos exemplos práticos dados na seção 3.1, como a crítica de que ter mulheres no Itamaraty, apesar de ser um avanço importante, não é suficiente. Afirma-se isso, pois, para solucionar os problemas de gênero e a masculinidade hegemônica que estruturam a desigualdade na diplomacia, e que consequentemente reflete na agenda de PEB, soluções simplistas não devem ser utilizadas, sendo essencial para a análise de política externa a ser desenvolvida na seção final uma melhor compreensão da forma como o patriarcado na sociedade brasileira influencia os interesses e percepções diplomáticos, as prioridades do Itamaraty, e quem as define. Para mais, no intuito de desenvolver entendimentos sobre como as mulheres no Itamaraty são tratadas e percebidas, pautando-se nas questões da luta de gênero por representação feminina, embasando-se também nas discussões do capítulo anterior, realiza-se aqui a problematização da desigualdade para além da presença ou ausência de mulheres na instituição. Assim, o questionamento da desigualdade de gênero e seus fundamentos, aplicados à diplomacia brasileira, se tornam fundamentais para alterar a realidade desigual existente neste âmbito e, consequentemente, direcionar o que realmente impede as mulheres de se destacarem na instituição.

Por fim, a última seção vai buscar realizar uma análise da política externa do país, visando entender quais reflexos do tradicionalismo institucional e do patriarcado no Itamaraty envolvem a produção da PEB frente a uma agenda com propostas feministas. Assim, nesta seção apreende-se sobre a relevância ou exclusão das pautas relacionadas à mulher na agenda, com ênfase nos últimos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, visto que as diretrizes da agenda também são fortemente influenciadas pelos interesses e diretrizes de governo do Poder Executivo. Portanto, busca-se também relacionar a predisposição ou ausência da influência das diplomatas na composição dessa agenda feminista, finalizando com uma conclusão sobre essa relação da desigualdade de gênero na esfera diplomática. Ou seja, compreendendo a estruturação e projeção ideológica brasileira na política internacional enquanto reflexo do patriarcado no Brasil que afeta a conformação da PEB.

4.1. Desigualdade no Itamaraty: dados e métodos

Para embasar a discussão sobre a desigualdade que permeia a diplomacia, é importante expor um panorama da interação das mulheres com a carreira diplomática e suas demandas. Quanto ao método, portanto, será feita uma análise documental dos Anuários do IRBr, de 2013 a 2019. Estes Anuários compilam dados quantitativos a respeito da admissão de diplomatas e,

também, do processo admissional na carreira - uma parte deste dando atenção, especificamente, à entrada de mulheres - publicados regularmente de 1951 a 1990 e retomados no ano de 2014 com a publicação do Anuário de 2013 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019). Desde 1996[25], para ingressar no Itamaraty, é necessário ser aprovado no CACD, que tem abrangência nacional, sendo aplicado em todas as capitais estaduais do Brasil e no Distrito Federal. Ao ser aprovado, o candidato deve se matricular no Curso de Formação de Diplomatas (CFD) do IRBr, com duração de 15 meses, antes de iniciar sua carreira no Itamaraty como Terceiro Secretário (INSTITUTO RIO BRANCO, [s.d.]a).

O CACD é composto por três fases: (1) uma prova objetiva eliminatória composta por questões de Língua Portuguesa e Inglesa, História do Brasil e Mundial, Política Internacional, Geografia, Economia e Direito, (2) provas eliminatórias e classificatórias escritas de Língua Inglesa e Portuguesa e, por fim, (3) provas eliminatórias e classificatórias escritas de História do Brasil, de Política Internacional, de Economia, de Direito, de Geografia e de Língua Francesa e Espanhola (INSTITUTO RIO BRANCO, [s.d.]a). O CFD do IRBr tem como objetivo central levar à realização de atividades consideradas indispensáveis para a formação e aperfeiçoamento do funcionário aprovado, por trabalhos práticos, exercícios, debates, monografias, treinamentos, e estágios profissionalizantes (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019).

Tendo em vista o nível de exigência, é necessário considerar que as fases do CACD e a construção da carreira diplomática também têm reflexo do patriarcado na sociedade brasileira, com suas repercussões analisadas anteriormente neste trabalho. Isso acontece, pois os fundamentos patriarcais afetam negativamente as mulheres que lutam pela entrada e participação na carreira, mas encontram dificuldades, além de sociais, econômicas, por ganharem menos que os homens[26], intensificadas pela complexidade exigida na preparação para o CACD. Percebe-se os efeitos da desigualdade de gênero que limitam mulheres de entrarem ou se interessarem por uma carreira no Itamaraty tendo em vista, por exemplo, a análise de Mariana Cockles e Andrea Quirino Steiner (2017, p. 255) sobre a admissão na carreira:

> No caso da diplomacia, as mulheres enfrentam, ainda, as expectativas do custo familiar para investimento na carreira, calculado geralmente pelos estigmas da perda da feminilidade e da alta correlação entre a progressão e os divórcios e a abdicação da vida familiar, por conta da instabilidade das remoções.

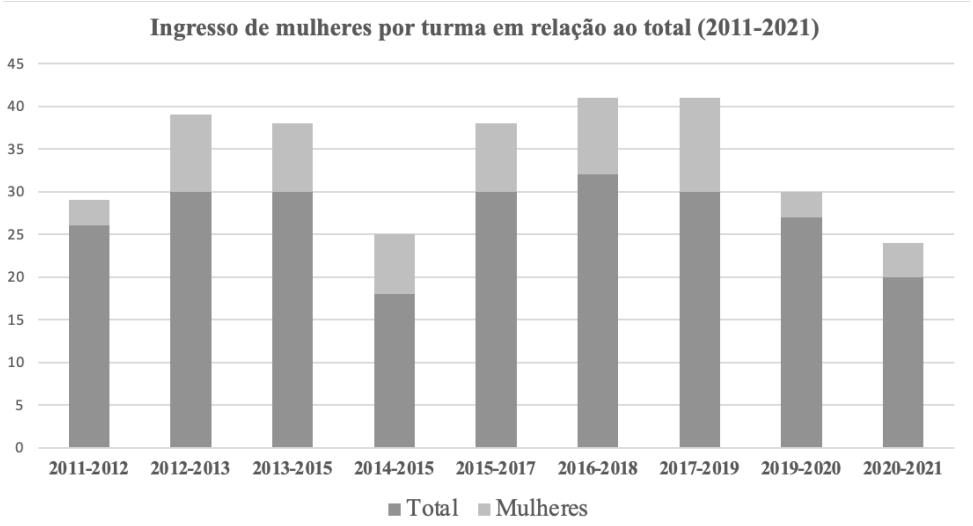
---

[25] Anteriormente, era necessário ser aprovado pelo seu antecessor, o exame vestibular para admissão no CPCD, extinto em 1995 (INSTITUTO RIO BRANCO, [s.d.]a).

[26] Segundo o Relatório Global de Salários da Organização Mundial do Trabalho, feito em 2018/2019, no Brasil foi ponderou-se a desigualdade salarial entre gêneros em 25% (HOW, 2022).

Assim, relacionar as mulheres na diplomacia e a desigualdade de gênero também significa questionar as múltiplas formas de manifestação da desigualdade entre homens e mulheres envolvidos nesse meio e como elas acontecem na vida das diplomatas e seu cotidiano na carreira. A configuração desigual na diplomacia pode ser exemplificada quando, na década de 2010, as mulheres significaram uma média de 25.5% de candidatos aprovados por edição (ou turma) no CACD, em ampla concorrência, considerando até a última fase do concurso. Porém, é importante esclarecer que este número oscilava de forma brusca, entre 11.1% e 38,9%, de acordo com a sua respectiva turma (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019), como pode-se observar na Figura 1:

Figura 1 - Ingresso de mulheres por turma em relação ao total (2011-2021)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados fornecidos pelo MRE (2019)

É estimado que um candidato leve 24 anos para chegar ao cargo máximo do Itamaraty, o Ministro de Primeira Classe (TELLES, 2020). Os cargos da carreira diplomática são: Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe (Embaixador) (INSTITUTO RIO BRANCO, [s.d.]a). Uma vez aprovado no CACD, o candidato ingressa no Itamaraty como Terceiro Secretário. (INSTITUTO RIO BRANCO, [s.d.]a). Considerando que, para ascender à Primeiro Secretário, é necessário realizar o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e, para ascender a Ministro, é necessário concluir o Curso de Altos Estudos (CAE), as promoções são feitas da seguinte forma (TELLES, 2020):

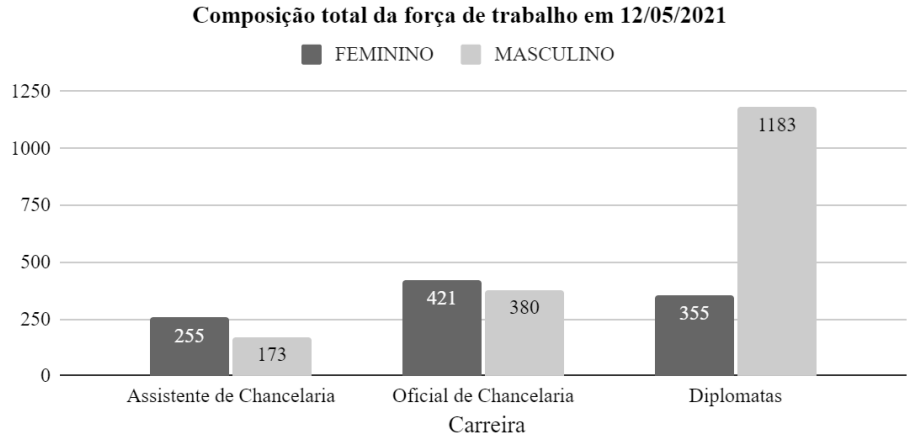
> Todas as promoções se dão da seguinte forma: a cada semestre, é preparada uma Lista de Antiguidade (LA) com os nomes de todos os diplomatas e o tempo de permanência em sua classe, mais o tempo de serviço no exterior e as demais condições para a

> promoção, o que acaba gerando uma ordem dentre os diplomatas. Dessa ordem, sai o Quadro de Acesso (QA), que contém o nome dos diplomatas elegíveis para as promoções, respeitando o limite de cada classe, um quarto do total de diplomatas (TELLES, 2020, p. 16114).

Na organização hierárquica do Itamaraty, os setores como consulado, embaixadas, missões, delegações e escritórios contam com três carreiras possíveis para os aprovados pelo CACD: Assistentes de Chancelaria, Oficiais de Chancelaria e Diplomatas. Os Assistentes de chancelaria são cargos de nível médio e prestam apoio administrativo e técnico. Oficiais de Chancelaria são cargos de mais alto nível, em que se formula, implementa-se e executam-se atos de análise técnica e gestão administrativa para a política externa (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015). Diplomatas se configuram, também, como cargos de mais alto nível, desempenhando diversas funções ao longo da carreira que podem englobar múltiplos escopos e também desempenhando a função de representar o país em organizações internacionais das quais o Brasil é membro (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014).

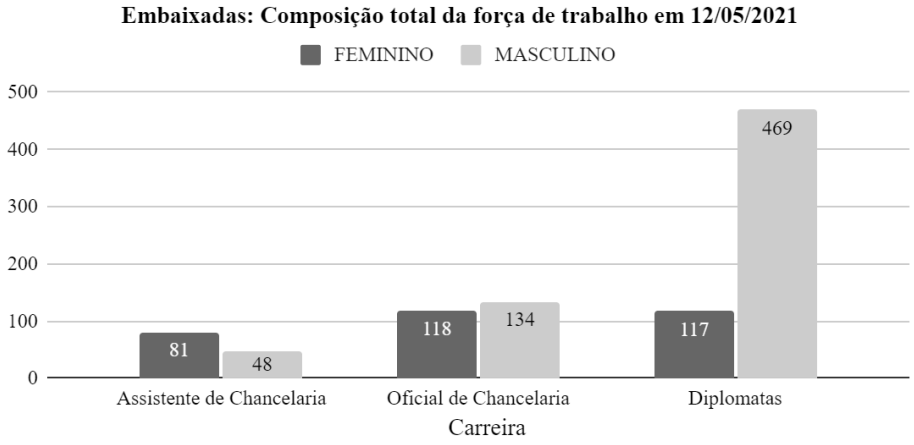
Abaixo, podemos observar como a divisão por gênero se dá nos cargos citados em 12 de maio de 2021, em que estes dados foram organizados visualmente pelas autoras com as informações fornecidas pelo MRE (2021). É importante considerar que, em todos os gráficos, as mulheres somam maioria no cargo de médio nível, Assistente de Chancelaria, mas há um contraste notável nos outros cargos de alto nível em que os homens são maioria, principalmente ao ocupar o cargo de diplomata. Nos três seguintes gráficos, observamos a composição total da força de trabalho do MRE, das Embaixadas, dos Consulados e das Missões, Delegações e Escritórios: em todos, notamos a presença de mais mulheres em cargos de médio nível e menos mulheres em cargos de alto nível (Figura 2).

Figura 2 - Composição total da força de trabalho em 12/05/2021



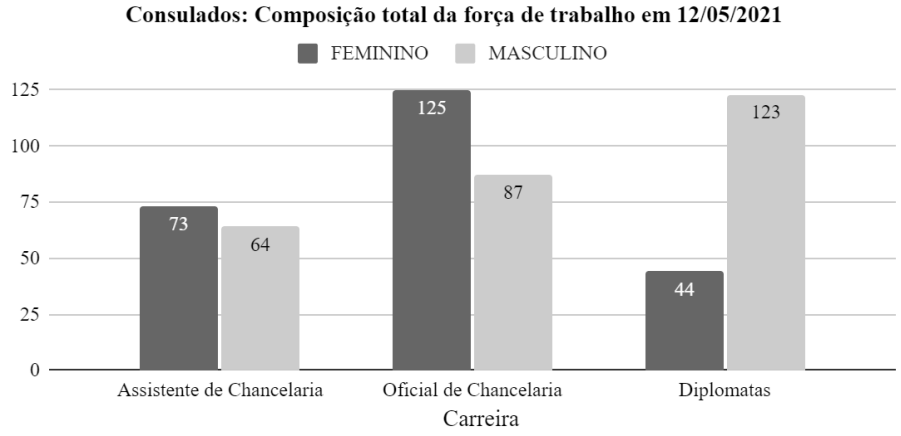
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados fornecidos pelo MRE (2021)

Figura 3 - Embaixadas: Composição total da força de trabalho em 12/05/2021



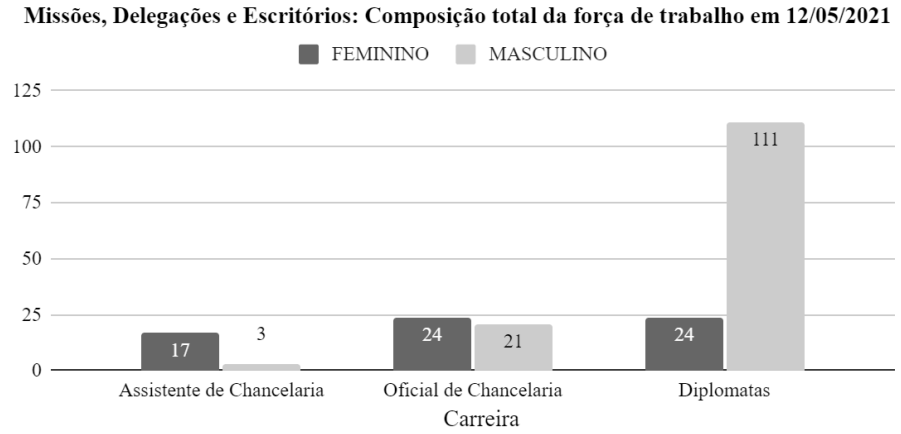
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados fornecidos pelo MRE (2021)

Figura 4 - Consulados: Composição total da força de trabalho em 12/05/2021



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados fornecidos pelo MRE (2021)

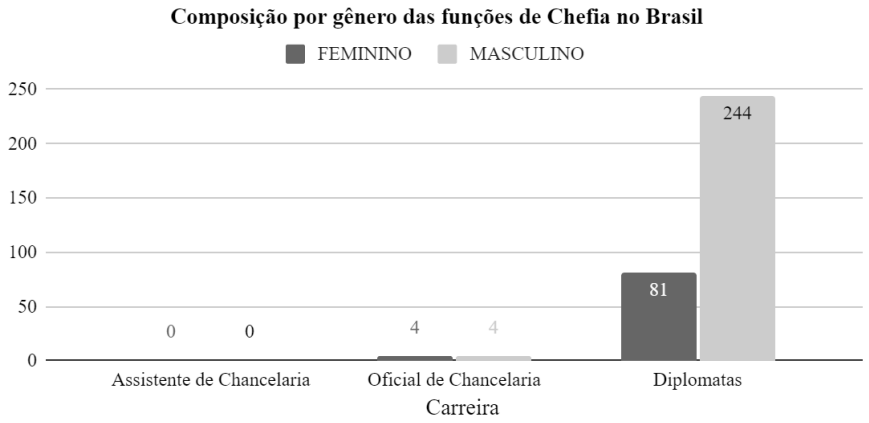
Figura 5 - Missões, Delegações e Escritórios: Composição total da força de trabalho em 12/05/2021



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados fornecidos pelo MRE (2021)

No gráfico abaixo, podemos observar a composição por gênero das funções de Chefia no Brasil, ou seja, detentores de funções comissionadas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2021). Apesar de haver, em número igual, homens e mulheres ocupando o cargo de Oficial de Chancelaria, a diferença entre os diplomatas é intrigante, no mesmo período apresentado, pois demonstra que há três vezes mais homens ocupando o cargo do que mulheres (FIGURA 6):

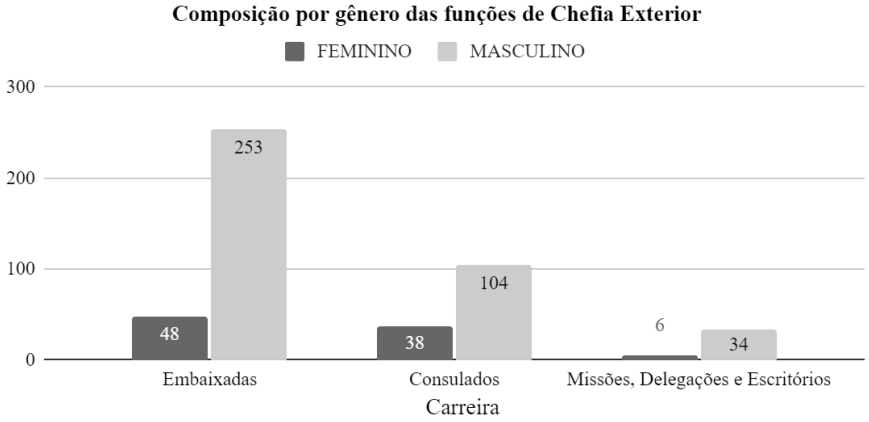
Figura 6 - Composição por gênero das funções de Chefia no Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados fornecidos pelo MRE (2021)

Neste último gráfico, podemos observar a composição por gênero das seguintes funções que atuam no exterior: Chefe comissionado de Missão Diplomática permanente; Chefe de Repartição Consular de Carreira; Ministro-Conselheiro; Cônsul-Geral-Adjunto; Chefes de Escritório; demais Diplomatas comissionados (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2021). Neste caso, em todos os cargos, as mulheres estão em minoria de forma contrastante (FIGURA 7):

Figura 7 - Composição por gênero das funções de Chefia Exterior



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados fornecidos pelo MRE (2021)

Além disso, foram encontradas matérias jornalísticas que evidenciam promoções de cargo feitas no Itamaraty. No final de 2019, a lista das promoções do segundo semestre foi composta por 44 diplomatas, sendo apenas 4 (9%) mulheres, a mais baixa proporção das últimas

oito listas semestrais. Mais detalhadamente, 8 diplomatas foram promovidos a ministros de segunda classe, mas nenhum deles era mulher, mesmo que as mulheres aptas à promoção somassem de 11 a 18 candidatas. Deste número, apenas uma mulher foi promovida à conselheira, uma à embaixadora e apenas duas à primeiro-secretário (COLETTA, 2019). Portanto:

> A presidente da ADB (Associação dos Diplomatas Brasileiros), embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, afirma que a sub-representação de mulheres nos postos mais altos da carreira é um problema estrutural no Itamaraty, que é agravado com uma lista de promoção com participação feminina tão reduzida como a atual (COLETTA, 2019, s.p.).

É importante apontar que a entrada de mulheres no Itamaraty também não significa sua permanência da mesma forma que seus colegas. Maria José de Castro, já mencionada neste trabalho, mesmo tendo o mérito de ter sido a primeira diplomata brasileira, teve uma curta carreira no Itamaraty. Quando se casou com um colega de trabalho, precisou se licenciar para poder acompanhá-lo fora do Brasil. Em 1934, para sua saída, ela foi obrigada a solicitar uma aposentadoria precoce por invalidez (EXTERIORES, 2018).

De acordo com uma entrevista dada por Thereza Quintella no documentário "Exteriores - Mulheres Brasileiras na Diplomacia", o corpo diplomático do Itamaraty não percebe seu machismo. Muitas vezes, as mulheres são vistas como ótimas prestadoras de serviço, mas quando elas passam a concorrer com seus colegas homens, passam a incomodar (EXTERIORES, 2018). Sônia Gomes, no mesmo documentário acima, também trouxe muitas das suas experiências como mulher no Itamaraty:

> Eu sempre me sentia como se não tivesse espaço. Porque eu não fazia parte do clube. Eu não era filha de diplomatas, e tinha o grupo dos filhos dos diplomatas [...]. Mas eles conheciam o código melhor do que eu, que estava entrando agora. E existe um código, ainda hoje existe um código. De como a instituição funciona, como você se movimenta na instituição. E eu tive que aprender esse código [...]. E não era um código, também, que fosse feminino. Porque era um código masculino (EXTERIORES, 2018, 37 min 31 s).

Sônia acrescentou que este código masculinizado também foi um problema para que as mulheres se unissem no espaço do Itamaraty, pois, para sobreviver no espaço diplomático, era necessário mimetizar-se neste ambiente, se masculinizando (EXTERIORES, 2018). Vejamos:

> Então as mulheres eram mais duras, as mulheres tinham que ser mais fortes, as mulheres não podiam ter as suas emoções muito à flor da pele. Eu conheci um monte de homem 'chiliquento', mas ai se uma de nós tivesse algum ataque ou alguma coisa assim: "Ah, porque é mulher…' (EXTERIORES, 2018, 38 min 50 s).

Laura Delamonica também fez parte do documentário e trouxe e reflexão de que, quando se é mulher em uma instituição essencialmente masculina, isso traz tamanha diferença: para se inserir, as mulheres passam a se adaptar, mudam seu modo de abordagem, descobrem

caminhos alternativos para chegar a um resultado, devido à resistência de algumas pessoas da carreira em relação à presença de mulheres na diplomacia (EXTERIORES, 2018). Gisela Padovan também contribuiu no documentário e compartilhou o que viu e soube, diversas vezes, e das mais variadas formas, incluindo a forma não escrita, de casos discriminatórios com mulheres. Como a mesma afirma:

> (A discriminação não escrita) é você ver que o homem é escolhido para um grande posto e a mulher é escolhida para um consulado. O homem vai para Europa, a mulher vai para África. O homem vai para a Subsecretaria-Política, a mulher vai para consular ou temas sociais (EXTERIORES, 2018, 42 min 46 s).

Segundo Cockles e Steiner (2017, p. 263), "Como não existem parâmetros pré-estabelecidos para as votações nominais que acontecem [...], a seleção do voto fica a critério do julgamento individual de mérito por parte de cada diplomata participante". Comprovando a desigualdade prática dessa lógica, durante o documentário, Padovan também argumentou sobre o peso da meritocracia sobre as mulheres:

> A famosa meritocracia, ela é um peso extra para as mulheres, porque as mulheres têm que ter dez vezes mais mérito que um homem. Temos que mostrar dez vezes que a gente é competente, temos que trabalhar dez horas mais, temos que fazer dez vezes o melhor papel para talvez chegar no mesmo lugar que um homem não tão engajado ou não tão comprometido (EXTERIORES, 2018, 47 min 2 s).

Digno de exemplo, em 2015, um grupo fechado da rede social Facebook feito pelas diplomatas do Itamaraty foi utilizado para denúncia de casos "em que foram vítimas de comportamento sexista, chamado por elas de "micro violência" contra a mulher" (ALENCASTRO, 2015, s.p.). O grupo compilava 108 casos de assédio que preservavam a anonimidade dos atores envolvidos. Vejamos alguns deles:

> Outra (diplomata), diz que todas as vezes que entrava na sala do chefe ele pedia aos servidores que também despachavam ali uma salva de palmas pela beleza da diplomata. Há relatos de mulheres que foram obrigadas a servir cafezinho em reuniões em que colegas com a mesma qualificação participavam do debate [...]. Duas diplomatas afirmam que um embaixador passou a mão em suas pernas. Outra, que o chefe a chamou à sua sala, ordenou que ela fechasse a porta e viesse até sua cadeira, quando ela se aproximou, seu superior pegou sua mão e a fez acariciar o seu rosto para "checar" se sua pele estava lisa depois de fazer a barba. Ao ingressar na carreira, uma diplomata conta que foi fazer o exame psicotécnico obrigatório para começar a atuar e uma das perguntas que constavam da entrevista era quando ela havia perdido a virgindade. Colegas homens não teriam sido perguntados sobre isso. Uma reclamação reincidente diz respeito às críticas dos chefes pela duração da licença maternidade, há caso de mulher que levou bronca do chefe porque saiu para buscar o filho doente na escola e tem quem conta que deixou de ser promovida por ser mulher. "Por essas e outras é que não dá para trabalhar com mulher", relata a diplomata que foi socorrer o filho (ALENCASTRO, 2015, s.p.).

Apesar dos casos, as vítimas afirmam que o Itamaraty nunca tomou providências para tais. Estes foram compilados e levados para o Secretário Geral do Itamaraty, na época Sérgio Danese, que afirmou ter se sensibilizado e que tomaria as providências necessárias, mas entrou

em acordo com as mulheres para manter os casos internos ao Itamaraty. Alguns dias após o ocorrido, o Itamaraty soltou, sem consultar as mulheres, uma nota de resposta sobre o comportamento afirmando que se tratavam de casos unicamente isolados (ALENCASTRO, 2015). Isso gerou extrema irritação para as mulheres e elas foram ouvidas pelo jornal GLOBO, onde o caso foi levado à mídia. De acordo com elas:

> [...] o comportamento machista dentro da instituição tem piorado nos últimos anos e que 95% das denúncias foram feitas por diplomatas que ocupam posto de secretária na carreira e que passaram no concurso do Rio Branco nos últimos 12 anos. (ALENCASTRO, 2015, s.p.).

Por isso, afirma-se no presente trabalho que a inserção da mulher na esfera política e na diplomacia brasileira é circunscrita pelas relações desiguais de gênero, pela construção do patriarcado na sociedade brasileira, e parte de um local de inferioridade destinado a elas, de forma que "[...] a subordinação da mulher na esfera privada transpõe-se à esfera pública, levando o sexismo ao mercado de trabalho e lá mantendo uma estrutura de subordinação de gênero." (MENDES, 2011, p. 22). Diante destes exemplos, na próxima seção, será problematizado como a desigualdade de gênero do Itamaraty transborda formalidades, estando presente principalmente na PEB refletida pela política doméstica, tornando necessária a luta pela representação de gênero por causa dessa realidade.

4.2 A desigualdade de gênero no Itamaraty para além de formalidades: reflexões sobre a complexidade da luta pela representação de gênero

Compreender como o patriarcado extrapola as barreiras legais é essencial para o presente trabalho, sendo que aqui percebe-se a importância dos conceitos explicados no capítulo anterior. Desenvolve-se a compreensão de que retirar as barreiras legais - como as leis mencionadas anteriormente que já impediram as mulheres de adentrar na carreira diplomática - não soluciona, na prática, os problemas de desigualdade de gênero e não desmantela a estrutura de poder androcêntrica que existe na sociedade patriarcal, presente no Itamaraty. Por isso é que a compreensão da situação das mulheres na diplomacia, principalmente diante dos relatos inseridos na seção anterior e seus reflexos na configuração da PEB se tornam urgentes discussões feministas a serem inseridas neste âmbito.

Assim, pode-se mapear a estrutura hegemônica da masculinidade institucionalizada na diplomacia brasileira se replicando internamente através da sustentação da dicotomia do masculino e do feminino, que define a hegemonia do masculino, ou o androcentrismo. Também, é através destes exemplos concretos vivenciados na instituição pelas mulheres que se torna perceptível a importância da luta feminista pelo desmantelamento do sistema desigual que o

patriarcado institui e de todo machismo direcionado às mulheres, neste caso, especialmente em cargos de poder. “Toma-se evidente, portanto, que sem a luta contra a ideologia patriarcal, se torna inviável a superação da desigualdade que permeia as relações de gênero.” (LIMA, 2008, p. 365).

O que Nadia Lima (2008) indica com a frase anterior, a partir de seus estudos sobre o feminismo no Brasil em *Feminismo, movimentos sociais e Estado*, é que o patriarcalismo está incutido em todas as pessoas pela socialização e precisa ser problematizado pela luta feminista. É nesse sentido que os dados e relatos fornecidos na seção anterior causam indignação, pois corroboram para a manutenção da exclusão das mulheres, caracterizando a diplomacia enquanto ambiente masculino. Gabrielly do Amparo e Julia Moreira (2020) em seu artigo *A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de gênero* constatam a masculinidade como estruturante da diplomacia:

> Frente aos fatos relatados, evidencia-se que a mulher não esteve presente na formação social da imagem da diplomacia brasileira e teve que enfrentar barreiras legais e sociais para tornarem-se diplomatas. Como a mulher não fez e ainda não faz parte da construção do significado de “diplomata”, logo, a carreira diplomática é vista socialmente como uma profissão masculina (AMPARO; SANTOS, 2020, p.10).

A diplomacia se alicerça em características relacionadas à sua função representacional, sendo entendido que, tradicionalmente, a negociação de interesses nacionais está atrelada à masculinidade e ao elitismo (MENDES, 2011). Assim, é através da sutil aparência de indivíduos na área política como homens invulneráveis que se cria um arcabouço de códigos de conduta que se comportam como estereótipos, “[...] enfatizados na mídia, reforçando as imagens da mulher tradicional, conflitantes com o papel requerido a um líder político [...]” (HOOGENSEN; SOLHEIM, 2006, p. 11-12, grifo nosso, tradução nossa[27]). Isso pode ser aplicado aos postos da carreira diplomática, esta também sendo parte do ambiente de expressão do poder do Estado na política internacional. Como mencionado no capítulo anterior, à mulher é destinada à ocupação do âmbito privado na cultura brasileira, sendo que a figuração histórica do negociador, suas prerrogativas e a confiança atribuída ao cargo, numa esfera diplomática historicamente inserida num sistema patriarcal, esculpem a desigualdade de gênero existente ainda hoje na diplomacia (MENDES, 2011).

Problematizando essa caracterização hegemônica do masculino, o relato de Sônia Gomes - exposto na seção 3.1 - permite confirmar o que foi exposto no parágrafo anterior quando afirma que as diplomatas em carreira muitas vezes precisam se desvencilhar das suas

[27][...] emphasized in the media, reinforcing traditional images of women that conflict with the required role of a political leader [...] (HOOGENSEN; SOLHEIM, 2006, p.11-12, grifo nosso).

características (EXTERIORES, 2018). Assim, também em alguma medida, abrem mão da luta feminista, se masculinizando para se adequarem à preponderância do gênero masculino no Itamaraty, assumindo para si interesses, modos de se portar, agendas e prioridades que os homens instituíram historicamente como ideais. Essa compreensão pode ser apreendida quando a diplomata Sônia indica que os homens diplomatas condenam a demonstração de emoções no ambiente da diplomacia quando feita por mulheres, subjugando-as, mas quando homens agem pelas emoções, a situação é vista dentro da normalidade (EXTERIORES, 2018).

Uma das expressões do patriarcado no Itamaraty pode ser entendida a partir desse julgamento das mulheres apenas por serem mulheres, indo ao encontro do que Sandra Lipsitz Bem (1993) destaca como experiência privilegiada masculina, descrita no capítulo anterior. Nesse sentido, a estratégia de algumas mulheres na diplomacia de adoção de características masculinas para serem respeitadas no ambiente da *high politics* acontece em face da rejeição desse ambiente das características tipicamente femininas quando expressadas pelas diplomatas, configurando a masculinidade hegemônica, que permite ao homem, mas desautoriza a mulher.

Por exemplo, o que a diplomata Laura Delamonica relata - também na seção 3.1 - como posturas alternativas que mulheres têm que tomar para traçar seu caminho dentro da carreira também vai ao encontro da repulsa das consideradas fragilidades femininas na mentalidade patriarcal incutida na instituição. Corroborando essa mentalidade, Delamonica reconhece existir dificuldade na inserção de mulheres no Itamaraty pela aversão a elas na diplomacia expressa por alguns colegas, que também se embasa a desigualdade de gênero e a hegemonia do masculino na diplomacia. Ainda, esse esforço das mulheres diplomatas para se adequarem adentra no que Gisela Padovan descreve como uma meritocracia ilusória dentro da instituição, pois, para ascenderem na carreira, mulheres precisam se dedicar excessivamente mais para alcançar o prestígio obtido por homens (EXTERIORES, 2018).

Pode-se observar o que Joan Scott (1995) determina como o gênero enquanto critério definidor das relações de poder, dentro do ambiente diplomático, pela hierarquia de poder tendenciosa para a hegemonia do masculino, sendo naturalizada como dos homens sobre as mulheres, e um elemento constitutivo dessa relação social. Por isso, pelas concepções feministas abordadas no presente trabalho acredita-se que casos como das diplomatas corroboram para supressão da discussão de pautas feministas no âmbito da política internacional, na medida em que implicam em discussões que demandam uma sensibilidade para a situação de subjugação social das mulheres. Estando estas vedadas de adotarem uma postura contrária à hegemonia masculina, e uma vez que esta envolve interesses e atitudes

favoráveis à discriminação das mulheres, agindo com uma postura insensível na diplomacia, assim, a agenda feminista tende a ser invisibilizada no Itamaraty.

Além disso, quando em um ambiente que tensiona por uma postura mais assertiva, a presença de mais diplomatas, apesar de aparentarem ser um triunfo na visão do feminismo liberal - partindo da noção que mais mulheres no ambiente da política internacional poderia superar a desigualdade existente -, demonstra uma pressão pela supressão de características femininas desse âmbito. Como exposto por Ferree (2006), mesmo mais mulheres no poder favorecem alguns objetivos feministas, possibilitando, por exemplo, uma abertura do olhar da sociedade para a efetiva presença de mulheres em altos cargos.

> O que os movimentos de mulheres fizeram desde o século 19 e continuam a fazer hoje é triplo: mudam as expectativas políticas; redefinem interesses políticos; e refazem redes políticas. [...] Nenhum desses efeitos poderia se realizar do nada – todos requerem agência política e implicam em lutas. Tanto mulheres como homens, em constelações complexas de interesses, participaram de ambos os lados (FERREE, 2006, p. 94, tradução nossa[28]).

No entanto, a supressão do feminino pela masculinidade hegemônica institucional também contribui para que, não necessariamente, mais mulheres - em quantidade absoluta - no Itamaraty proporcionem uma política externa feminista, mais igualdade, ou um olhar direcionado para as demandas das mulheres. É importante destacar dentro da PEB, por exemplo, que o governo Lula trouxe junto consigo a administração de Celso Amorim como ministro do MRE de 2003 a 2010, que demonstrou interesse genuíno em tentar reduzir a diferença de gênero dentro da carreira diplomática brasileira, instituindo uma política informal de cotas para mulheres durante a formação dos Quadros de Acesso (COCKLES; STEINER, 2017). Para mais, Ana Gabriela Cordeiro (2020) evidenciou durante sua breve análise, que, para muitas mulheres, as políticas de gênero durante o governo Dilma não foram tão favoráveis. Assim, apesar de ser uma mulher no Poder Executivo, não houve impacto correspondente no benefício às demandas das mulheres na diplomacia:

> Conclui-se que apesar de termos tido uma mulher no cargo mais alto da política nacional, a atuação da Presidenta não foi decisiva para a situação das mulheres diplomatas. Sua administração inclusive coincide com um período de relativo retrocesso na questão, quando comparado com a gestão que a antecedeu. Portanto, apenas a inclusão de mulheres em posições de poder não é suficiente para solucionar as desigualdades estruturais de gênero. Se faz necessário, sobretudo uma consciência de gênero e olhar treinado com o objetivo de efetivamente questionar o status quo das relações de poder genderizadas no cenário internacional (CORDEIRO, 2020, s.p.).

---

[28] What women's movements have done since the 19th century and continue to do today is threefold: they change political expectations; they redefine political interests; and they remake political networks. [...] None of these effects could materialize from thin air—all require political agency and imply active struggles. Both women and men, in complex constellations of interests, have taken part on both sides (FERREE, 2006, p. 94).

"O movimento feminista, movimento político que busca acabar com o patriarcado e com a hierarquia social de gênero que este impõe, tem sido o principal impulsor, através da teoria feminista, da análise dos fenômenos e instituições sociais sob a lente de gênero" (SALOMÓN, 2018). Por isso, à título de exemplo da importância do olhar feminista na luta pela representação de gênero na instituição, ao vivenciar a atuação na diplomacia, Thereza Quintella traz uma visão interessante sobre as mulheres diplomatas em relação ao internacional: a falta de visibilidade das mulheres diplomatas é um dos pilares do problema. Até o momento, não há mulheres diplomatas que a sociedade brasileira e o mundo reconheçam da forma correta, enquanto houve inúmeros diplomatas - sempre homens - que atuavam como porta-voz dos presidentes brasileiros (EXTERIORES, 2018).

O que Quintella retrata vai ao encontro da busca feminista do reconhecimento da mulher enquanto capaz de ocupar as mesmas posições que os homens. Além disso, também se insere na luta contra o silenciamento que as mulheres enfrentam, por ainda serem consideradas alheias ao ambiente diplomático, conformando essa desigualdade também como silenciamento. Por isso, se as mulheres se encontram na situação descrita dentro do Itamaraty, no que tange às diplomatas na carreira, fica ainda mais evidente as decorrências negativas para a política externa brasileira. Sentindo-se e sendo tratadas muitas vezes como inferiores por seus colegas diplomatas, como no relato de Quintella, percebe-se que o engajamento das diplomatas na imposição de suas demandas e a conformação de uma agenda feminista se tornam desmotivadores e um verdadeiro desafio (EXTERIORES, 2018).

Como reforçado nesta seção, as implicações das vivências das diplomatas com o patriarcado institucional e os reflexos machistas identificados e enfrentados pelas mulheres na diplomacia, sinalizam para a necessidade da luta feminista pela equidade neste ambiente. "A mulher não faz parte da história oficial da instituição, não está presente em cargos de representatividade e visibilidade internacionais. Logo, se ela não é "vista" pela sociedade brasileira, torna-se "invisível" e, consequentemente, "ausente", "inexistente"." (AMPARO; MOREIRA, 2021). Portanto, pensar o Itamaraty enquanto foco de pesquisa envolvendo mulheres e desigualdade de gênero, para o presente trabalho, significa questionar a partir das problematizações feministas e da luta do movimento de mulheres por equidade e voz de representação de seus interesses.

4.3 Reflexos do tradicionalismo do Itamaraty na PEB e a invisibilização da agenda feminista

A partir da discussão da seção anterior, que destaca o papel do feminismo como propulsor da transformação da realidade desigual existente no Itamaraty, embasada nos relatos dados pelas diplomatas na seção 4.1, torna-se possível analisar o impacto dessas expressões do patriarcado na conformação da PEB. Como objetivo desta seção, a participação das mulheres na construção da diplomacia brasileira será investigada mediante análise da política externa do país dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Messias Bolsonaro e seus respectivos Ministros das Relações Exteriores enquanto representantes do MRE. Busca-se identificar a relação de uma agenda feminista e PEB pelo tratamento ou exclusão de temas feministas nas relações exteriores do Brasil, além da estruturação excludente da sociedade, sustentada e repercutida pelo tradicionalismo histórico e o patriarcalismo do Itamaraty. Esse objetivo é traduzido de acordo com o que Mónica Salomón (2018, p. 10) descreve em *A política externa através das lentes de gênero: uma agenda de pesquisa*:

> Partindo da base de que a política externa é uma política pública [18], embora com especificidades relacionadas à interface entre o meio interno-internacional que lhe é própria, analisar uma política externa através das lentes de gênero significa explorá-la se perguntando como os mecanismos e hierarquias de gênero operam em todo seu ciclo, desde a configuração da agenda até a implementação, passando pelos processos de tomada de decisões e os atores que as promovem e influenciam.

Interpretar as prioridades da instituição é fundamental, como mencionado nas seções anteriores, por estas se embasarem na preponderância de uma visão majoritariamente masculina, pela construção histórica da política externa por homens e para homens. Assim, através desta análise, busca-se entender a exclusão das problemáticas feministas que afetam o país e o ambiente internacional, de modo que se realiza a coleta de informações e dados sobre a PEB do MRE, seguido da identificação do que os enfoques da agenda representam e já representaram. Estas análises vão permitir identificar qual a importância dada à participação das mulheres na construção da agenda e se houve ou não às demandas pelas pautas feministas, caso existam.

Nesse sentido, identifica-se também a invisibilização de uma agenda feminista na diplomacia brasileira, como já fundamentado no capítulo anterior, relacionada à invisibilização que o patriarcado também confere à mulher enquanto indivíduo. Segundo o que Gunhild Hoogensen e Bruce Solheim apontam em *Women in Power: World Leaders Since 1960* (2006, p. 10, grifo nosso, tradução nossa[29]) "Quando nos referimos aos líderes mundiais em geral,

[29] When we speak of world leaders in general, we never speak of their gender [...]. World leaders are men, with very little exception. (HOOGENSEN; SOLHEIM, 2006, p.10, grifo nosso).

nunca falamos do gênero deles. [...] Líderes mundiais são homens, com muitas poucas exceções". Por analogia, na diplomacia, os tomadores de decisões - em sua maioria homens - também podem universalizar seu *status* de hegemonia masculina nesse âmbito ao tenderem à insensibilidade para a problematização necessária das questões de gênero no âmbito da política externa do país, o que pode ser verificado pela análise das prioridades da agenda.

Segundo Sato (2000), nas últimas décadas, em decorrência do fim da Guerra Fria e da globalização, novas preocupações assumiram a agenda de Relações Internacionais e "diferentemente do que ocorria até duas ou três décadas atrás, é muito difícil de se construir um paradigma claramente definido para se caracterizar a realidade internacional" (SATO, 2000, p. 167). No caso do Brasil, "Os interesses econômicos, políticos e culturais, tanto em relação aos parceiros tradicionais quanto em relação a novos e potenciais parceiros, caracterizam-se pela multiplicidade ao mesmo tempo em que, internamente, os interesses são muito variados" (SATO, 2000, p. 167). Nos anos recentes, a agenda do Brasil passou a incorporar temas diversos como imigração, fortalecimento das relações bilaterais com outros países, meio ambiente, terrorismo, ameaças cibernéticas, ilícitos transnacionais, economia e crescimento, projeção do Brasil nas organizações e no sistema, e também mantendo as preocupações tradicionais (SENADO FEDERAL, 2012).

Dentre os temas supracitados, não há nenhuma preocupação com os problemas de gênero, não havendo propriamente formalizada uma percepção de como a genderização pode afetar o tipo de política externa. Entende-se que o fato de a agenda da diplomacia brasileira não abordar temáticas feministas se relaciona com a configuração majoritariamente masculina nos cargos diplomáticos. O Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional questionou o Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Dr. Lier Pires Ferreira, Dr. Francisco Rezek e o embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira sobre perspectivas futuras da diplomacia brasileira[30], mas nenhum entrevistado destacou a falta de uma agenda feminista ou até mesmo a falta de diplomatas mulheres como um problema ou índice de desigualdade na instituição. Ou seja, a ausência de mulheres na diplomacia ou de assuntos relacionados à mulher não fazem parte das perspectivas futuras dessas figuras importantes no campo da diplomacia à época, além do fato de que nenhuma mulher teve voz nessa entrevista sobre o que pensa para o futuro da PEB (SENADO FEDERAL, 2012).

---

[30] Documento elaborado pelo Senado Federal em 2012 no âmbito do Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a agenda de política externa brasileira, as figuras supracitadas foram entrevistadas no Painel 3.

A título de exemplo, segundo o *The Global Gender Gap Report*, o Brasil ocupa a 95ª posição na lista dos países que se mobilizam para diminuir a desigualdade de gênero e têm alcançado resultados neste sentido (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018). Este dado indica que a desigualdade impacta a agenda de política externa feminista, pela falta de alocação das mulheres nas posições de poder ocupadas tradicionalmente por homens, estando estas impossibilitadas de defender seus pontos de vista e levantar questões pertinentes mediante os problemas sociais gerados numa sociedade patriarcal como o Brasil, o que priva estes temas e perspectivas de serem indicadas ao nível internacional.

> Paralelamente, em sintonia com o contexto internacional, as questões de gênero, mais focadas na igualdade de oportunidades, têm sido enfatizadas na arena institucional por meio da criação de organismos públicos voltados à defesa e ampliação dos direitos das mulheres, de medidas e programas governamentais que buscam incentivar a maior participação nos espaços públicos (GONZALEZ, 2014, p. 240).

Assim, o Brasil sofreu mudanças e ampliou sua agenda de política externa nas últimas décadas, mas mobilizações por destaque e uma inserção da compreensão das demandas feministas numa agenda especializada não é realidade distante, visto que segundo Buvinic e Roza (2004, p. 1) a participação da mulher na vida pública está em crescimento na América Latina, estando o Brasil um pouco acima da média global do índice de desigualdade estabelecido pelo *World Economic Forum* (2018). “O nível de institucionalização das relações internacionais tem aumentado consideravelmente, evidenciando a necessidade de novos papéis e novas capacitações” (SATO, 2000, p.166). Dessa forma, mulheres subindo ao poder encorajam o empoderamento feminino em outros âmbitos, como a diplomacia, e as demandas feministas na sociedade brasileira podem ganhar mais visibilidade, acompanhando a tendência internacional de países como na Islândia, Noruega, Suécia, Finlândia, líderes no ranking de combate à desigualdade de gênero (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018).

A horizontalização da política externa contribuiu fortemente para que as questões feministas tivessem mais atenção, mas é necessário compreender como isso oscilou durante os diferentes governos presidenciais do Brasil. Acompanha-se aqui elementos da Agenda de PEB durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-atual), que contemplam dos anos 2003 a 2021. Analisa-se, pois, o posicionamento dos presidentes durante seu tradicional discurso de abertura na Assembleia Geral das Nações Unidas e também documentos oficiais da coleção PEB disponibilizados pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), vinculada publicamente ao MRE estes documentos compilam discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores do ano em que foi publicado.

De 2003 a 2010, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, a política internacional ganhou espaço nos debates domésticos graças às novas organizações cooperando na proposição de pautas e no aumento da participação em espaços multilaterais. Além disso, como destacado por Mónica Salomón (2020) em *Exploring Brazilian foreign policy towards women: dimensions, outcomes, actors and influences*, o Partidos dos Trabalhadores (PT) (2003-2016) demonstrou uma abertura para maior sensibilidade quanto às questões feministas de direitos para as mulheres em sua política externa, principalmente com a coordenação da diplomacia brasileira e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Gabinete Presidencial de Lula da Silva. Diante disso, entretanto, a autora indica que a colocação diplomática brasileira nos fóruns e organizações internacionais se voltava para o estabelecimento de uma parceria estratégia com os objetivos feministas, de forma que o que se altera, contrariando o que foi tradicionalmente adotado pelos governos anteriores, não foi o posicionamento do governo em si (SALOMÓN, 2020).

Segundo Salomón (2020, p. 7, tradução nossa) "O que mudou com o PT foi como os consensos feministas foram traduzidos para posições diplomáticas pela SPM (criado pelo governo Lula da Silva para atender às demandas feministas) [...]"[31] que configurava um "feminismo estatal participativo" na política externa. Por isso, houve maior influência das pautas das organizações feministas brasileiras pela SPM nas posições internacionais do país em negociações, diante da autonomia concedida pelo governo Lula. Promovendo também maior acesso das demandas domésticas às organizações internacionais, com a participação de ativistas da sociedade civil, e também a maior produção de relatórios demandados para compreender as questões feministas no Brasil.

Concomitantemente, como demonstrado por Cockles e Steiner (2017), as ações afirmativas estabelecidas durante o Governo Lula (2003-2009) no Brasil promoveram um salto das mulheres na carreira diplomática, com promoções de 16 para 29%. Isso indica que a ação contra a desigualdade estrutural nas instituições tradicionalmente masculinas pode e deve também incluir e partir de iniciativa de homens, como no caso dessa maior inclusão de mulheres no governo do presidente Lula, ou seja, dependendo de uma predisposição para gerar justiça social, que nos últimos anos se encontra em retrocesso, sendo que, em 2015, a taxa de promoção das mulheres foi reduzida a 16,7% (COCKLES; STEINER, 2017).

[31] What changed with WP was how feminist consensuses were translated to diplomatic positions: through SPM (set up by Lula da Silva government to meet feminist demands) (SALOMÓN, 2020, p. 7, grifo nosso).

Além disso, o Sindicato Nacional dos Servidores do MRE também se presta à atuação no sentido de combater desigualdades na instituição diplomática:

> O Sinditamaraty tem participado de fóruns que têm por objetivos discutir esses temas na Administração Pública e no Ministério das relações exteriores como é o caso do Comitê Gestor de Gênero e Raça do MRE. Em março de 2016, a presidente do Sinditamaraty, Sanda Nepomuceno, será uma das delegadas que representarão o ministério na 4ª Conferência Nacional de Políticas de gênero que contribuam para a igualdade entre homens e mulheres da Administração Pública e na sociedade brasilieira como um todo. (SINDITAMARATY, 2021).

No governo posterior à Lula, Dilma Rousseff quebrou os paradigmas da presidência brasileira sendo a primeira presidente mulher na história do Brasil. Para a PEB, isso já é um avanço fundamental. Durante o governo de Dilma Rousseff, o discurso de abertura da Presidenta na 66ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorreu em 21 de setembro de 2011 em Nova York, EUA, foi o primeiro protagonizado por uma mulher, um marco para a PEB. Observa-se, abaixo, parte de seu discurso:

> [...] Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo. É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico. Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres (BRASIL, 2011, s.p.).

O discurso de 2011 de Rousseff trouxe sua não neutralidade em relação aos direitos das mulheres e há uma preocupação na sua atuação como presidenta mulher. Através do seu discurso, pode-se perceber que a presidenta trata da luta das mulheres com orgulho, e traz uma perspectiva de esperança e progresso nos próximos anos do século XXI. Em 2012, na 67ª Assembleia Geral da ONU, Rousseff reiterou a questão de uma voz feminina para, mais uma vez, inaugurar o debate. Observa-se:

> Mais uma vez uma voz feminina inaugura o debate na Assembleia Geral das Nações Unidas. Para muitos, nós, mulheres, somos a metade do céu, mas nós queremos ser a metade da Terra também, com igualdade de direitos e oportunidades, livres de todas as formas de discriminação e violência, capazes de construir a sua emancipação, e com ela contribuir para a plena emancipação de todos (BRASIL, 2011, s.p.).

Apesar do discurso marcante de Dilma na 66ª Assembleia Geral da ONU, são poucas as menções com foco na luta pelos direitos das mulheres e aos movimentos feministas durante o Governo Dilma, com exceção da atenção para o aumento crescente de mulheres no mercado de trabalho doméstico (PATRIOTA, 2013). Vejamos, abaixo, um trecho do artigo "Erradicação da pobreza extrema: um dos grandes desafios do nosso tempo Discurso proferido por ocasião da Conferência sobre Desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe" de António de

Aguiar Patriota (2013), então Ministro das Relações Exteriores, presente no livro "Política Externa Brasileira: Discursos, Artigos e Entrevistas - Volume II":

> Recordando a celebração do Dia Internacional da Mulher, de ontem, deve notar-se que uma parte importante dessa história de sucesso tem a ver com a presença crescente de mulheres no mercado de trabalho. O aumento da participação das mulheres na economia significa melhores oportunidades para os nossos países, perspectivas de crescimento mais elevadas e sustentabilidade na erradicação da pobreza (PATRIOTA, 2013, p. 158-159).

Outro fator que tornou as pautas relacionadas à gênero ainda mais difíceis para serem discutidas foram as bancadas religiosas no Congresso e políticos alinhados a elas. Isso tornou o processo ainda mais complicado, e isso deu força contra o progresso dos direitos das mulheres (AGUIAR, 2021). Assim, percebe-se, no final da década de 2010:

> Com o resultado das eleições de 2018 para o Executivo e o Legislativo, se anteviam pressões mais contundentes para defesa de linhas conservadoras. A ingerência de preceitos religiosos fez com que órgãos de governo representassem conceitos de "homem e mulher" a partir da compreensão biológica, retirando termos como gênero de documentos oficiais do Itamaraty e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, além de afastar o país de debates fundamentais para assegurar os direitos das mulheres e LGBTQIA+ (AGUIAR, 2021, s.p.).

Como continuidade do Governo Dilma após o impeachment ter sido instrumentado e escândalos de corrupção constantes, o vice-presidente Michel Temer assumiu o posto de Chefe de Estado por dois anos, de 2016 a 2018. Este governo, inserido em escândalos domésticos delicados frente a uma crise econômica, dispôs de pouca atenção para a continuidade da PEB, pois a dedicação focou-se em questões domésticas e econômicas (VEJA, 2018). Por consequência, é difícil encontrar menções significativas à igualdade de gênero que satisfaçam ou configurem uma agenda feminista da Política Externa.

Ademais, até o momento, o Brasil é o único país na América do Sul que nunca teve uma mulher como protagonista da pasta das relações internacionais. A realidade da política doméstica brasileira enquanto insuficiente na proteção das mulheres, sendo um dos países mais inseguros para elas, torna os processos de equidade de gênero cada vez mais difíceis devido a um resultado longo de processos políticos e sociais que tornaram tradicional a ideia de que homens devem ocupar postos de poder, estabelecendo uma dura padronização. Em relação à política externa, por outro lado, da segunda metade da década de 90 até os anos 2010, esta avançou sobre questões que englobam minorias, incluindo mulheres, participando de fóruns e debates internacionais, mas isso se torna um paradigma complicado ao observarmos a realidade doméstica (AGUIAR, 2021).

Entretanto, como exemplo da progressão histórica negativa das questões referentes à desigualdade de gênero e luta das mulheres, verifica-se no segundo ano do governo Bolsonaro,

que o Itamaraty censurou, até 2024, os documentos relacionados à sua política de gênero, que explicavam o porquê de o governo brasileiro ter passado a rejeitar o termo "igualdade de gênero" ou "educação sexual" em textos oficiais e resoluções na ONU (CHADE, 2019). De acordo com Jamil Chade (2019), a posição brasileira nas reuniões da ONU em Genebra teve um caráter ultraconservador e os diplomatas receberam a instrução para explicar que o gênero era composto apenas de "homens e mulheres" durante o ano de 2019. Além disso, o Itamaraty justificou-se com base na Lei n. 12.527 (CHADE, 2019). Como observado:

> O Itamaraty diz que "são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do país, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais (CHADE, 2019, s.p.)

A PEB do Governo Bolsonaro, iniciada em 2019, teve uma mudança abrupta em seus ideais. Também publicado pela FUNAG, o livro de Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores de 2020, compilou seus discursos, artigos e entrevistas durante o ano mencionado, sendo referência para a agenda de PEB (ARAÚJO, 2020). Os momentos em que citam direitos das mulheres ou igualdade entre gêneros são interpretados como elementos de uma “guerra ideológica”. Assim, é possível perceber em muitos fragmentos que, apesar de citar direito das mulheres e igualdade de gênero, os elementos do governo Bolsonaro que incitam a descrença das instituições e o “medo da volta do governo comunista” estão intrinsecamente presentes. Mostraremos abaixo, portanto, parte do artigo “Chegou o Comunavírus”, publicado no portal Metapolítica em abril de 2020. Ernesto Araújo (2020) faz menção a Slavoj Žižek, um teórico marxista atual, como o então Ministro o apresenta, e analisa diversos trechos de seu livreto “Virus”. Observa-se abaixo um trecho de sua análise:

> Em suma, Žižek explicita aquilo que vinha sendo preparado há trinta anos, desde a queda do muro de Berlim, quando o comunismo não desapareceu, mas apenas dotou-se de novos instrumentos: o globalismo é o novo caminho do comunismo. O vírus aparece, de fato, como imensa oportunidade para acelerar o projeto globalista. Este já se vinha executando por meio do climatismo ou alarmismo climático, da ideologia de gênero, do dogmatismo politicamente correto, do imigracionismo, do racialismo ou reorganização da sociedade pelo princípio da raça, do antinacionalismo, do cientificismo. São instrumentos eficientes, mas a pandemia, colocando indivíduos e sociedades diante do pânico da morte iminente, representa a exponencialização de todos eles (ARAÚJO, 2020, p. 172).

Como visto acima, Ernesto Araújo menciona a ideologia de gênero como parte do projeto globalista-comunista, e não uma luta pelo direito de igualdade entre homens e mulheres (2020). Neste contexto, a ideologia de gênero foi um termo cunhado na década de 90 por grupos conservadores da Igreja Católica, muito utilizado hoje por neoconservadores para frear os estudos de gênero, sexualidade e feminismo. É importante reiterar que a terminologia não é

reconhecida no meio acadêmico e não há bases científicas sobre sua utilização (MATARAZZO; GONÇALVES, 2019). Porém, sua apropriação pelo neoconservadorismo, assim como o uso em documentos oficiais, como vimos acima, dificulta o avanço dos estudos feministas e os enquadra em uma narrativa na qual seria uma luta fora da realidade. Abaixo, pode-se ver outro exemplo do uso do termo:

> É importante lê-los para entender. E tudo isso converge para um programa de não mais utilizar a propriedade coletiva dos meios de produção (que é o socialismo que aprendíamos na escola, que era a teoria socialista); é de outras maneiras. Eles começam a falar em criar novos caminhos; falam muito de coisas relativas à ideologia de gênero, à criação de novos sujeitos revolucionários. Isso é um pouco ignorado, embora esteja lá (ARAÚJO, 2020, p. 191).

Ernesto Araújo deixa clara sua intenção de uma Agenda de Política Externa Brasileira conservadora no artigo "Por um Reset Conservador-Liberal", também publicado no portal Metapolítica no final de dezembro de 2020. Temos aqui, de forma ainda mais clara, que a igualdade de gênero e o direito das mulheres faz parte, para Araújo e o governo Bolsonaro, de um plano mundial linear contra a liberdade e a dignidade e que é, para eles, importante defender o "conservadorismo liberal". Mais uma vez, o direito das mulheres e a igualdade de gênero são pintadas como imensos absurdos. Assim, Araújo menciona que as ideologias do outro lado são:

> [...] a grande mídia; o narcossocialismo (única forma de socialismo capaz de sobreviver no longo prazo); a corrupção; a bandidagem em geral (crime organizado); o sistema intelectual politicamente correto; o climatismo (uso da questão climática como instrumento de controle econômico); o racialismo (programa de organização da sociedade segundo o princípio da raça); o covidismo (a histeria biopolítica e sua utilização como mecanismo de controle); o terrorismo; o multilateralismo antinacional (distorção e manipulação do sistema multilateral composto pelos organismos inernacionais); a ideologia de gênero; o abortismo; o transumanismo; o anticristianismo e a cristofobia; o esquema de alguns megabilionários ou trilionários; o elitismo transnacional; e o marxismo de mercado megatecnológico ou neomaoísmo. Embora algumas dessas correntes pareçam distantes umas das outras, trata-se de vasos comunicantes: quando se alimenta uma, todas comem. Quando uma avança, todas progridem. Quando uma vence, todas ganham (ARAÚJO, 2020, p. 699-700).

Apesar do Ministro afirmar que o governo atual advoga pela plena igualdade entre homens e mulheres se compromissando com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, sua posição é contestável frente à decisão sobre liberdade do aborto (2020). Portanto:

> Na garantia do direito constitucional à saúde, o governo brasileiro implementa políticas integrais de saúde sexual e de saúde reprodutiva para mulheres e homens adultos, jovens e adolescentes dentro do marco legal. Esse é um dos argumentos que se usa, de maneira totalmente incorreta, de dizer que, ao falar do tema do aborto, nós estamos sendo contra o tema dos direitos sexuais e reprodutivos de um modo geral e, sobretudo, de dizer que nós somos contra a saúde da mulher, como se isso fizesse algum sentido (ARAÚJO, 2020, p.563).

Porém, Araújo não deixa claro se a saúde sexual e reprodutiva para homens e mulheres inclui o direito ao aborto. Ele menciona, portanto, que a manipulação da linguagem como estratégia

nos meios internacionais é utilizada para defender o aborto como se este fosse uma ameaça à soberania brasileira como Estado e não uma luta dos direitos das mulheres e sua liberdade sexual e reprodutiva (2020). Observa-se, assim:

> Mas essa é uma estratégia de manipulação da linguagem [...] que infelizmente é muito corrente hoje nos meios internacionais e nacionais que defendem o aborto. Como não podem defendê-lo, como não querem defendê-lo abertamente, porque sabem que encontram uma rejeição muito grande da sociedade brasileira, utilizam todo tipo de subterfúgios [...]. Isso é uma nebulosa de discussões que sempre favorece àqueles que têm o controle da formação da linguagem, que, infelizmente, hoje, é esse conjunto midiático e um certo establishment que administra, que controla os termos, que controla a linguagem de acordo com os seus interesses (ARAÚJO, 2020, p. 563-564).

Podemos entender que, portanto, o aborto e a igualdade de gênero são temas presentes na agenda da PEB do governo Bolsonaro, mas não há preocupação genuína com o direito e liberdade da mulher fora dos moldes religiosos e conservadores. Preocupa-se, por outro lado, com a igualdade de gênero como elemento de ameaça, em que o aborto e a "ideologia de gênero" fariam parte de uma grande conspiração globalista que ameaçaria a soberania do Estado brasileiro. É entendido nesse documento, assim, que o impacto da presença feminina em órgãos do MRE é extremamente baixo, uma vez que os esforços genuínos para avançar com pautas feministas nunca são mencionados. O aborto, por exemplo, é mencionado como vilão pelo qual os outros direitos das mulheres não seriam aprovados pelo Brasil, sendo utilizado de forma pretensiosa pelo Ministro. Por fim, pode-se ver isso de forma clara no trecho abaixo:

> Na Assembleia Geral das Nações Unidas, na Terceira Comissão, que trata desses temas, onde são negociados projetos que falam de temas sociais, o Itamaraty, nós, aqui de Brasília, temos instruído a nossa missão em Nova York a atuar sempre na defesa dos nossos posicionamentos no que se refere ao direito à vida. No momento, há sete projetos de resolução em discussão nessa comissão que abordam temas de mulheres, de um modo geral. Sempre alguns países tentam inserir linguagens sobre o aborto, geralmente de maneira não explícita, como temos visto aqui, e procuramos evitar que se incluam essas linguagens, mantendo o foco dos documentos na promoção dos direitos humanos das mulheres, de maneira explícita, e não dessa maneira sub-reptícia (ARAÚJO, 2020, p. 574).

Diante dessa exposição de diretrizes da PEB que invisibilizam a relevância das pautas feministas, Mónica Salomón (2020) desenvolve como nunca houve uma preocupação na inclusão das mulheres como agenda na PEB, mas que houve a inserção de três dimensões sensíveis ao gênero nessa trajetória. Segundo a autora, a postura de tomada de uma posição sobre os temas de direito das mulheres em organizações e fóruns internacionais, como o discurso supracitado de Dilma Rousseff sobre as mulheres no mercado de trabalho na Assembleia Geral da ONU, é a primeira dimensão. A segunda, é o destaque para a mulher nos projetos de cooperação Sul-Sul firmados como prioridade no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), segundo a autora. Por fim, a terceira dimensão está dentro da agenda de

segurança da PEB, quando o Brasil se envolve com o Conselho de Segurança da ONU sobre mulheres (SALOMÓN, 2020). Diante dessa inserção insuficiente Salomón (2018) defende: “Em conclusão, a agenda de pesquisa que combina a perspectiva de gênero com a análise da política externa é rica e ainda pouco explorada.” (SALOMÓN, 2018, p. 13).

Portanto, a falta de perspectivas feministas no âmbito da diplomacia leva à inadequação no desenvolvimento de políticas igualitárias, devido à incapacidade de compreender as necessidades e demandas especificamente femininas por um comportamento ou preservação de um ambiente genderizado na política internacional. Assim, também a luta contra o patriarcado que subjuga as mulheres e suas qualidades afins no meio diplomático se torna importante para a política externa de modo a torná-la mais inclusiva, com abertura para as demandas de uma agenda feminista, que não seja apenas feita por mulheres, mas para mulheres. Com os fatos aduzidos e problematizações estabelecidas, encaminha-se para a conclusão do trabalho no tópico seguinte que reflete esse cenário insuficiente que não busca englobar o feminismo na instituição diplomática pela ausência de uma agenda feminista na Política Externa Brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresenta como conclusão que dentro da diplomacia brasileira há exclusão das mulheres em diversos aspectos, pelo machismo institucionalizado, pela desigualdade no cargo e pela invisibilização de temas feministas na agenda, uma vez que a projeção diplomática da Política Externa Brasileira se adapta à masculinidade hegemônica presente no Itamaraty. Isso acontece, como relatado, pelo caráter patriarcal da sociedade brasileira, que reverbera nas relações sociais, principalmente naquelas áreas, como a diplomacia, que conservam uma tendência tradicionalista de não-reforma da instituição, suas práticas e estruturas enraizadas. O patriarcado, atuando por essa diferenciação das pessoas pelo gênero, no qual o feminino se encontra em sujeição ao masculino é também percebido no Itamaraty principalmente pelos relatos e vivências das diplomatas, inseridos neste trabalho.

Às mulheres, historicamente em minoria constante, se direciona muita discriminação, e estas tendem a responder com a adoção de características típicas do gênero masculino, como uma postura assertiva e forte, para se adaptarem ao ambiente diplomático tradicionalmente ocupado e caracterizado pelos atributos e pensamentos tipicamente masculinos. Além disso, a presença do gênero como definidor de relações sociais no Brasil permite um olhar problematizador, na diplomacia, para a presença massiva de homens em cargos mais altos e postos mais importantes ao longo de sua história. Concluiu-se também que não somente seriam necessárias mais mulheres no Itamaraty; para solucionar a problemática da desigualdade de gênero e tornar a PEB inclusiva para pautas feministas, se torna necessária a mudança de percepção da normalização das características das mulheres e de suas demandas enquanto subjugadas às necessidades e prioridades androcêntricas.

Portanto, demonstrou-se de maneira mais aprofundada essa relação do tradicionalismo da instituição diplomática e a influência da sociedade patriarcal em contramão ao estabelecimento de uma agenda feminista, além da influência marcante de políticas intensamente neoconservadoras a partir do ano de 2019. Abordando de que forma as mulheres podem não ter suas demandas atendidas pela agenda de política externa, estando suas temáticas reprimidas no ambiente diplomático. Além disso, tendo sua participação e voz desfavoráveis no sentido da construção e aplicação de uma agenda de demandas feministas para a PEB que alterem essa forte influência patriarcado na diplomacia do Itamaraty, conclui-se que é lamentável, mas permanecemos em um contexto no qual o Brasil não promove, nem prioriza, a criação de políticas públicas no âmbito de sua agenda de política externa para as mulheres, não assumindo um compromisso feminista nessa mesma agenda.

Nesse sentido, a ausência de um ambiente favorável à representação da mulher e de suas características de gênero, tende a deixar as pautas feministas, que deveriam constituir a agenda de política internacional, afastadas da diplomacia brasileira. Sendo praticamente inexistentes as políticas para mulheres na agenda da PEB, dentro de uma instituição com potencial para tornar a política internacional inclusiva em seu campo prático, o presente trabalho também conclui que a luta feminista ocupa papel fundamental na transformação dessa realidade desigual para as mulheres que invisibiliza suas demandas, pontos de vista e pautas de gênero.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Bruna Soares de. Há espaço para um paradigma feminista na política externa brasileira? *S.l.*: **UOL Notícias**, 13 jul 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/07/13/ha-espaco-para-um-paradigma-feminista-na-politica-externa-brasileira.htm>. Acesso em: 24 abr 2022.

AKSOY, Metin; ÇIÇEK, Ahmet Servet. **Redefining Diplomacy in the 21st Century & Examining the Characteristic of an Ideal Diplomat**. Turquia: MANAS Journal of Social Studies, v. 7, n. 3, p. 907-921, 2018.

ALENCASTRO, Catarina. Diplomatas relatam casos de assédio dentro do Itamaraty. *S.l.:* **O GLOBO**, *1* dez. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/diplomatas-relatam-casos-de-assedio-dentro-do-itamaraty-18186656>. Acesso em: 25 abr 2022.

AMPARO, Gabrielly Almeida Santos do; MOREIRA, Julia Bertino. **A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de gênero.** *S.l.:* Meridiano 47: Journal of Global Studies, 2020, v. 22, p. 1-17. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/32441#:~:text=Almeida%20Santos%20do%20Amparo%2C%20Gabrielly,Global%20Studies%2022%20(abril).>. Acesso em: 12 jan 2022.

ARAÚJO, Ernesto. **Política Externa: Soberania, Democracia e Liberdade**. Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores. S.l.: Fundação Alexandre de Gusmão, 2020. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1137>. Acesso em: 20 abr 2022.

AZEVEDO, Fernanda Caldeira. 0 conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista**. REVISTA TRÊS [...] PONTOS (UFMG),** v. 13, p. 12, 2017.

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata**. Substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença de mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/861-Diplomata._Substantivo_comum_de_dois_generos.pdf/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BAILEY, April H.; LAFRANCE, Marianne; DOVIDIO, John F. **Implicit androcentrism**: Men are human, women are gendered. New Haven: Yale University - Journal of Experimental Social Psychology, 2020, 89.

BEM, Sandra Lipsitz. **The lenses of gender**: Transforming the debate on sexual inequality. *S.l.:* Yale University Press, 1993.

BERNARDO, André. 'Itamaraty continua a usar terno e gravata': a luta das mulheres por espaço na diplomacia brasileira. Rio de Janeiro: **BBC News Brasil,** 10 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60961480>. Acesso em: 24 abr. 2022.
BRASIL. Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972. **Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 2052 (Publicação Original), 1972.

BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas.** Nova Iorque, 21 set. 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas.** Nova Iorque, 25 set. 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 24 abr 2022.

BULL, Hedley **A Sociedade Anárquica**. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, 2002.

BUVINIC, M; ROZA, V. **Women, Politics and Democratic Prospects in Latin America.** Washington D.C.: Inter-American Development Bank - Sustainable Development Department Technical Papers Series, nov. 2004. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Women-Politics-and-Democratic-Prospects-in-Latin-America.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002, 4. ed.

CHADE, Jamil. Itamaraty censura até 2024 documentos sobre sua política sobre gênero. *S.l.:* **UOL Notícias**, 9 set 2019. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/09/09/itamaraty-censura-ate-2024-documentos-sobre-sua-postura-relativa-a-genero/>. Acesso em: 10 mar. 2022

CHEIBUB, Zairo B. **Diplomacia e construção institucional**: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

COCKLES, Mariana; STEINER, Andrea Quirino. **As mulheres na carreira diplomática brasileira**: considerações sobre admissão, hierarquia e ascensão profissional. Dourados:

COHN, Carol. **Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals**. Within and Without: Women, Gender, and Theory. Chicago: Signs, v. 12, n. 4, p. 687-718, 1987.

COLETTA, Ricardo Della. Promoções no Itamaraty têm mais baixo índice de mulheres em 4 anos. *S.l.:* **Folha de S. Paulo**, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/promocoes-no-itamaraty-tem-mais-baixo-indice-de-mulheres-em-4-anos.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2022

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. Florianópolis: Estudos feministas, jan./abr. 2013, 21(1): 424, p. 241-282. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2021.

CORDEIRO, Ana Gabriela. **Portas nem tão abertas - Um estudo da participação feminina no Itamaraty na Era Dilma**. 2020. Disponível em: <https://integri.com.br/trabalhos-apresentados/eririo-2020/portas-nem-tao-abertas-um-estudo-da-participacao-feminina-no-itamaraty-na-era-dilma/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

CORNETET, João Marcelo Conte. **A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade**. Conjuntura Austral, Porto Alegre (RS), v. 5, n. 24, p. 111-150, jul. 2014. ISSN 2178-8839. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/47628>. Acesso em: 5 set. 2021.

CÔRTES, Octávio Henrique Dias Garcia. **A política externa do governo Sarney**: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/910-PolItica_Externa_do_Governo_Sarney_A.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria B. **O Feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher FFCH/UFBA, 2008.

DO MONTE, Izabela Xavier. **O debate e os debates**: abordagens feministas para as relações internacionais. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2013, v. 21, n. 1, p. 59-80. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/r3pc8yVXBf6FqHPBBcH9Xxy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2021.

DULCI, Tereza Maria Spyer. Decolonizando às Relações Internacionais na América Latina: novas agendas, objetos e atores. Foz do Iguaçu: XVII Congresso Internacional FoMerco – Fórum Universitário Mercosul. p. 1-16, 2019.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. Califórnia: University of California Press, 2014, 2. ed.

EXTERIORES: **"Mulheres brasileiras na diplomacia."** Direção: Ivana Diniz. Brasília: Argonautas, 2018. Documentário (52 min.). Disponível em: <https://vimeo.com/303550770>. Acesso em: 26 mar 2022.

FARIAS, Rogério; CARMO, Géssica. **As mulheres na carreira diplomática brasileira**: uma análise do ponto de vista da literatura sobre mercado de trabalho e gênero. *S.l.:* Mundorama, jan. 2016.

FERREE, Myra Marx. Angela Merkel: What does it mean to run as a woman? *In:* **German Politics and Society**. *S.l.:* Center for German and European Studies, University of Wisconsin-Madison, 2006, n. 1, v. 78.

FIGUEIRA, Ariane Roder. Ruptura e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. *In:* **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília: Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília, 2010, ano 53, n.2, p. 5-22. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/NrWSY8tfKSR3h6WTH7QnVGd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 3 dez. 2021.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011).** Curso de Altos Estudos. *S.l.:* Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/miolo-mulheres-diplomatas-no-itamaraty.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

FURTADO, Fabiana Câmara. **Perfis da Belle Époque brasileira**. Uma análise das figuras femininas de Lima Barreto. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em: http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20031119153251.pdf. Acesso em: 20 mai 2022.

GLICK, Peter; FISKE, Susan T. **The Ambivalent Sexism Inventory**: Differentiating Hostile and Benevolent Sexism. *S.l.:* Journal of Personality and Social Psychology, 1996, n. 70, p. 491-512.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. **Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações EUA-Brasil**. *S.l.:* Sul Global, 2020, v.1, n.1. p. 192-211. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/32061>. Acesso em: 5 set. 2021.

GROSS, Leo. The Peace of Westphalia, 1648-1948. *In:* **The American Journal of International Law.** *S.l.:* Cambridge University Press, 1948, vol. 42, n.1, p. 20-41. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2193560>. Acesso em: 5 set. 2021.

HOOGENSEN, Gunhild; SOLHEIM, Bruce O. **Women in power**: world leaders since 1960. Westport: Praeger Publications, 2006.

HOW big is the gender pay gap in your country? Global Wage Report 2018/19. *S.l.:* International Labour Organization, 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-and-charts/enhanced/WCMS_650829/lang--en/index.htm>. Acesso em: 7 de mai. 2022.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**. S.l.: Ministério das Relações Exteriores, [s.d.]a. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/concurso-de-admissao-a-carreira-de-diplomata>. Acesso em: 14 mar 2022.

INSTITUTO RIO BRANCO. **A Carreira de Diplomata**. Ministério das Relações Exteriores, [s.d.]b. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/a-carreira-de-diplomata>. Acesso em: 23 dez. 2021.

JÚNIOR, Antônio Manoel Ebílio; ALMEIDA, Carolina Soccio de Manno de. **Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais**. Sergipe: Cadernos do Tempo Presente, n. 14, p. 5-11, 2013.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

LAPID, Yosef. **The Third Debate**: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. Canadá: Carleton University, International Studies Quarterly, 1989 v. 33, n. 3, p. 235-254.

LIMA, Nadia Regina Loureiro de Barros. Feminismo, movimentos sociais e Estado. *In:* COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria B. **O Feminismo no Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 357-371. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>. Acesso em: 15 abr 2021.

LIMA, Rodolfo de Camargo; OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva Nunes de. Manutenção e mudanças no Ministério das Relações Exteriores: perfis do corpo diplomático e padrões na carreira. *In:* **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro: FGV EBAPE, 2018, v. 52, n. 5, p.797-821. Disponível em:.<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/76964/73736?fbclid=IwAR2v5JnWzOSpUUoLpjXmER8eSHMwYn5hMelV6huy5OYqjD76j72Xt1IozlQ >. Acesso em: 14 mar. 2021.

MAGALHÃES, Rejane M. Moreira de A. **Presença feminina no Itamarati**. *S.l.:* Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/844/1/Magalhães%2c%20R.%20-%20Presenca%20Feminina%20no%20Itamarati.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito nas ondas do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. *S.l.:* **Revista Café com Sociologia**, jan./abr. 2015, v. 4, n. 1, p. 231-245. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443>. Acesso em: 14 mar. 2021;

MATARAZZO, Renata; GONÇALVES, Gabriela. Saiba como o termo 'ideologia de gênero' surgiu e é debatido. São Paulo: **G1**, 3 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/saiba-como-o-termo-ideologia-de-genero-surgiu-e-e-debatido.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MENDES, Marina Macêdo. **Gênero e Relações Internacionais - a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira.** Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Acesso ao número de mulheres no MRE e a representação proporcional (principalmente nos cargos de liderança) em consulados, embaixadas, missões e delegações** - Pedido 09002001032202110. *S.l.:* Governo Federal, 1 jun. 2021. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=1554604&Web=88cc5f44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3bef>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**. *S.l.:* Instituto Rio Branco, 2019. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/anuario_2019.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Carreiras de Oficial e Assistente de Chancelaria**. *S.l:* Governo Federal, 6 nov. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-e-governanca/trabalhe-no-itamaraty/carreiras-de-oficial-e-assistente-de-chancelaria>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Carreira Diplomática**. *S.l:* Governo Federal, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-e-governanca/trabalhe-no-itamaraty/carreira-diplomatica>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MONÇÕES: Revista de Relações Internacionais da UFGD, jan./jul, 2017, v.6, n.11. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323833726_As_mulheres_na_carreira_diplomatica_brasileira_consideracoes_sobre_admissao_hierarquia_e_ascensao_profissional>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MOURA, Cristina Patriota de. **O inglês, o parentesco e o elitismo na Casa de Rio Branco**. Brasília: Revista Cena Internacional, Brasília, jun. 2006, ano 8, no. 1. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAInternacional/2006/vol8/no1/2.pdf>. Acesso em: 05 maio 2022.

NICHOLSON, Linda. **"Interpretando o Gênero."** Santa Catarina: Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, Estudos Feministas 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. A Política Externa do Governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. *In*: **Fronteira**: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 14 nov. 2018, v. 17, n. 34, p. 296-309. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/17280>. Acesso em: 6 jan. 2022.

OSIANDER, A. **Sovereignty, International Relations, and the Westphalian myth.** International Organization, v. 55, n. 2, p. 251-287, 2001.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Política Externa Brasileira**: Discursos, Artigos e Entrevistas. Volume II. Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-215-politica_externa_brasileira_discursos_artigos_e_entrevistas_volume_ii_janeiro_a_agosto_de_2013>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PEREZ, Victoria A. Ferrer; FIOL, Esperanza Bosch. **Violencia de género y misoginia**: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo. Papeles del Psicólogo, 2000, n. 75, p. 13-19.

PICÓN, Delia. **Historia de la diplomacia venezolana**: 1811-1985. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1999, 1. ed.

PRETO, Alessandra Falcão. **O conceito de diplomacia presidencial**: o papel da Presidência da República na formulação de política externa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16102006-195630/pt-br.php>. Acesso em: 13 mar. 2022.

RIBEIRO, Letícia; O'DWYER, Brena; HEILBORN, Maria Luiza. **Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças**: O caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. Porto Alegre: Revista Civitas, 2018, v. 18, n. 1, p. 83-99.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SALOMÓN, Mónica. A política externa através das lentes de gênero: uma agenda de pesquisa. *In:* **Boletim NEAAPE**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-13, 2018. Disponível em: <http://neaape.com.br/wp-content/uploads/2018/05/anexo-1.pdf> Acesso em: 6 jan. 2022.

SALOMÓN, Mónica. **Exploring Brazilian foreign policy towards women**: dimensions, outcomes, actors and influences. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 63, n. 1, p. 1-18, 2020.

SANTANA, Carlos Ribeiro. POLÍTICA EXTERNA EM PERSPECTIVA: UM BALANÇO SOBRE A DIPLOMACIA DOS PRESIDENTES COLLOR, ITAMAR, CARDOSO E LULA. *In:* **Universitas Relações Internacionais.***S.l.;* UniCEUB, 2006, vol. 4, n.1. Disponível em: <https://www.jus.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/271>. Acesso em: 6 set 2021.

SANTOS, Norma Breda dos. **Política exterior da Velha República**: 1889-1930. Brasília: Revista de informação legislativa, 1991, v. 28, n. 111, p. 253-270. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/175905>. Acesso em: 6 set. 2021.

SATO, Eiiti. **A agenda internacional depois da Guerra Fria**: novos temas e novas percepções. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, jan/jun 2000, v. 43, n. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000100007>. Acesso em: 2 nov. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99. 1995.

SENADO FEDERAL. **Rumos da Política Externa Brasileira:** Temas da Agenda Internacional - Política Externa Brasileira. Brasília: Senado Federal, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496520>. Acesso em: 30 out. 2020.

SILVA, Alexandra de Mello e. **A política externa de JK**: a Operação Pan-Americana. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6597>. Acesso em: 6 set. 2021.

SINDITAMARATY. **Nossa Pauta: Promoção da Igualdade.** *S.l.:* Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores, 2021. Disponível em: <https://sinditamaraty.org.br/nossapauta/publicacao/promoo-da-igualdade#:~:text=O%20sinditamaraty%20reivindica%20e%20ap%C3%B3ia,trabalho%20aos%20servidores%20com%20defici%C3%AAncia>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SOFER, Sasson. **Old and New Diplomacy: A Debate Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, Review of International Studies, v. 14, n. 3, p. 195-211, 1988.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental:** potências emergentes e a nova ordem global. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SYLVESTER, C. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TEIXEIRA, Mariana Cockles. **O teto de vidro da carreira diplomática brasileira**. Desafios à ascensão profissional das mulheres. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

TELLES, Julia Ramos da Conceição. **O sexismo dentro do instituto Rio Branco e a estagnação profissional das mulheres diplomatas**. Curitiba: Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 3, p 16111-16131, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/issue/view/83>. Acesso em: 10 mar. 2022.

THOMAS, Erin L.; DOVIDIO, John F.; WEST, Tessa V. **Lost in the Categorical Shuffle:** Evidence for the Social Non-Prototypicality of Black Women. *S.l.:* American Psychological Association: Cultural Diversity and Ethinic Minority Psychology. V. 20, n. 3, p. 370-376. 2014.

TICKNER, J. Ann. **You Just Don't Understand:** Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists. Oxford: International Studies Quarterly 41, n. 4, p. 611-632, 1997.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics**: issues and approaches in the post-Cold War era. New York: Columbia University Press, 2001.

VEJA fatos que marcaram os dois anos do governo Temer. Brasília: **Agência Brasil**, 15 maio 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer>. Acesso em: 20 abr. 2022.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism and International Relations**: towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions. *S.l.:* Palgrave Macmillan, International Political Economy Series, 1994.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2018.** *S.l.:* Insight Report, 2018. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.